

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008 CORE/TO

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DE TOCANTINS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

RELATÓRIO DE GESTÃO

e

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2008

Palmas - TO
Fevereiro/2009



RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

SUMÁRIO

1. Identificação.....	05
2. Objetivos e Metas Institucionais e ou Programático.....	06
2.1. Responsabilidades Institucionais – Papel da Unidade na execução das Políticas Públicas.....	06
2.2. Estratégias de atuação da Unidade na execução das Políticas Públicas.....	08
2.3. Programas.....	30
2.3.1. Programa 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.....	30
2.3.2. Principais Ações do Programa.....	31
2.3.3. Programa 0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto.....	63
2.3.4. Principais Ações do Programa.....	64
2.3.5. Programa 1287 – Saneamento Rural.....	74
2.3.6. Principais Ações do Programa.....	75
2.3.7. Programa 0016 – Gestão da Política de Saúde.....	85
2.3.8. Principais Ações do Programa.....	86
2.3.9. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	89
2.3.10. Principais Ações do Programa.....	89
2.4. Desempenho Operacional.....	95
2.4.1. Saúde Indígena.....	96
2.4.2. Saneamento Ambiental.....	107
2.4.3. Gestão.....	111
2.5. Evolução de Gastos Gerais.....	115
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	115
4. Resto a Pagar de Exercícios Anteriores.....	115
5. Demonstrativo de Transferências (recebidas e Realizadas no Exercício).....	116
6. Previdência Complementar Patrocinadora.....	116
7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	116
8. Renúncia Tributária.....	116
9. Declaração de Sobre a Regularidade dos Benefícios Diretos de Renúncia.....	116



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

10. Operações de Fundos.....	116
11. Despesas com Cartão de Crédito.....	117
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	119
13. Determinações e Recomendações do TCU.....	133
14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticadas no Exercício.....	136
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	136
16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos.....	137
17. Outras Informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	138
Anexos.....	140
Anexo I - Dispensa de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	141
Anexo II – Planilhas das situações dos Convênios: A Liberar, A Aprovar e A Comprovar...	142



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela n°. 01 Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	<i>Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Coordenação Regional do Tocantins – Core/TO.</i>	
CNPJ	26.989350/0614-17	
Natureza Jurídica	<i>Fundação do Poder Executivo.</i>	
Vinculação ministerial	<i>Ministério da Saúde.</i>	
Endereço completo da sede	<i>Quadra 101 Sul, Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Edifício Carpe-Diem. Térreo ao 4º andar- Centro - CEP: 77. 015 – 002. Palmas - TO</i> <i>Fone: (63) 3218 3602 /Fax: (63) 3218 36 28</i>	
Endereço da página institucional na internet	www.funasa.gov.br coreto.gab@funasa.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	<i>Instituída pela Lei n°. 8.029, de 12 de abril de 1990, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n°. 4.727, de 09 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003.</i> <i>Regimento Interno: Portaria n°. 1.776, de 08 de setembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União, do dia 09 de setembro de 2003.</i>	
Código da UJ titular do relatório	255027 – Coordenação Regional do Tocantins	
Código das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades”	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	<i>Em funcionamento</i>	
Função do governo predominante	<i>SAÚDE</i>	
Tipo de atividade	<i>Atendimento à Saúde Indígena e Saneamento Ambiental.</i>	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	<i>Nome</i>	Código
	<i>Funasa</i>	36211



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICO

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Fundação Nacional de Saúde – Funasa, órgão vinculado ao Ministério da Saúde – MS, tem como responsabilidade estatutária a promoção e proteção à saúde, e como competência regimentais: prevenir doenças e outros agravos à saúde, assegurar a saúde dos povos indígenas e fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

O Plano Estratégico da Funasa está definido por meio da Missão, Visão de Futuro e Valores Institucionais:

Missão

“Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio”.

Visão de Futuro

“Em 2015, a Funasa será uma instituição de referência nacional e internacional de excelência nas ações de saneamento ambiental e de saúde indígena, promovendo a melhoria na qualidade de vida da população brasileira e o alcance das metas do milênio”.

Valores Institucionais

- ✓ Ética;
- ✓ Equidade;
- ✓ Agilidade, flexibilidade e transparência;
- ✓ Valorização dos servidores;
- ✓ Capacidade técnica;
- ✓ Qualidade dos produtos e serviços;
- ✓ Credibilidade e presença em todo o Brasil.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

Diante de sua Missão a Funasa atua com duas áreas finalísticas: Saneamento Ambiental e Saúde Indígena.

a) Em relação à área de Saneamento, a Funasa, através dos Projetos Especiais atua em área de interesse social, localidades com população inferior a 2.500 habitantes, incluindo as comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e indígenas e ainda, nos municípios de até 50 mil habitantes.

Os serviços de saneamento são básicos para a saúde pública, devem ser abrangentes e geridos com a participação da sociedade, por meio de diversos mecanismos de controle social existentes, a fim de garantir a sustentabilidade das ações implementadas. Deve ainda, ser acessível a toda população, independente do grau socioeconômico e de sua localização, urbana ou rural.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Funasa, direciona apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de ações de saneamento ambiental e Engenharia de Saúde Pública voltados para prevenção e controle de doenças.

O setor saúde tem buscado a integração entre as políticas públicas de saúde e de saneamento. A partir da definição de prioridades com base nos indicadores de saúde, a Funasa prioriza o atendimento aos municípios com maior índice de mortalidade infantil, menores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede a qualidade de vida e baixa cobertura na área de saneamento.

Nesse sentido, a Funasa faz assessoramento técnico e financeiro, análise e acompanhamento de projetos nas seguintes áreas: sistemas de abastecimento de água; sistemas de tratamento e destinação de resíduos sólidos; sistemas de esgotamento sanitário; melhorias sanitárias domiciliares, drenagem em áreas endêmicas de malária; melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas e fomenta a educação em saúde.

b) No âmbito da Saúde Indígena, a Funasa executa ações, em parceria com os Estados, Municípios e ONGs, de forma complementar, conforme Portaria Ministerial nº. 70, de 20 de janeiro de 2004.

O Subsistema de Saúde Indígena tem gestão federal, foi instituído em 23 de dezembro de 1999 através da Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999, complementar à Lei 8.080/90. É um componente do Sistema Único de Saúde e tem como objetivo principal,



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

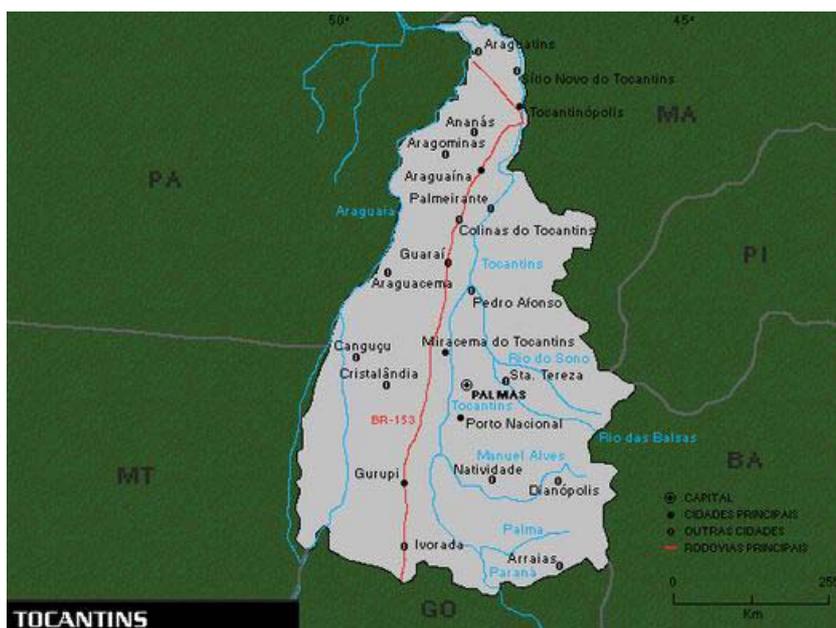
garantir a atenção integral à saúde das populações indígenas e promover a inclusão social, de forma diferenciada e específica.

Dessa forma, a Funasa desenvolve Programas de saúde e saneamento que visam à promoção e proteção à saúde dessas populações, de acordo com o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada comunidade, respeitando os aspectos etnoculturais, compreendendo a organização dos serviços, capacitação de recursos humanos, execução das ações de atenção básica, fomento a estudos, pesquisas, participação comunitária e controle social.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

a) Saneamento Ambiental

A Coordenação Regional da Funasa no Tocantins – Core -TO, por meio da Divisão de Engenharia de Saúde Pública – Diesp atua em 90% (noventa por cento), dos municípios, ou seja, 125 de um total de 139 municípios que compõe o Estado do Tocantins.



Procura contemplar a população das áreas prioritárias com ações de saneamento, tendo como base os indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e sociais.

No ano de 2008, com base nas Diretrizes Institucionais, a Diesp focou suas ações de saneamento ambiental, no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/Funasa, contemplou 47 municípios por meio de 66 convênios, sendo: 11 de Melhorias Sanitárias Domiciliares - MSD, 29 de Melhorias Habitacionais para Controle de Doença de Chagas - MHCDC, 07 para Esgotamento Sanitário, 07 para Sistemas de Abastecimento de Água



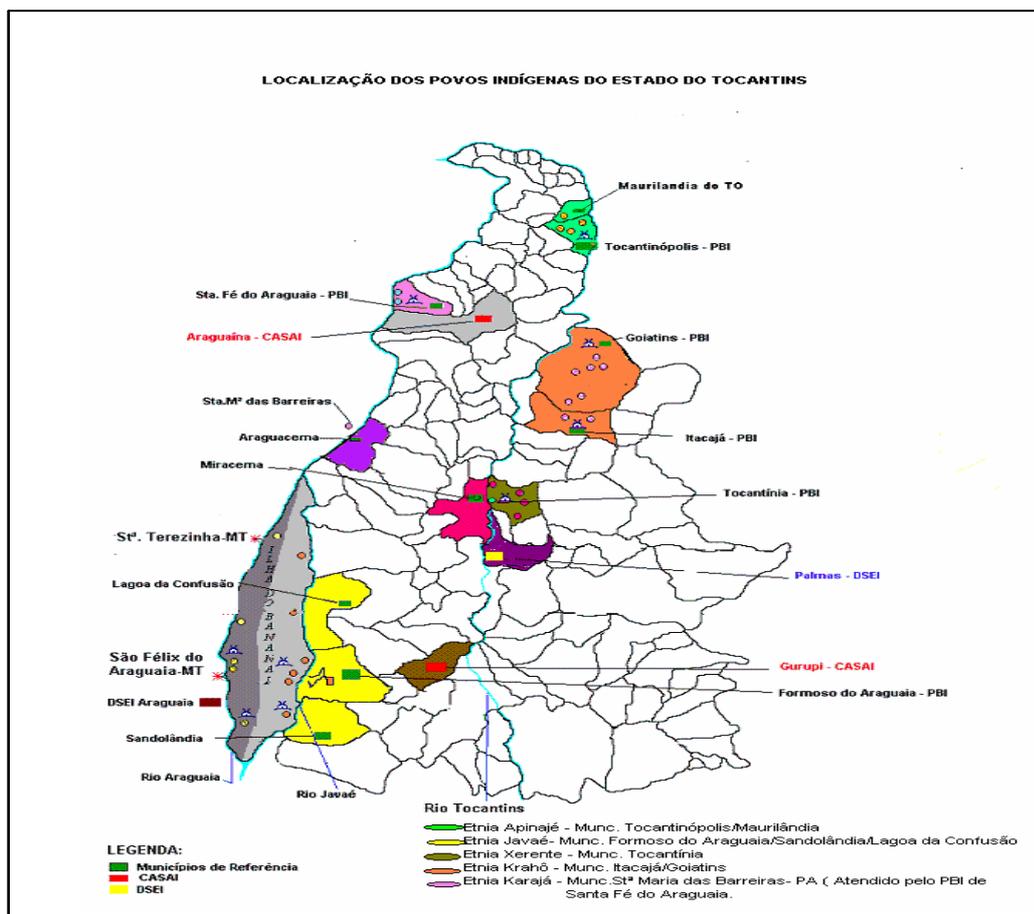
Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

– SAA e 12 para Saneamento em Escolas. Até dezembro área técnica da Diesp/Core – TO aprovou 25 projetos: 10 de MSD; 04 de Água; 07 de MHCDC e 04 de Esgoto.

Outra atividade importante foi a prestação de apoio técnico e financeiro para execução das ações de saneamento, com vistas ao combate e controle de doenças causadas pela falta ou inadequação de saneamento básico e ambiental ou por veiculação hídrica, com o objetivo de contribuir para a redução da mortalidade infantil e melhorar a qualidade de vida da população assistida.

b) Saúde Indígena



A Core-TO, conforme Regimento Interno é classificada como coordenação Tipo A, por atuar com Saúde Indígena, através do Distrito Sanitário Especial Indígena – Dsei-TO, responsável pelo atendimento de 06 etnias indígenas, originárias do Estado (Apinajé, Javaé,



Karajá Xambioá, Krahô; Krahô Canela¹ e Xerente) que corresponde a uma população de 8.963 indígenas, centralizados em 126 aldeias cadastradas no Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígenas - Siasi, conforme tabela nº 02.

Tabela nº 02 Dados da população indígena/Dsei

PÓLOS BASE/MUNICÍPIOS	ETNIAS	TOTAL DE ALDEIAS	TOTAL DE ÍNDIOS
Formoso do Araguaia	Javaé, Krahô Canela	17 Aldeias	1.613
Itacajá	Krahô	24 Aldeias	2.348
Santa Fé do Araguaia	Karajá	09 Aldeias	406
Tocantínia	Xerente	59 Aldeias	2.857
Tocantinópolis	Apinajé	17 Aldeias	1.769
Total Geral		126	8.993

Fonte: SIASI-Funasa/MS, 06/02/2009.

No ano de 2008, foi dando continuidade à implementação das ações de saúde, de todos os Programas implantados nos anos anteriores, como o Programa da Saúde da Mulher e da Criança; DST/Aids; Programa de Imunização; Saúde Bucal; Vigilância Nutricional e Alimentar; Assistência Farmacêutica; Controle de Endemias, Tuberculose e implantado o Programa de Saúde Mental, que teve as primeiras ações prioritizadas na área Krahô, município de Itacajá com base nos indicadores de saúde da referida etnia.

A Core/Dsei-TO utilizou-se de várias iniciativas para execução das ações, dentre elas, destacou-se as articulações e formação de parcerias com outros órgãos, principalmente no que se refere à busca de ações conjuntas ou correlatas, mais especificamente para o desenvolvimento de atividades dos Programas de Vigilância Alimentar e Nutricional, de Saúde Mental, Materno Infantil e de Imunização, o que envolveu diversos órgãos, dentre eles: Ministério Público Federal; Polícia Federal; Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça; Polícia Militar; Secretaria de Estado da Saúde; Secretarias Municipais de Saúde de diversos Municípios e dos Municípios sede dos Pólos bases, onde tem área indígena.

¹ A Etnia Krahô Canela não consta do mapa, a população está localizada no município de Lagoa da Confusão.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

Com o objetivo de favorecer a organização dos serviços, visando o planejamento institucional para execução da política de atenção à saúde indígena, num processo pedagógico participativo de aprendizagem, sob a ótica da Missão Institucional e tendo em vista a qualificação de pessoal com o intuito de aprimorar e melhorar a gestão, promovendo o desenvolvimento individual, coletivo e institucional, na busca de melhores resultados, foram realizadas 08 Oficinas de Planejamento e Organização do Processo de Trabalho em Saúde Indígena, nos Pólos Bases, Bases de Apoio e Casais, com a participação de 158 profissionais de Saúde Indígena e de 87 Gestores: Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde, Coordenador Regional, Chefe do Dsei, Conselheiros Locais e Distrital de Saúde Indígena, Responsáveis Administrativos dos Pólos Bases, Bases de Apoio e Casais.

Outras atividades desenvolvidas que também buscou parcerias intersetoriais, foi na área de educação em Saúde. Todas as ações tiveram o objetivo de envolver cada vez mais, novos atores responsáveis por políticas públicas voltadas para as populações indígenas, com fim de melhorar a qualidade de vida dessas populações e impactar positivamente os indicadores de saúde das comunidades que compõem as diversas etnias que habitam o Estado do Tocantins.

Embora a Core/Dsei-TO, tenha trabalhado no ano de 2008 com, cerca de 1 milhão de reais a menos dos recursos que estariam previstos no Plano Distrital e, tenha recebido apenas 03 veículos para a Saúde indígena, número ainda não suficiente para demanda existente, no que se refere à mobilidade, entretanto, as parcerias foram de fundamental importância para o alcance dos resultados.

Como resultado positivo, pode se verificar, dentre outros, conforme dados do Siasi, a redução da mortalidade infantil em 58% e a abrangência das ações dos Programas, conforme especifica os relatórios técnicos, bem como o cumprimento das metas no que se refere à participação do controle social indígena, onde 100% das reuniões previstas do Conselho Distrital de Saúde Indígena foram realizadas, o que representa um grande avanço na efetivação da participação das comunidades assistidas e no controle social.



c) Estrutura Administrativa

A Coordenação Regional do Tocantins – Core-TO é estruturada, de acordo com seu Regimento Interno, conforme tabela nº. 03.

Tabela nº 03 Dados da estrutura organizacional da Core/TO

Divisões	Setores
* Gabinete	*Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde – Ascon; *Assessoria de Gabinete – Asgab; *Assessoria de Planejamento - Asplan; *Equipe de Convênios Asgab/ Convênios; *Comissão Permanente de Licitação – CPL.
Divisão de Recursos Humanos	Seção de Pagamento – Sapag; Seção de Cadastro – Sacad; Setor de Capacitação – Secap; * Soais – Setor de Assistência Integral ao Servidor; *Área de Legislação de Pessoal – Alep;
Divisão de Administração	Seção de Execução Orçamentária e Financeira – Saeof; Setor Orçamentário – Soorc; Setor Financeiro – Sofin; Seção de Recursos Logísticos – Salog; Setor de Comunicação – Socom; Setor de Material - Somat; Setor de Transporte – Sotra; Setor de Patrimônio – Sopat; *Setor de Modernização e Informática – Semin.
Divisão de Engenharia e Saúde Pública	Seção de Análises de Projetos – Sapro; Seção de Avaliação e de Acompanhamento – Sacav; *Seção de Administração – Saadm; * 02 Núcleos de Apoio ao Saneamento Indígena – Nasais (Residências de Engenharia).
Distrito Sanitário Especial Indígena	Seção de Administração – Saadm; Seção de Operações - Saope; 02 Casas de apoio a Saúde do Índio – Casai; * 05 Pólos Bases de Saúde Indígena - PBI; * 02 Bases de Apoio - BA. *Assessoria Técnica - Astec.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

* Os pontos destacados se referem a setores da sede da Core e unidades localizadas em pontos estratégicos do Estado, tanto da área de Engenharia de Saúde Pública quanto da Saúde Indígena que têm o objetivo de facilitar ou até mesmo são indispensáveis para a execução das ações de responsabilidade da Funasa, como os Pólos Bases Indígenas que não fazem parte do atual organograma, mas necessários na organização dos serviços. Entretanto, essa incompatibilidade gera problemas de ordem administrativa e dúvidas quanto à legalidade de medidas gerenciais, pois o atual organograma não contempla essas estruturas por ter sido instituído num momento em que a Missão da Funasa não estava definida e as atribuições não correspondiam às atuais, a exemplo da Saúde Indígena e de execução direta de ações de saneamento para grupos especiais.

Conforme pode ser observado, o atual organograma é incompatível com a estrutura existente em função das necessidades desses setores e unidades na organização e execução dos serviços, a exemplo da Saúde Indígena, que embora as unidades, como os pólos bases, preconizados no Subsistema de Saúde Indígena, Lei 9.836/99, sejam imprescindíveis para operacionalização das ações, essas unidades existem de fato, mas não fazem parte do organograma da Instituição, o que gera indefinições de legalidade, no que se refere à lotação de servidores ou de funcionários contratados pelos municípios com recursos do Incentivo à Atenção Básica das Populações Indígenas - IAB - PI, conforme, portaria MS 1.163/99, modificada pela Portaria MS 2.656/07, que trata da definição dos repasses fundo a fundo pelo Ministério da Saúde aos municípios pactuados.

Tal situação se revela como um dos gargalos que a Core-TO enfrenta para desenvolver ações de saúde indígena dada as dificuldades para a gestão dos Pólos Base, que embora seja uma unidade que não está inserida no organograma atual, é indispensável como unidade administrativa, organizacional e de execução das atividades nas áreas indígenas, bem como para o controle de referências e contra referências da rede SUS. Além de que a sua localização em municípios que tem área indígena facilita o elo de ligação entre a comunidade, Postos de Saúde das aldeias, Hospitais de referência, Casas de Saúde Indígena - Casais, e sede do Dsei-TO.

Em razão da dificuldade de lotar servidores do quadro efetivo da Funasa nessas unidades, seja pelas dúvidas quanto a legalidade ou pela falta de incentivo para a assunção de responsabilidades gerenciais, haja vista não existir gratificação correspondente aos cargos de chefias, as alternativas encontradas são as contratações de pessoal administrativo por meio de convênios com ONGs.

No entanto, essa medida tem se demonstrado insuficiente/inadequada, pois além da dificuldade de responsabilização desses funcionários, quando necessário, por não



serem regidos pela lei 8.112/90, tem ainda interferências da cultura indígena de algumas etnias, que contribuem para a constante troca desses funcionários o que leva a uma deficiência de gestão desses Pólos.

Outros fatores que são considerados importantes por interferir na necessidade de implantação e implementação de Programas e Ações importantes para a promoção da saúde, são o aumento da população indígena, o relacionamento dessas comunidades com a população não índia que leva à necessidade de se implementar, cada vez mais, as ações de vigilância de doenças e agravos, como DST's, dengue, dentre outros.

Há também fatores de ordem natural, como aumento de chuvas em determinadas áreas e períodos que somado a aspectos culturais como vestuário, habitação e alimentação, pode propiciar aumento de determinados agravos, o que tem levado à necessidade de maior disponibilização de recursos orçamentários para estruturação do Dsei-TO, tanto para implementação das ações, como na contratação de pessoal, ampliação de espaço físico, aquisição de equipamentos, de insumos, diárias e outros. Como ainda não foi possível sanar todas essas necessidades, a Core/Dsei tem adotado medidas alternativas, tais como:

- a) Disponibilização de servidores do quadro efetivo (muitos estão cedidos para as secretarias municipais de saúde. Outros são servidores da sede da Core e Dsei TO que, periodicamente se deslocam em casos que necessitem reestruturação dos serviços locais na de execução das ações;
- b) Disponibilização de servidores da sede Core/Dsei, ou que estão cedidos aos municípios para assumir, temporariamente, a gerência dos Pólos a fim de evitar descontinuidade dos serviços e maiores transtornos juntos à população indígena;

Essas, dentre outras medidas têm evitado a descontinuidade das ações, entretanto, geram aumento de despesas com diárias e, cria situações como a não aceitação, por parte dos indígenas, de retornar o servidor por estar correspondendo com as expectativas e ter adquirido confiança da comunidade, o que resulta em constantes reuniões e, conseqüentemente, mais gastos, além de ficar a descoberto as atividades que o servidor realiza no local onde é lotado, sobrecarregando os outros e causando descontentamento, o que interfere na qualidade dos serviços.

Mesmo com a articulação da Coordenação Regional, os servidores cedidos não têm interesse de assumir tais funções, por não haver gratificação, por significar perda em relação ao que recebem por atuarem no controle de endemias e em ações de saneamento ambiental.

d) Recursos Humanos

A Fundação Nacional de Saúde, Coordenação Regional do Tocantins dispõe de uma força de trabalho complexa, dada as mudanças ocorridas nas últimas décadas, em relação às Políticas Públicas e em especial as da área da Saúde Pública, a exemplo da Implantação e Consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS em todo o território nacional.

As ações da Funasa, no Estado do Tocantins são desenvolvidas por um quadro de pessoal permanente conforme Lei 8.112/90 e pessoal contratado por regimentos diferenciados: através de conveniadas, por Secretarias Municipais de Saúde, pagos com recursos do IAB-PI, repassados “fundo a fundo”, voltados para atenção à saúde indígena e na área de logística, ou seja, para os serviços de manutenção e limpeza, reprografia e vigilância, conta com pessoal disponibilizado por empresas contratadas por meio de licitação.

Do quantitativo de pessoal permanente, regido pela Lei 8.112/90, 81% está cedida ao Estado do Tocantins e aos municípios, isto em atendimento às Leis 8.080/90, 8.142/90 e Portaria MS Nº. 1.172/2004 e outros Órgãos do Governo Federal, restando a Core-TO, apenas 20,3%, dos servidores. Desse percentual, vale ressaltar que grande parte dos servidores ocupam cargos incompatíveis com a natureza do trabalho específico no âmbito da Coordenação Regional.

A execução das ações de saúde indígena dispõe de um quantitativo de 379 trabalhadores não pertencentes ao quadro efetivo da Funasa e, em sua maioria, encontram-se em situações trabalhistas precarizadas, favorecendo uma alta rotatividade de pessoal qualificado para as ações desenvolvidas.

Essa situação torna a Instituição fragilizada frente à demanda de ações e metas a serem alcançadas a cada exercício operacional, além da necessidade constante de



realizar as mesmas capacitações, o que gera aumento dos gastos com capacitação de pessoal sem efetividade de um processo de Educação continuada.

A situação da estrutura de pessoal se agrava, de forma crescente, a cada exercício. A última admissão para o quadro permanente ocorreu no ano de 1995, e foi resumida a 12 (doze) cargos de Agente Administrativo dos quais apenas 07 (sete) permanecem na Funasa, sendo 05 com exercício na Core/TO e 02 com exercício cedido ao SUS – Gestão municipal (legislação específica).

Em 2008 ocorreram 30 aposentadorias, 03 pensões e 01 demissão a pedido. Neste sentido, a política de RH na Core-TO, para a construção de uma cultura institucional própria, voltada à sua missão, vai se tornando cada vez mais difícil de ser realizada.

A rotina dinâmica do trabalho, na Funasa/Core/TO, nas áreas meio, a exemplo da área de Recursos Humanos, torna-se extremamente prejudicada em seu cumprimento, dada à insuficiência de pessoal, tanto em quantitativo quanto em qualificação.

A estrutura organizacional da Divisão de RH é incompatível com a demanda de trabalho a exemplo da Seção de Cadastro, a qual acumula a grande maioria das atribuições da Gestão de Pessoal, com responsabilidades incompatíveis a Função Gratificada. Situação que requer reestruturação organizacional da Área no sentido de viabilizar a manutenção da regularidade da Gestão de Pessoal na Instituição.

Também pode se considerar como dificuldade a incompatibilidade do perfil dos cargos existentes com as atividades e formas de suas execuções. Caso evidente é a grande necessidade de condutores de veículos automotores, em função das demandas e a não existência de cargos correlatos, bem como, servidores que tem formação superior e executam atividades pertinentes à formação, mas recebem salários compatíveis com seus respectivos cargos de nível médio na Instituição. Tais situações demonstram que a força de trabalho não é compatível com as responsabilidades do servidor que a exerce.

Quanto as Ações da Divisão de Engenharia, a Core dispõe de 02 engenheiros, do quadro permanente, sendo que 01 está cedido ao Estado, 02 contratados pela Unesco, na modalidade permanente que tiveram finalização de contrato por volta do 3º bimestre/2008 e não renovação de contratos de 03 Engenheiros na modalidade produto do ano de 2007. Dessa forma, as ações ficam prejudicadas no que se refere aos



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins
Assessoria de Planejamento

acompanhamentos e fiscalizações das obras de contratação direta e convênios, ativo e passivo.

Diante de tal situação explicitada a Core/TO vem fazendo esforços possíveis para fins de adequação da força de trabalho, necessária para o atendimento da demanda institucional. Ultimamente, com a edição da Portaria 311/2008, do Departamento de Administração da Funasa/Presi, quanto a cargos administrativos há indícios de suprimento de parte da demanda, bem como na área de engenharia, com a seleção de engenheiros, realizada pelo Ministério da Saúde, dos quais serão disponibilizados a Core.

Tabela nº Quadro de Servidores por Situação Funcional da Core/TO

Unidade Pagadora	Quadro de Servidores por Situação Funcional e UF - 2008										Total Geral Ativo (1+2)			
	Ativos Siape (1)					Ativos Extra-Siape (2)								
	Servidor em exercício na sede	Requisitado	Nomeado	Contrato Temporário	Cedidos			Terceirizado	Consultor	Demais		Total Ativos Extra-Siape (2)		
SUS (RJU)					Emprego Público (CLT)	Outros Órgãos	Total de Cedidos							
677 Core/TO	171	0	01	0	663	0	10	673	845	36	02	370	408	1.253

Legenda:

Cedidos a Outros Órgãos: São os servidores cedidos a outros órgãos que não ao SUS.

Demais: Estagiário, Exercícios Provisórios e Exercício Descentralizado.

Terceirizado: Serviços de Limpeza, Vigilância, TI e Administrativo.



e) Administração - Mobilidade

A Coordenação Regional do Tocantins iniciou o ano de 2008 com uma frota de veículos hiposuficiente e incompatível com a demanda, considerando a área de abrangência do Estado, que tem uma extensão territorial de 278.420,7 Km², que a localização das comunidades atendidas pela Core como: as áreas de assentamento, nas várias regiões do Estado; de remanescente de quilombos que residem principalmente na região sudeste e norte do Estado e as áreas indígenas que compreende uma extensão de 19.895,1Km², que corresponde a 7,2% da área territorial do Estado e estão localizadas nas regiões norte (Apinajé e Karajá), nordeste (Krahô), sul (Javaé, Krahô Canela e Karajá da Ilha) e no centro do Estado (Xerente).

Considerando ainda as distâncias entre uma aldeia e outra, entre as aldeias e os Pólos Base e desses à sede do Dsei-TO e comparando a quantidade e o estado em que se encontra a frota de veículos da Core (tabelas nº. 04 e 05), pode se ressaltar a urgência em sanar tal problema para evitar comprometimento dos indicadores em relação às metas propostas por falta da mobilidade necessária para o desenvolvimento das ações planejadas de todos os setores da Funasa no Tocantins.

No ano de 2008, os veículos oficiais da Core-TO, que atendem tanto a área indígena quanto as demais divisões, em sua maioria, encontram-se em más condições de uso, necessitando serem substituídos, para que assim se possibilite maior agilidade e facilite o planejamento e cumprimento das demandas, de suma importância tanto para os indicadores de saúde das populações atendidas quanto com relação ao cumprimento de metas. Entretanto, o alcance dos resultados e a viabilização por parte da administração para que as áreas técnicas pudesse desenvolver as atividades pertinentes se deve a algumas estratégias.

Estratégias adotadas

- a) Articulação interinstitucional e intersetorial que envolveu outros Municípios, formando parcerias, com solicitação de motoristas da Funasa à disposição dos mesmos, para atender a demanda das ações de saúde que não podem sofrer descontinuidade, sob pena de se ter impactos negativos nos indicadores;



- b) Encaminhamento de relatórios a Funasa/Presi sobre a situação operacional da Core no que se refere à mobilidade para o desempenho das ações e cumprimento de responsabilidades, bem como, solicitação de veículos para suprir as necessidades no desenvolvimento das ações de saúde indígena e saneamento;
- c) Articulação junto à Funasa/Presi para autorização de locação de veículos adequados, não sendo autorizado devido os custos ser incompatível com o atual teto orçamentário do Dsei/TO;
- d) Foi realizado em novembro/2008, um levantamento minucioso para verificar a situação real dos veículos da Funasa, lotados nos Pólos, Casais, Bases de Apoio e Nasais, com o objetivo de realizar manutenção preventiva;
- e) Está sendo encaminhado PAAV - Plano Anual de Aquisição de Veículos para atender a demanda 2009, com solicitação para aquisição de 22 veículos, substituição de 26 da frota atual e substituição de 21 veículos que estão em processo de alienação, conforme tabela nº. 06. Nesse sentido a Core/TO necessita de 69 veículos para suprir a necessidade em 2009.

Avanços

- a) Em função das articulações intersetorial e interinstitucional, a Core contou, em alguns municípios onde há Pólos bases, com disponibilização de veículos, entre outras parcerias, o que somou para a efetividade de várias ações de saúde;
- b) A Funasa/Presi disponibilizou 05 novos veículos à Core, 03 para atuar na ações de saúde indígena e 02 para as ações de saneamento;
- c) Ainda, com base na fundamentação técnica dos diversos setores da Core e articulação da Gestão da Core, a Funasa/Presi, considerou, dentre outros fatores, não só o quantitativo populacional indígena, mas as distâncias, visto que as populações indígenas ocupam área em várias regiões do estado, estando assim, dispersas o que demanda mais apoio logístico e infraestrutura para o desenvolvimento das ações. Assim está previsto a disponibilização de mais veículos, ainda no primeiro trimestre de 2009.
- d) Criação do Setor de Concessão de Passagens e Diárias na Divisão de Administração–SCDP/Diadm.



3.4.2. RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA CORE-TO - Situação Dezembro/2008

Tabela n.º 05 Relação de Veículos em condições de uso – Existente na Core/TO

	MARCA/ MODELO/ANO/COMB.	PATRIM. E PLACA	CHASSI	TIPO	CAPAC. CARGA	CAPAC. TANQUE LITROS	SITUAÇÃO DO VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO
01	CAMINHÃO BAÚ/VW 8.140/1997/DIESEL	MVR 6640 114947	9BWWTAT64VRB0742 3	UTILITÁRIO	03 PESSOAS 7.70 T 1100 KG	130 LTS	Em manutenção	CORETO/DIADM
02	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1360 115197	9BRBJ0160Y1020781	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Em manutenção	PBI TOCANTINIA
03	VAN/FIAT DUCATO 2002/DIESEL	MXB 5420 2547708	93W23264011000190	PASSAGEIRO	05 PESSOAS 1780 KG	80 LTS	Em manutenção	CASAI GURUPI
04	FIAT/UNO CÉ 1995/GASOLINA	MVO 8450	9BD146163S5674465	PASSEIO	05 PESSOAS 400 KG	50 LTS	Em manutenção	PBI TOCANTINIA
05	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 3750 2738490	9BRBJ0160Y1020805	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Regular	LAGOA DA CONFUSÃO
06	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1380 2738716	9BRBJ0160Y1020711	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Bom	PBI ITACAJÁ
07	VAN/FIAT DUCATO 2002/DIESEL	MWO 4840 134411	93W231M214020027	PASSAGEIRO	05 PESSOAS 1780 KG	80 LTS	Em manutenção	DSEI/CASAI ARAGUAINA
08	CAMIONETE/MITSUBISHI- L200/1995/DIESEL	MVO 8490 2622068	9DY2L423SSM001322	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	Em manutenção	PBI/TOCANTINIA
09	VAN/FIAT DUCATO 2004/DIESEL	MWQ 0020 134 306	93W231M2151021041	PASSAGEIRO	05 PESSOAS 1780 KG	80 LTS	Em manutenção	CORETO/DIADM
10	GM/ CORSA WIND 1999/GASOLINA	MVY 0970 2737949 /	9BGSC68ZOYC161088	PASSEIO	05 PASSAG. 450 KG	47 LTS	Em manutenção	PBI TOCANTINOPOLIS
11	VAN/FIAT DUCATO 2002/DIESEL	MXB-5410 2547694	93W23264011000200	PASSAGEIRO	05 PESSOAS 1780 KG	80 LTS	Em manutenção	CORE/DIADM
12	VAN IVECO FIAT	MXB 2880 203989	ZCFC35801Y5272758	PASSAGEIRO	16 PESSOAS 1900 KG	80 LTS	Em manutenção	CORETO/DIADM
13	FORD/SCORT 2002/GASOLINA	KFB 0518 203973	BAFZZEFF3J287550	PASSEIO	05 PASSAG. 500 KG	57 LTS	Regular	DSEI/CASAI GURUPI
14	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1370 2738708	9BRBJ0160Y1020771	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Regular	DIESEP



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Tocantins

MARCA / MODELO/ANO/COMB.	PATRIM. E PLACA	CHASSI	TIPO	CAPAC. CARGA	CAPAC. TANQUE LITROS	SITUAÇÃO DO VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO
15 CAMIONETA/S-10/1999 DIESEL	MVP 3881 184575	9BG138BTOYC411900	UTILITARIO	05 PESSOAS	80 LTS	Regular	CASAI/ARAGUAÍNA
16 TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1420 115456	9BRBJ0160Y1020843	UTILITARIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Em manutenção	PBI ITACAJÁ
17 CAMIONETA/FRONTIER 2005/DIESEL	JKH 1471	94DCMUD2253625912	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	Em manutenção	PBI FORMOSO DO ARAGUAIA
18 CAMIONETA/FRONTIER 2005/DIESEL	MW/A 2811 203954	94DCEUD2261647511	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	Em manutenção	PBI/STA FÊ DO ARAGUAIA
19 CAMIONETA/RANGER 2001/DIESEL	MVQ 7962 254788	8AFDR12D81J202831	UTILITARIO	05 PESSOAS	80 LTS	Em manutenção	CORE/DIADM
20 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWI 4002 180914	93XGNK7408C739162	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	Regular	PBI DE STA. FÊ
21 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWI 4042 180913	93XGNK7408C739164	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	BOM	PBI DE GOIATINS
22 GM / CORSA WAGON 1.6 2001/GASOLINA	MVQ 5882 2750295	8AGSD35N01R124575	PASSEIO	05 PASSAG. 450 KG	47 LTS	Regular	CORETO/DIADM
23 GM / CORSA WAGON 1.6 2001/GASOLINA	MVQ 5872 2750287	8AGSD35N01R124808	PASSEIO	05 PASSAG. 450 KG	47 LTS	Regular	PBI de ITACAJÁ
24 GM / CORSA WIND 2000/GASOLINA	MVQ 3763 2527367	9BGSC68Z0YC203251	PASSEIO	05 PASSAG. 450 KG	47 LTS	Em manutenção	DSEI/CASAI ARAGUAIA
25 TOYOTA/BANDEIRANTE 2000/DIESEL	MVQ 0083 2527332	9BRBJ0160Y1021685	UTILITARIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Em manutenção	PBI GOIATINS
26 CAMIONETA/FRONTIER 2005/DIESEL	JKH 5413 203971	94DCEUD2261680649	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	BOM	DIESP
27 VW/GOL ESPECIAL 2001/GASOLINA	MVR 2314 134 263	9BWCA05Y51T148398	PASSEIO	05 PASSAG.	55 LTS	Regular	CORETO/DIADM
28 FIAT/UNO	MVR 0714 203978		PASSEIO	05 PESSOAS 400 KG	50 LTS	Regular	PBI FORMOSO
29 AMBULANCIA/GM S-10 1982/DIESEL	MVQ 0925 2524821	9BG124BC01C406966	AMBULANCIA	05 PESSOAS 900 KG	75 LTS	Em manutenção	CASAI ARAGUAÍNA
30 AMBULANCIA/GM S-10 2001/DIESEL	MVS 0935 2524830	9BG124BC01C406254	AMBULANCIA	05 PESSOAS 900 KG	75 LTS	Regular	CASAI GURUPI
31 CAMIONETA/FRONTIER 2005/DIESEL	MWB 2375 203955	94DCEUD2261652071	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	Regular	LAGOA DA CONFUSÃO
32 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWK 4726 180911	93XGNK7408C739180	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	BOM	PBI DE FORMOSO DO ARAGUAIA



MARCA / MODELO/ANO/COMB.	PATRIM. E PLACA	CHASSI	TIPO	CAPAC. CARGA	CAPAC. TANQUE LITROS	SITUAÇÃO DO VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO
33 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWK 4706 1800912	93XGNK7408C739169	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	BOM	PBI DE TOCANTINIA
34 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWK 6667 180910	93XGNK7408C739163	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	Regular	PBI DE TOCANTINOPOLIS
35 MITSUBISHI 2007/2008 DIESEL	MWN 7078 180909	93XGNK7408C739175	UTILITARIO	05 PESSOAS 1.000 KG	75 LTS	Em manutenção	PBI DE ITACAJÁ
36 FORD/ RANGER XL 13P/ 2008/DIESEL	MWP 5458 216 554	8A FER13P48J190233	PICK-UP	1.000 KG	75 LTS	BOM	DIESP/TO
37 FORD/ RANGER XL 13P/ 2008/DIESEL	MWW 8044 216 555	8AFER 13PX8J188342	PICK-UP	1.000 KG	75 LTS	BOM	PBI Itacajá
38 FORD/ RANGER XL 13P/ 2008/DIESEL	MWW 8054 216 556	8AFER 13P58J185509	PICK-UP	1.000 KG	75 LTS	BOM	PBI Tocantinia
39 FORD/ RANGER XL 13P/ 2008/DIESEL	MWO 0551	8AFER13P88J188341	PICK-UP	1.000 KG	75 LTS	BOM	CORE/DIADM
40 FORD/ RANGER XL 13P/ 2008/DIESEL	MWN 8281 216 557	8AFER 13P18J188343	PICK-UP	1.000 KG	75 LTS	BOM	DSEI/TO
41 PALIO ADVENTURE 2000/GASOLINA	MVQ 8498 203988	9BD178844Y2152135	PASSEIO	05 PESSOAS 500 KG	80 LTS	Regular	CORETO/DIADM
42 CAMIONET/GM S-10 2001/DIESEL	MVR 1158	9BG138BC0YC428282	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	75 LTS	Em manutenção	CORETO/DIADM-

Obs.: Dos 42 (quarenta e cinco) veículos existentes nesta Core-TO, 29 (vinte e nove) estão lotados nos Pólos Bases e Casais; 03(três) na Diesp e 10 (dez) na Diadm. Frequentemente são feitos remanejamentos de acordo com a necessidade de cada região e ocorrem devido a constante quebra dos veículos. A maioria dos carros que estão na área de abrangência, bem como os lotados nos demais setores, não são compatíveis para desenvolver os trabalhos nem das áreas indígenas, nem dos municípios.

*** Os 04 (veículos pertencentes ao DRT não estão incluídos nesta tabela em virtude de estar em andamento o processo de desfazimento para devolução dos mesmos, que se encontram paralisados nesta CORE. Há sob domínio da DRT 02 (dois) veículos que pertencem oficialmente a FUNASA classificados como anti-econômicos, que serão devolvidos logo após a conclusão do processo em questão, também não incluídos na tabela acima.**



RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA COORDENAÇÃO PARA LEILÃO

Tabela n.º 06 Relação de Veículos da Coordenação para Leilão

	MARCA/ MODELO/ANO/COMB.	PATRIM. E PLACA	CHASSI	TIPO	CAPAC. CARGA	CAPAC. TANQUE LITROS	SITUAÇÃO DO VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO
01	TOYOTA BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVQ 0053 2527340/	9BRB0160Y1021689	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T 1100 KG	63 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
02	TOYOTA 1999/2000 DIESEL	MVY-1390	9BRBJ0160Y1020812	UTILITARIO	05 Pessoas 0,10 T. 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
03	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1410 2738651	9BRBJ0160Y1020779	UTILITARIO	05 PESSOAS 0.10 T1100 KG	63 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
05	Camioneta S-10 Chevrolet	MVP-3091	9BG138BTOYC410432	UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	75 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
06	Camioneta Mitsubiche L200	MVR-0724		UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
07	Van I-300	MVO-8420	JA381324SSPA01337	UTILITARIO	12 Pessoas 1000 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
08	Camioneta Mitsubiche L200	MVU-5614		UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
09	Camioneta Mitsubiche L200	MVV-0345		UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
10	Camioneta Ranger	MVQ-7932	8AFDR12DX1J202796	UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
11	Camioneta Ranger	MVQ-8077	8AFER13DXYJ160997	UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	65 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
12	FIAT/UNO 1995/GASOLINA	MVN 6190 2619628	9BD146163SS5654839	PASSEIO	05 PESSOAS 400 KG	50 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Tocantins

MARCA / MODELO/ANO/COMB.	PATRIM. E PLACA	CHASSI	TIPO	CAPAC. CARGA	CAPAC. TANQUE LITROS	SITUAÇÃO DO VEICULO	LOCALIZAÇÃO
13	Camioneta C-10 Chevrolet	MVL-2645	UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	60 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
14	FIAT/UNO	MVN 6160	PASSEIO	05 PESSOAS	50 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
15	Camioneta S-10 Chevrolet	MVP-3101	UTILITARIO	05 Pessoas 1100 KG	75 LTS.	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
16	FIAT/UNO	MVU 5601	PASSEIO	05 PESSOAS	50LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
17	Camioneta /Ranger 2001/Diesel	MVQ 7952	UTILITÁRIO	05 PESSOAS	65 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
18	TOYOTA BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1440	UTILITARIO	05 PESSOAS	65 LTS	Alienado p/ leilão	PÁTIO DE ENGENHARIA DE GUARAI
19	GM / CORSA WIND 1999/GASOLINA	MVY-0960 114951	PASSEIO	05 PASSAG. 450 KG	47 LTS	Alienado p/ leilão	DSEI/LAGOA DA CONFUSÃO
20	TOYOTA/BANDEIRANTE 1999/DIESEL	MVY 1410 115421	UTILITÁRIO	05 PESSOAS 0.10 T1100 KG	63 LTS	Alienado p/ leilão	PBI TOCANTÍNIA
21	CAMIONETA/FRONTIER 2005/DIESEL	JKH 1481 134562	UTILITARIO	05 PESSOAS 1100 KG	65 LTS	Alienado p/ leilão	PBI FORMOSO DO ARAGUAIA

Tabela n.º 07 Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV

Anexo-I DA IN 09 DE 26/08/1994

Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV												
Coordenação Regional do Tocantins Av: Joaquim Teotônio Segurado ACSU/10 Conj. 01 Lote 03 Condomínio exec. CARPEDIEM 1º Ad Sala 105												
SERVICO PUBLICO FEDERAL		01		MINISTERIO/ORGAO/ENTIDADE: MS-FUNASA/TO		02		ANO 2008				
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISO												
VEÍCULOS A ADQUIRIR				VEÍCULOS A SUBSTITUIR								
03	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
MARCA/TIPO/ MODELO	Combustível	GRUPO	Trimestre	QUANT	MARCA/TIPO/ MODELO	PLACA	ANO	Combustível	QUANT	UF	GRUPO	
CAMIONETE PICK-UP 4X4 CD. COM AR PARA O DIESEL-CORE-TO	DIESEL			02	FORD ESCORT	KFB-0518	2002	GASOLINA	01	TO		
CAMIONETE PICK-UP 4X4 CD C/ AR, P/O PBI DE TOCANTINOPOLIS	DIESEL			01	CAMINHÃO BAÚ-VW	MVR-6640	1999	DIESEL	01	TO		
CAMIONETE PICK-UP 4X4 CD. COM AR PARA PBI TOCANTINIA	DIESEL			02	TOYOTA BANDEIRANTE	MVY-1360	1999	DIESEL	01	TO		
CAMIONETE PICK-UP 4X4 C/ AR PARA O PBI DE ITACAJA	DIESEL			02	TOYOTA BANDEIRANTE	MVY-3750	1999	DIESEL	01	TO		



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Tocantins

VEÍCULO DE PASSEIO COM AR PARA O PBI DE GOIATINS	DIESEL			01	TOYOTA BANDEIRANTE	MVY-1380	1999	DIESEL	01	TO	
CAMIONETE PICK-UP 4X4 C/AR P/ DIADM	DIESEL		02	TOYOTA BANDEIRANTE	MVY-1370	1999	DIESEL	01	TO		
CAMIONETE PICK-UP 4X4 C/AR P/ DIESP	DIESEL		03	TOYOTA BANDEIRANTE	MVY-1420	1999	DIESEL	01	TO		
CAMIONETE PICK-UP 4X4 C/AR P/ PBI DE F. DO ARAGUAIA.	GASOLINA		01	TOYOTA BANDEIRANTE	MVQ-0083	1999	DIESEL	01	TO		
VEÍCULO DE PASSEIO C/AR P/CORE-TO DIADM	GASOLINA		03	VAN IVECO	MXB-2880	2000	DIESEL	01	TO		
VEÍCULO DE PASSEIO C/AR P/DIESEL - CORE	GASOLINA		02	VAN FIAT DUCATO	MXB-5420	2002	DIESEL	01	TO		
CAMINHÃO MUQUE 3/4P/ DIESP	DIESEL		01	VAN FIAT DUCATO	MWO-4840	2002	DIESEL	01	TO		
VAN/DUCATO DSEI CORE	DIESEL		01	VAN FIAT DUCATO	MWQ-0020	2004	DIESEL	01	TO		
VEÍCULO DE PASSEIO C/AR PBI DE SANTA FE	GASOLINA		01	VAN FIAT DUCATO	MXB-5410	2002	DIESEL	01	TO		
TOTAL											
				22	GM/CORSA/WA GON 1.6	MVQ-5882	2001	GASOLINA	01	TO	
					GM/CORSA/WA GON 1.6	MVQ-5472	2001	GASOLINA	01	TO	
					GM/CORSA WIND	MVY-0970	1999	GASOLINA	01	TO	
					GM/CORSA/WIND	MVQ-3763	2000	GASOLINA	01	TO	
					FIAT UNO CE	MVO-8450	1995	GASOLINA	01	TO	



2.3. PROGRAMAS

De acordo com as ações constantes do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, os resultados alcançados em 2008 serão apresentados por programas, e estão referenciados com a nomenclatura e códigos indicados por aquele instrumento de gestão, quando existente.

A Coordenação Regional da FUNASA no Tocantins, no cumprimento da missão institucional, desenvolveu o Plano Operacional/2008, detalhado em 04 Programas específicos do PPA e o Programa de Apoio Administrativo sobre a Gestão da Divisão de Administração da Core:

0150 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

0122 – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

1287 - SANEAMENTO RURAL

0016 – GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

2.3.1. Programa: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Tabela nº. 08 Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista.
Objetivos Específicos	Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.
Gerente do programa	Márcio Augusto Freitas de Meira.
Gerente executivo	Astrid Inês Schuster
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João dos Reis Ribeiro Barros
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">▪ Coeficiente de Incidência Parasitária de Malária na população indígena (1/1000)▪ Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade (%)



	<ul style="list-style-type: none">▪ Coeficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na população indígena (1/100.000)▪ Coeficiente de Mortalidade Infantil entre crianças indígenas menores de 1 ano (1/1000)
Público - alvo (beneficiários)	Sociedades Indígenas

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa.

Tabela nº. 09 Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade Executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins



Competências institucionais requeridas para a execução da ação

Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

A Gestão e Administração da Atenção Integral de Saúde Indígena no Dsei – TO, está organizada no ponto de vista orçamentário/financeiro em Convênios, Recursos da Secretaria de Atenção da Saúde – SAS, repassados fundo a fundo aos municípios e Teto do Dsei para execução direta e rotinas administrativas.

Tabela nº. 10 Dados gerais dos Recursos dos Convênios/Ongs

Convênio	Valor Recebido
1. Conjaba – Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal	539.043,95
2. Associação Rondon Brasil - Santa Catarina.	2. 871.575,70
TOTAL GERAL	3.410.619,65

Os convênios com as Organizações Não Governamentais – Ongs têm as seguintes ações e finalidades:

1. Convênio: Conjaba – Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal

- **Ações:** prestar assistência com ações de saúde, para atender 1.399 indígenas, da Etnia Javaé da ilha do Bananal.
- **Finalidade:** aplicação de recursos financeiros do convênio: custear despesas com: contratação de recursos humanos; deslocar equipe de saúde; remover pacientes; manutenção de veículos; serviços de informática e equipamentos de comunicação; consultas e exames especializados não disponíveis na rede SUS; medicamentos de especialidades; fornecer órtese e prótese; óculos e cadeira de rodas; reuniões de Conselho Local e Distrital de Saúde Indígena.

2. Convênio: Associação Rondon Brasil - Santa Catarina.

- **Ações:** prestar assistência de saúde a população indígena no Dsei – TO para as Etnias: Krahô, Apinajé, Karajá Xambioá, Javaé e Krahô Canela (Lagoa da Confusão), atendendo 7.564 indígenas;



- **Finalidade:** aplicação de recursos financeiros do convênio: custear despesas com: contratação de recursos humanos; deslocamento de equipe de saúde; remoção de pacientes; dar manutenção predial; de veículos; serviços de informática e equipamentos de comunicação; consultas e exames especializados não disponíveis na rede SUS; medicamentos de especialidades; fornecer órtese e prótese; óculos e cadeira de rodas, reunir Conselho Local e Distrital de Saúde Indígena.

Tabela n.º.11 Dados gerais dos Recursos Repassados aos Municípios – Fundo a Fundo

Município	Valores Repassados (R\$)
Araguaína**	182.400,00
Cachoeirinha	4.200,00
Formoso do Araguaia	426.600,00
Guaraí *	1.106.400,00
Gurupi**	129.000,00
Lagoa da Confusão	110.400,00
Sandolândia	28.800,00
Santa Fé do Araguaia	221.400,00
Santa Maria das Barreiras	31.200,00
Tocantínia	876.600,00
Tocantinópolis	628.200,00
TOTAL GERAL	3.745.200,00

* Os recursos desses Municípios foram administrados pelo município de Guaraí, por decisão dos Conselheiros de Saúde Indígena e fundamentado na Portaria MS n.º. 47 de 23/06/2006, que desabilitou os municípios de Itacajá, Goiatins e Palmas e habilitou o Município de Guaraí para tal finalidade. Para o município de Palmas, também foi habilitado o município de Guaraí, conforme Portaria em pauta, para contratação de 01 (um) enfermeiro para coordenar o Programa de Saúde da Mulher e da Criança e 01 (um) Odontólogo para coordenar o Programa de Saúde Bucal do Dsei-TO.

** Os recursos desses Municípios foram utilizados na contratação de equipe de saúde para atuar nas Casas de Saúde Indígena - Casais, daqueles municípios.

Os Recursos da Secretaria de Atenção a Saúde do Ministério da Saúde - MS/SAS, repassados Fundo a Fundo aos Municípios tem como principal objetivo a contratação de profissionais que compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena (médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, Ais e Aisans).

Tabela nº. 12 Dados dos Recursos Orçamentários/financeiros Teto do Dsei - TO

Plano Interno	Total Recebido	Elementos de Despesas/Executados								Total Executado	Total Devolvido	
		339014	339030	339036	339037	339039	449052	339093	339092			
IPRE	273.827,58	234.692,86			34.392,45	4.742,27					273.827,58	00,00
ITOC	1.216.336,53	503.156,42	192.332,19	45.750,57	300.134,23	91.216,27	15.933,70	359,38	38.950,90	1.187.633,66	28.702,87	
ITOCAPACIT	76.022,23	22.413,65		16.010,60		37.597,98				76.022,23	00,00	
ITOCCSI	138.000,00				138.000,00					138.000,00	00,00	
ITOCEDUC	12.000,00									12.000,00	00,00	
ITOCMALARIA	10.000,00									5.000,00	5.000,00	
ITOCVACINA	18.925,68	6.927,68	4.466,99	4.000,00						15.394,67	3.531,01	
ITOCVIGALIM	14.798,57	14.798,57								14.798,57	00,00	
MANUTEM*	50.000,00	50.000,00								50.000,00	00,00	
TOTAL GERAL	1.809.910,59	848.989,18	196.799,18	65.761,17	472.526,68	133.556,52	15.933,70	359,38	38.950,90	1.772.676,71	37.233,88	

* Repassado pela Divisão de Administração – Diadm para o Distrito Sanitário Especial Indígena – Dsei/TO, para cobrir despesas com diárias para servidores.



2.3.2.2. Ação 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.

Tabela n°. 13 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição	Construção, ampliação, reforma e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidades executora	Coordenação Regional do Tocantins
Áreas responsável por gerenciamento ou execução	Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS n° 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n°. 14 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Pactuar e Implantar, junto aos municípios, as diretrizes da Portaria n°. 2656/07-GM/MS, em conjunto c/a SAS/MS no IAB-PI (Incentivo e Atenção Básica aos Povos Indígenas) e IAE-PI (Incentivo e Atenção especializada aos Povos Indígenas).	Município Pactuado	8	8

Para atender esta meta, foram realizadas 08 Oficinas de Organização do Processo de Trabalho em Saúde Indígena, nos Pólos Bases, Bases de Apoio e Casais, com a participação de 158 profissionais de Saúde Indígena e de 87 Gestores: Prefeitos, Secretários Municipais de Saúde, Coordenador Regional, Chefe do Dsei, Conselheiros



Locais e Distrital de Saúde Indígena, Responsáveis Administrativos dos Pólos Bases, Bases de Apoio e Casais.

No controle Social foram realizadas 04 reuniões ordinárias e 02 extraordinárias do Conselho Distrital de Saúde Indígena - Condisi/TO, participando em média 28 conselheiros distritais por reuniões, sendo que ao todo são 36 conselheiros distritais indígenas.

Com a publicação da Portaria nº. 2.760/08, que altera o Art. 20 da Portaria 2.656/07, as etapas de Reuniões com os Gestores Municipais para as pactuações e Assinaturas dos Termos de Compromissos ficaram para ser realizadas em Fevereiro/2009, tendo em vista a mudança de Gestores Municipais em razão das eleições/08.

Tabela nº. 15 Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	44.000,00	22.000,00	50
Física	8	8	100

2.3.2.2. Ação 6140 – Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.

2.3.2.2.1. Subação: Implementação das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas.

Tabela nº.16 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Combater a desnutrição na população indígena
Descrição	Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa



Coordenador nacional da ação	Wanderley Guenka
Unidades executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.

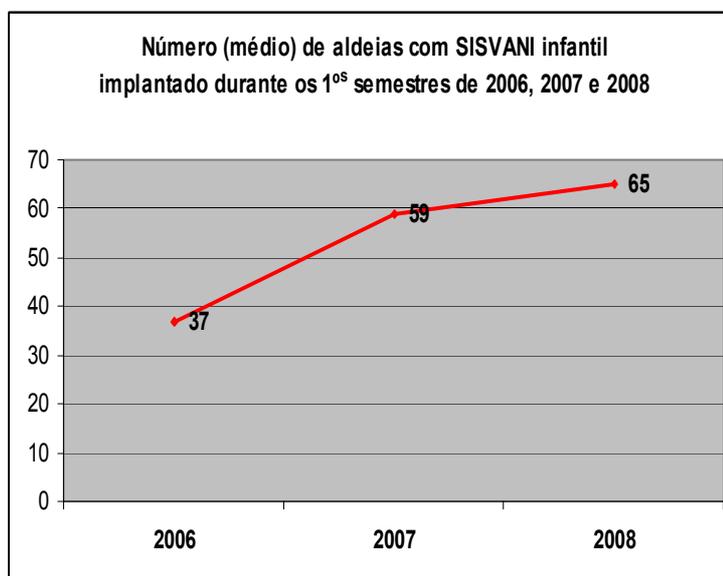
Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela nº. 17 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Implementar as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, com ênfase no monitoramento de crianças menores de 5 anos e gestantes	Dsei com ações implementadas	1	1

O Dsei Tocantins, através do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) frente ao perfil das etnias, monitorado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVANI), desenvolve subprogramas direcionados a recuperação nutricional, desde sua implantação, em agosto de 2006.

Gráfico Nº. 01 – Evolução do Sistema de Vigilância alimentar e Nutricional no Dsei - TO





Neste contexto o Dsei-TO sempre procurou proporcionar as articulações necessárias no auxílio à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das etnias sob sua responsabilidade.

Durante o ano de 2008, foram implementadas várias ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, entre elas:

1. Expansão do SISVANI em relação ao número de aldeias, conforme gráfico abaixo;
2. Ampliação do acompanhamento nutricional de gestantes indígenas;
3. Articulação intersetorial para prevenção, monitoramento e tratamento do Beribéri (Hipovitaminose B1);
4. Sistematização de oferta de complemento alimentar e cestas de alimentos para recuperação nutricional dos casos de baixo peso de crianças menores de 5 anos, idosos, gestantes, puérperas e nutrizes;
5. Monitoramento do programa de suplementação de Vitamina A;
6. Articulação com CONDISI em relação às atividades da VAN e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional;
7. Suporte técnico em relação à produção de alimentos nas Casais;
8. Participação de projetos multidisciplinares de saúde indígena;
9. Articulação intersetorial em relação à assistência aos casos de desnutrição indígena infantil grave, nas referências hospitalares;
10. Planejamento de capacitação de profissionais da EMSI em SISVANI e Aleitamento Materno e carências de micronutrientes (Vitamina A, Ferro, B1);
11. Apoio técnico nas atividades do Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas.

Tabela n.º 18 Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	121.571,56	45.189,02	37,17
Física	1	1	100



2.3.2.3. Ação 8743 – Promoção, Vigilância, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena.

Tabela nº. 19 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição	Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde
Coordenador Nacional da Ação	Wanderley Guenka
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO X - Art. 103.



2.3.2.3.1. Subação: Capacitação de Profissionais na Área Indígena

Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n.º. 20 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Capacitar profissionais que atuam na saúde indígena no Dsei	Profissionais Capacitados	220	162

Esta meta alcançou um percentual de 73.64%, que corresponde a 162 profissionais capacitados. As capacitações realizadas no primeiro semestre foram em parceria com o Estado, como capacitação de parteiras tradicionais, onde foram capacitados 04 enfermeiras dos Pólos Base e 10 parteiras tradicionais onde esta prática ainda existe das etnias Krahô, Xerente, Javaé e Apinajé. A atualização de profissionais das equipes multidisciplinares em Imunização (sala de vacina e rede de frios) e Vigilância das Doenças Imunopreveníveis (Eventos adversos Pós-Vacinal).

As capacitações previstas para o 2º semestre não aconteceram conforme programadas devido insuficiência de pessoal administrativo na Core, o que provocou atraso na realização do processo licitatório, que só sendo possível aconteceu no dia 05/12/08, acarretando prejuízos no alcance da meta, que era capacitar 220 profissionais. Entretanto, como o processo já está licitado, essas capacitações ocorrerão ainda no primeiro semestre de 2009.

Tabela n.º. 21 Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	379.529,41	76.022,23	20.03
Física	220	162	73.64



2.3.2.3.2. Subação: Estruturação do sistema de Informações - SIASI

Esta Subação contemplou 02 metas para ser executada:

Tabela n.º 22 Descrições das Metas

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Realizar inquérito sobre recursos humanos que trabalham na atenção à saúde indígena no Dsei	Dsei com inquérito realizado	1	1

A facilidade encontrada foi o atendimento das equipes dos Pólos Base, Bases de Apoio e Casais no envio dos formulários.

Entretanto, para maior agilidade na execução das ações propõe-se a implantação e funcionamento da internet nos Pólos Base de Itacajá e Santa Fé do Araguaia; nas Bases de apoio de Goiatins e Lagoa da Confusão e nas Casais de Araguaína e Gurupi.

Tabela n.º 23 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.100,00	600,00	28,56
Física	1	1	100

Tabela n.º 24 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Realizar inquérito sobre a infra-estrutura dos estabelecimentos relacionados à atenção à saúde indígena no Dsei	Dsei com inquérito realizado	1	1

O inquérito de levantamento de necessidades de equipamentos de informática e estrutura necessária para funcionamento do sistema de informação foi concluído. Também, foram recebidos 30 novos equipamentos de informática para o Dsei e Core disponibilizados pelo Desai e Diadm/Presidência.



Tabela n.º. 25 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.107,00	600,00	28,48
Física	1	1	100

2.3.2.3.3. Subação: Implantação de ações de Biossegurança nas áreas indígenas

Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n.º.26 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Implantar ações de biossegurança no DSEI	Dsei com ações implantadas	1	0

As atividades para implantação das medidas de Biossegurança no Dsei não foram realizadas, tendo em vista que a servidora que foi capacitada, também ser responsável pelo programa de imunização e sobrecarregou com demandas das campanhas de intensificações. Ficando para ser programada para o exercício de 2009.

Tabela n.º.27 Metas e resultados da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	600,00	00	00
Física	1	00	00

2.3.2.3.4. Subação: Implantação de ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança indígena

Esta Subação contemplou 05 metas para serem executadas:

Tabela nº. 28 Descrição da Meta

Descrição da Meta	Unidade de medida	Esperado	Alcançado
1. Reduzir em 5% a mortalidade infantil indígena, nos 5 Pólos Base e Bases de Apoio, priorizando as Etnias Xerente, Apinajé e Krahô	Dsei com índice de redução alcançada	1	1

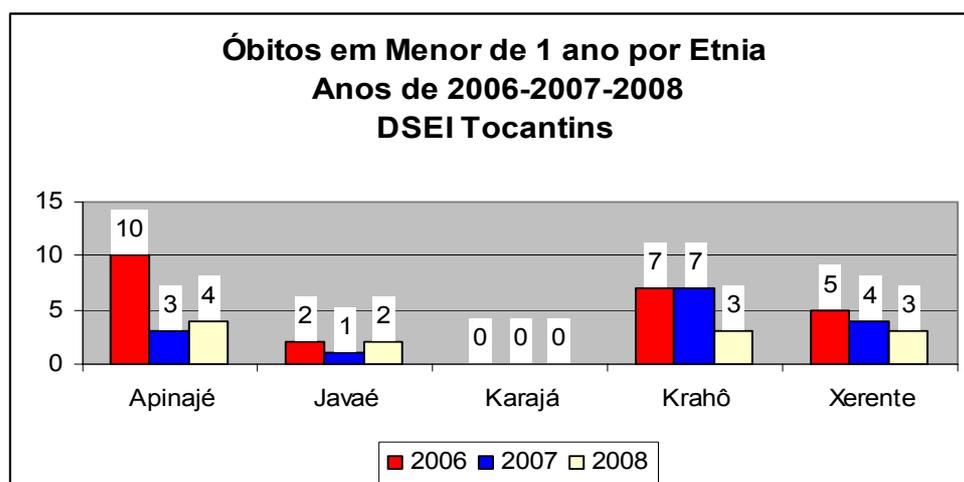
Considerando que desde o ano de 2006, o Dsei tem intensificado as ações de promoção e proteção a saúde, que contribuíram diretamente para melhoria da saúde da mulher e da criança indígena.

Considerando que no ano de 2007 foi implantado o programa de saúde da mulher e da criança, que permitiu melhor delineamento das condições de atenção à criança, ao pré-natal, ao parto e puerpério, possibilitando intervenções de acordo com os entraves encontrados.

Ainda em 2007, foram capacitados 100% das EMSI em Saúde da Mulher e Atenção Integral as Doenças Prevalentes na Infância - AIDIPI, melhorando a qualidade do atendimento prestado.

Mesmo com as dificuldades apresentadas em relação a transportes, as ações desenvolvidas em 2008, somadas às ações realizadas de forma contínua, anteriormente, e preventivamente contribuíram para a melhoria das condições de saúde de gestantes, nutrizes e crianças.

Gráfico Nº. 02 – Histórico de óbitos menor de 1 ano por etnia - 2006 a 2008 no Dsei - TO



FONTE: SIASI e Planilhas Mensais de Notificação de Óbitos

O gráfico representa uma comparação com os anos anteriores, sendo que em 2006 houve 24 óbitos, em 2007 15 óbitos e em 2008, 12 óbitos em menor de 1 ano, tendo uma redução gradativa no decorrer dos anos.

Tabela n°. 29 Meta e resultado da ação no exercício

META – 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.900,00	1.900,00	100
Física	1	1	100

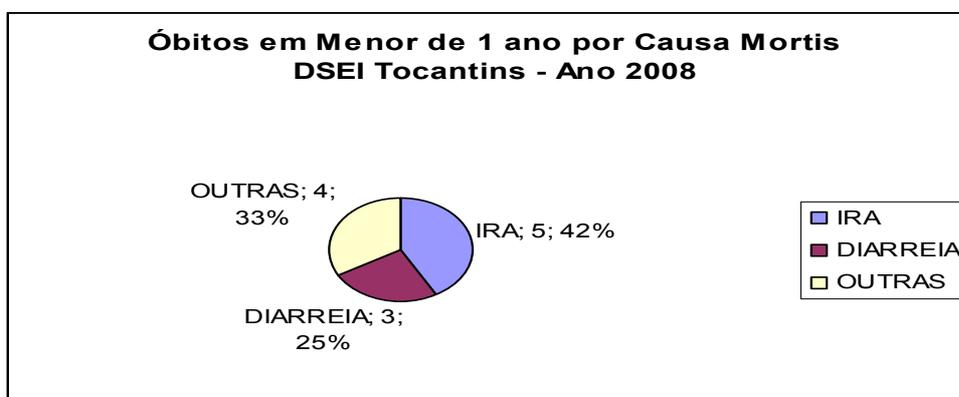
Tabela n°. 30 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Investigar 80% dos óbitos infantis e maternos, priorizando as etnias Xerente, Apinajé e Krahô.	Dsei com índice com 80% dos óbitos investigados	1	1

O Dsei-TO, desde abril de 2008 participa do Comitê Estadual de Óbitos Materno Infantis, o que contribuiu para a implantação da Comissão Distrital de Investigação dos Óbito Materno Infantil, em setembro/2008.

A Comissão Distrital de Investigação dos Óbitos Infantis, alcançou a investigação de 9 em um total de 12 óbitos em menor de 01 ano.

Gráfico N°. 03 – Óbitos em menor de 1 ano por causa mortis

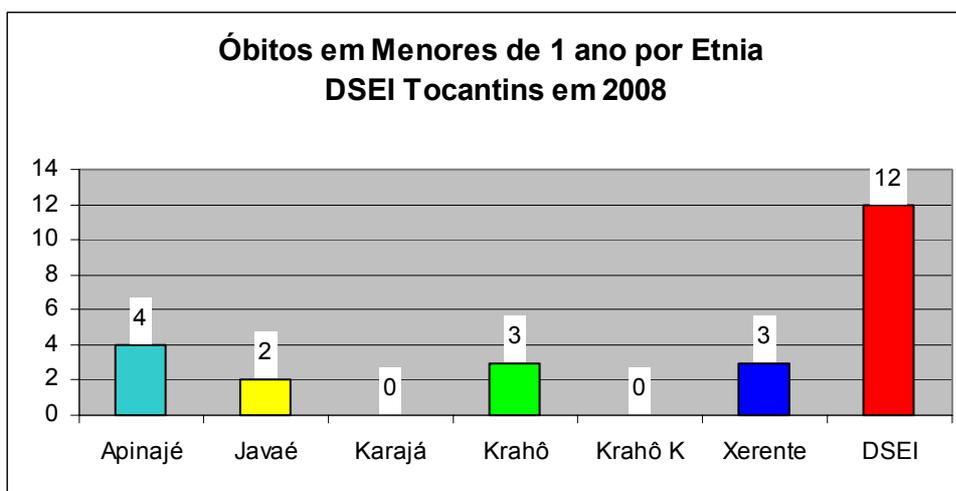


FONTE: SIASI e Planilhas Mensais de Notificação de Óbitos

Houve ainda 01 óbito materno, o qual foi investigado juntamente com o S.V.O (Serviço de Verificação de Óbito).

Foram realizadas 03 reuniões do Comitê, aonde foi definida a operacionalização da rotina de investigações para as Emsi e analisado as fichas enviadas pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena. O gráfico abaixo representa o número absoluto de óbitos em menor de 1 ano por etnia.

Gráfico N.º 04 – Número de óbitos em menor de 1 ano por etnia no Dsei - TO



FONTE: SIASI e Planilhas Mensais de Notificação de Óbitos

Todas as etapas programadas para atingir esta meta foram cumpridas e ainda está programada uma Capacitação sobre Causa Básica do Óbito para as Emsi em 2009.

Tabela n.º 31 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.100,00	2.300,00	109.53
Física	1	1	100

Tabela n.º 32 Descrição da Meta

Descrição da Meta	Unidade de medida	Esperado	Alcançado
3. Atingir a cobertura de exames de Pccu em 50% das MIF.	Dsei com cobertura alcançada	1	0



Considerando que ao longo dos anos tem se observado dificuldades variadas para o alcance desta meta, que vão desde as dificuldades logísticas e problemas culturais, observa-se ainda pouca priorização desse indicador pelas equipes, em detrimento a outras atividades, principalmente, nas grandes etnias aonde o número de exames coletados se dissipa considerando-se a elevada quantidade de mulheres em idade fértil.

No início de dezembro/08, foi programada uma ação integrada entre município e Emsi visando intensificar as coletas na etnia Xerente - Pólo Base de Tocantínia, porém sem sucesso. Os recursos gastos no período foram com diárias para deslocamentos em atividades de acompanhamento e supervisão.

Entretanto, para 2009, uma das estratégias para melhorar o desempenho dessas atividades é o desenvolvimento de ações de educação em saúde, visando intervir nos fatores culturais e intensificação da priorização de tais atividades por parte das Emsi.

Tabela n.º.33 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.900,00	1.200,00	63.15
Física	1	00	00

Tabela n.º. 34 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
4. Manter a cobertura pré-natal em 50% das gestantes cadastradas.	Dsei com cobertura	1	1

No primeiro semestre, observou-se uma redução na cobertura de gestantes cadastradas no pré-natal, considerando a captação destas para o pré-natal comparado aos anos anteriores.

Como ponto facilitador foi a priorização de intensificação e manutenção do pré-natal pelas equipes no segundo semestre, que atingiu em media 4,5 consultas por gestantes cadastradas.



Tabela n.º. 35 Meta e resultado da ação no exercício

META - 4	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.200,00	1.500,00	68.18
Física	1	1	100

Tabela n.º. 36 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
5. Implantar a Caderneta de Saúde do Idoso	Dsei com caderneta implantada	1	0

Visando atender a demanda do Pacto Pela Vida 2006, e intensificar a atenção ao idoso, os profissionais das Emsi foram sensibilizados quanto a Política Nacional de Atenção ao Idoso e as cadernetas foram implantadas, como projeto piloto nas etnias Javaé e Krahô Kanela/Base de Apoio de Lagoa da Confusão. As demais etnias estão previstas para o ano de 2009.

Tabela n.º. 37 Meta e resultado da ação no exercício

META - 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	800,00	800,00	100
Física	1	0	00

2.3.2.3.5. Subação: Implantação da Política de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena

Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n.º. 38 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Implementação das ações de Assistência Farmacêutica no Dsei, para a promoção do uso racional de medicamentos.	Dsei com ações implementadas	1	1



Conforme preconiza a Vigilância Sanitária e o Conselho Regional de Farmácia, foram reestruturadas as instalações físicas adequadas da farmácia do Dsei, dos 05 Pólos Base, das 02 Casais e das 02 Bases de Apoio, onde cada local possui um responsável pela dispensação de medicamentos, através da assessoria e supervisão da Responsável Técnica.

Foi liberado em março/2008 o certificado de regularidade pelo Conselho Regional de Farmácia e em novembro/2008 a liberação do alvará sanitário pela Vigilância Sanitária.

O monitoramento da distribuição de medicamentos da farmácia básica e insumos são de acordo com o perfil epidemiológico e os medicamentos de especialidades são adquiridos na farmácia local contratada pelas Conveniadas (Ongs).

Tabela n°. 39 Meta e resultado da ação no exercício

META - 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	208.928,81	159.363,08	76.28
Física	1	1	100

2.3.2.3.6. Subação: Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a População Indígena

Esta Subação contemplou 03 metas para serem executadas:

Tabela n°. 40 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Manter a cobertura de 50% por escovação dental supervisionada	Dsei com cobertura alcançada	1	1

Esta meta foi alcançada em 90% em toda a população do DSEI/TO. Após a análise dos resultados obtidos, observou-se que os Cirurgiões Dentistas - CD, Auxiliares de Consultórios Dentários - ACD, Técnicos de Enfermagem e Agentes Indígenas de saúde - AIS, realizaram de modo efetivo seus trabalhos no que diz respeito a escovação dental supervisionada.



Para que essa meta pudesse ser alcançada, os Cirurgiões Dentistas de cada PBI realizaram orientações e instruíram toda a equipe multidisciplinar mostrando a importância da prevenção das doenças oriundas da cavidade bucal, através da escovação supervisionada realizando ações como evidenciação de placa, acompanhamento de escovação dental coletiva e individual, garantindo acesso à escova dental, fio dental e creme dental, independente da faixa etária. Tais atividades foram realizadas nas escolas indígenas com a participação dos professores indígenas e não indígenas.

Tabela n.º. 41 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.151,00	8.083,00	79.63
Física	1	1	100

Tabela n.º. 42 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Alcançar cobertura de 60% por 1ª consulta odontológica no DSEI	Dsei com cobertura alcançada	1	0

A Cobertura por 1º consulta odontológica no Dsei alcançou 42%, que corresponde 3.738 atendimentos: sendo que no Pólo Base de Formoso do Araguaia atingiu 973 atendimentos; Itacajá 1386; Tocantínia 652; Tocantinópolis 416 e Santa Fé do Araguaia 311.

Um fator que contribuiu para o não alcance desta meta se refere ao repasse de informações, visto que os dados não eram compilados nos relatórios mensais vindos dos pólos, pois este item não fazia parte dos relatórios usados até o mês de setembro deste ano e também pela falta de conhecimento ou motivação de alguns Cirurgiões Dentistas quanto aos índices e metas estipuladas pelo plano operacional/distrital.

Entretanto, com a implantação do formulário e repasse dessas informações, em 2009 propiciará um melhor desempenho.



Tabela n.º. 43 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.151,00	3.085,50	30.40
Física	1	00	00

Tabela n.º.44 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
3. Realizar 2 procedimentos odontológicos assistenciais básicos, em média no DSEI	Dsei com média alcançada	1	1

A meta de realizar 2 procedimentos odontológicos assistenciais básicos, foi alcançada, superando o programado com um total de 49.781 procedimentos realizados, numa média de 5 procedimentos assistenciais básicos.

Existem vários fatores que dificultam o desenvolvimento das atividades como, rotatividade de profissionais nas áreas Krahô, Apinajé e Xerente, também devido à necessidade e priorização de transportes na organização dos trabalhos, por parte de alguns pólos, para que estes profissionais cheguem às áreas/aldeias indígenas. Há também resistência de alguns indígenas na realização de alguns procedimentos em fase reversível sem a presença de dor.

As oficinas com técnicos no nível regional e de oficinas de organização de trabalho e planejamento com os profissionais da Emsi foi um dos pontos facilitadores para o alcance dos resultados.

Tabela n.º. 45 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	6.863,00	1.712,70	24.95
Física	1	1	100



2.3.2.3.7. Subação: Implementação das ações de Controle das DST/Aids nas áreas Indígenas

Esta Subação contemplou 02 metas para serem executadas:

Tabela n.º. 46 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Monitorar e acompanhar as ações de controle das DST/Aids no Dsei	Dsei monitorado	1	1

Nesta meta foram alcançadas e implementadas as 05 etapas programadas, obtendo um resultado satisfatório nas atividades desenvolvidas até dezembro/08, onde as implementações cabíveis e necessárias ocorreram-se no âmbito do planejamento, avaliação, apoio/assessoria técnica, melhoria das informações, capacitação, treinamento em serviço, monitoramento e vigilância das DST/Aids.

As principais dificuldades estão relacionadas à rotatividade de profissionais e as questões relacionadas aos transportes. A facilidade foi desenvolver o trabalho por meio de parcerias entre a Secretaria de Saúde do Estado e alguns municípios.

Tabela n.º. 47 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	17.000,00	14.573,12	85.72
Física	1	1	100

Tabela n.º. 48 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Implantar o Teste Rápido para diagnóstico do HIV no Dsei	Dsei com teste rápido em HIV implantado	1	0



A meta descrita foi alcançada em 80% da implantação do Teste Rápido para diagnóstico da infecção pelo HIV, sendo contemplados 03 Pólos Base: Itacajá, Formoso do Araguaia e Tocantinópolis.

Realizada também a implementação no Pólo Base de Tocantínia, uma vez que este Pólo já havia sido contemplado com esta ação no 1º semestre de 2008.

No entanto, ainda não foi possível atingir a meta em 100% do resultado esperado, devido a profissional do PBI de Santa Fé do Araguaia, que foi capacitada ter ficado de licença maternidade e não haver recursos disponíveis para capacitar a outra profissional, ficando para o ano de 2009, a consolidação da meta. O trabalho em parcerias com estado e municípios representa uma das facilidades importantes para o desenvolvimento das atividades.

Tabela nº. 49 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.000,00	9.995,80	47.60
Física	1	0	00

2.3.2.3.8. Subação: Implementação das ações de Controle da Malária em área Indígena

Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela nº. 50 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Reduzir em 20% os casos de malária no âmbito do Dsei	Dsei com percentual de redução alcançada	1	1

A Meta foi alcançada com sucesso, fechando o exercício com **zero** caso de malária no âmbito do Dsei/TO, sendo que em 2007 houve 05 casos, tendo uma redução de 100% dos casos em 2008.



Foi realizado o monitoramento das ações de vigilância epidemiológica, com supervisão e acompanhamento nas áreas indígenas.

Tabela n.º.51 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	20.000,00	16.504,84	82.52
Física	1	1	100

2.3.2.3.9. Subação: Implementação das ações de Controle da Tuberculose nas áreas Indígenas

Esta Subação contemplou 03 metas para serem executadas:

Tabela n.º. 52 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Reduzir a incidência de tuberculose em 10%, no Dsei Tocantins.	Dsei com índice de redução alcançado	1	1

A incidência de casos de tuberculose pulmonar positivo no âmbito do Dsei-TO em 2008 é de 33.5/100.000. Sendo que em 2007 era de 59.5/100.000.

A facilidade para o alcance da meta é que num primeiro momento tínhamos profissionais capacitados para realizar a busca ativa e PPD nas aldeias.

Tabela n.º. 53 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	3.000,00	1.400,00	46.67
Física	1	1	100



Tabela nº. 54 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Manter o percentual de 86% de cura dos casos novos de tuberculose	Dsei com percentual alcançado	1	1

Por se tratar de um agravo que necessita de um período prolongado (seis meses), dois casos concluíram o tratamento e receberam cura confirmada, se avaliar por este prisma, estamos com 100% de cura para o período.

Tabela nº. 55 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	3.360,00	1.500,00	44.64
Física	1	1	100

Tabela nº. 56 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
3. Alcançar o percentual de 100% de tratamento supervisionado, de todos os casos de tuberculose, 02 Pólos Base.	Dsei com percentual alcançado	1	1

No Plano Operacional foram priorizados 02 Pólos Base (Tocantínia e Itacajá), mais o tratamento supervisionado é realizado em 100% dos casos notificados no DSEI.

As aldeias onde há caso em tratamento dispõem de Agente Indígena de Saúde e Técnico de Enfermagem 24 horas, facilitando a dose diária supervisionada.

No período de 05 a 07/08/08 foram realizadas reuniões de avaliação dos programas com a presença de Enfermeiros e Técnico de Enfermagem dos PBIs e BA, na oportunidade foram apresentados, discutidos e distribuídos materiais com informações do lançamento da Campanha de Combate à Tuberculose do MS (13/07/08), Casos e Taxa de Incidência da TB no Dsei TO e por PBI, no período de 2000 a Junho de 2008, bem como, Dados da Tuberculose no Mundo, Brasil, nas Comunidades Indígenas e no Dsei Tocantins.



Tabela n.º 57 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.000,00	2.000,00	100
Física	1	1	100

2.3.2.3.10. Subação: Implementação das ações de Imunização nas aldeias

Esta Subação contemplou 05 metas para serem executadas:

Tabela n.º 58 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Alcançar cobertura vacinal de 80% para as vacinas Tetravalente e Pólio oral em crianças < 1 ano de idade	Nº. Dsei	1	0

Até setembro/2008 foram alcançados 75% para a cobertura vacinal, fechando o exercício com 70.72%, havendo uma redução significativa no âmbito do DSEI.

A meta foi satisfatória no Pólo Base de Formoso do Araguaia (85.19% - Etnias Javaé e Krahô Canela), Santa Fé do Araguaia (100% - Etnia Karajá) e Tocantínia (VOP 97.33% e Tetra 96% - Etnia Xerente). Já nos Pólos Bases de Tocantinópolis a meta alcançada foi de 77.27% (Etnia Apinajé) e Itacajá 23.81% (Etnia Krahô), comprometendo significativamente a meta ser alcançada pelo Dsei.

Esse comprometimento deu-se pelo não cumprimento do deslocamento de rotina pelas Emsi dos Pólos Base de Tocantinópolis e principalmente de Itacajá.

Dentre os fatores dificultadores que levaram ao descumprimento do cronograma mensal de vacinação, destaca-se as questões relacionadas ao transporte (estrada em más condições que dificultam o acesso e danifica os veículos, dispersão dos indígenas nas áreas) necessários ao deslocamentos das equipes, que tem dificultado o alcance da meta, principalmente, nas vacinas que exigem esquema multidoso, bem como, migração de famílias indígenas para outros municípios fora da área de abrangência do Dsei e, ainda a movimentação dos usuários entre aldeias, uso de bebida alcoólicas dentro das comunidades e outros assuntos relacionados às questões culturais.



As facilidades encontradas foram a realização de reuniões técnicas de avaliação e planificação da vacinação de rotina e campanhas; Atualização/Capacitação dos profissionais das equipes multidisciplinares em Imunizações (sala de Vacinas e rede de frio) e Vigilância das doenças Imunopreveníveis (Eventos Adversos pós-vacinais); reprodução e distribuição de materiais didáticos/instrucionais; Divulgação na mídia local, rádio, comunitário das atividades de imunizações a serem desenvolvidas; atualização do módulo demográfico e de imunizações no SIASI local; mobilização de profissionais e representantes das comunidades locais para as atividades de vacinação; monitoramento e avaliação trimestral das atividades.

Tabela n.º. 59 Meta e resultado da ação no exercício

META – 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.848,00	3.770,67	17.26
Física	1	0	70.45

Tabela n.º. 60 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Alcançar cobertura vacinal de 85% para as vacinas: Hepatite B e Tríplice Viral em crianças de 1 a 4 anos de idade	Nº. Dsei	1	0

A Meta alcançada até setembro/2008 era de 90.87% de cobertura vacinal para as vacinas Hepatite B e Tríplice Viral, reduzindo para 67.92% no final do exercício, considerando a introdução da 2ª dose de Tríplice Viral na faixa etária de 1 a 4 anos por ocasião da campanha da Rubéola e pela impossibilidade de fazer a 2ª dose no prazo estabelecido.

Essa dificuldade no âmbito do Dsei no alcance da meta estabelecida para vacina Tríplice Viral foi devido ao não entendimento das recomendações do calendário de vacinação para as populações indígenas, por parte do Programa Nacional de Imunização – PNI municipal e estadual que gerou insegurança no procedimento por parte das Emsi.

Entretanto, com relação à meta estabelecida, houve um alcance da cobertura para a vacina Hepatite B, atingindo um percentual de 99.36% no âmbito do Dsei - TO.



Os Pólos Base de Itacajá, Tocantínia e Tocantinópolis não alcançaram a meta estabelecida para a vacina Tríplice Viral, conforme detalhamento abaixo.

- Santa Fé do Araguaia – 100% para a Tríplice Viral e Hepatite B;
- Formoso do Araguaia – 97.11% para a Tríplice Viral e 100% Hepatite B;
- Itacajá – 50.77% para a Tríplice Viral e 99.48% Hepatite B;
- Tocantínia – 63.62% para a Tríplice Viral e 98.44% Hepatite B;
- Tocantinópolis - 69.28% para a Tríplice Viral e 100% Hepatite B.

Tabela nº. 61 Meta e resultado da ação no exercício

META – 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.848,00	3.770,67	17.26
Física	1	0	60.78

Tabela nº. 62 Descrição da Meta

Descrição da Meta	Unidade de medida	Esperado	Alcançado
3. Alcançar cobertura vacinal de 80% para as vacinas: Tríplice Viral e Dupla Adulto em MIF (10 a 49 anos)	Nº. Dsei	1	0

Considerando a Meta estabelecida houve alcance em **74,37%** da cobertura vacinal. Para a Tríplice Viral foi 85% e para a Dupla Adulto foi de 99.87% no âmbito do Dsei.

O Pólo Base de Itacajá não alcançou a meta estabelecida para a vacina Tríplice Viral, conforme detalhamento abaixo:

- Santa Fé do Araguaia – 100% para a Tríplice Viral e Dupla Adulto;
- Formoso do Araguaia – **61,69%** para a Tríplice Viral e 100% Dupla Adulto;
- Tocantínia – 87,44% para a Tríplice Viral e 100% Dupla Adulto;
- Tocantinópolis – 88,01% para a Tríplice Viral e 100%. Dupla Adulto;
- Itacajá – **59,44%** para a Tríplice Viral e 99.52% Dupla Adulto.



Tabela n.º. 63 Meta e resultado da ação no exercício

META – 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.848,00	3.770,67	17.26
Física	1	1	100

Tabela n.º. 64 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
4. Alcançar 80% homogeneidade de cobertura vacinal para a vacina contra a influenza em idosos	Nº. Dsei	1	1

A Meta foi alcançada em 93.71% de cobertura vacinal.

Em todos os Pólos Base foi alcançada a meta estabelecida para a vacina influenza em idosos, conforme detalhamento abaixo:

- Formoso do Araguaia – 100%;
- Itacajá – 80.16%;
- Santa Fé do Araguaia – 100%;
- Tocantínia – 98.06%;
- Tocantinópolis - 100% .

As facilidades para o alcance da meta são decorrentes da boa aceitação da vacina por parte da população alvo, considerando a baixa movimentação dessa população entre aldeias.

Vale ressaltar que a meta alcançada corresponde a 100% de cobertura vacinal em 100, das aldeias existentes no âmbito do Dsei do TO.



Tabela n°. 65 Número de Pessoas* com Esquema Completo de Vacinação por Pólo Base e Faixa Etária, no Dsei – TO em 2008.

PÓLO – BASE	< 1ANO	1-6 ANOS	7 -59 ANOS	>= 60 ANOS	TOTAL	MIF
PBI TOCANTINÓPOLIS População	85	432	1265	56	1838	508
Nº de pessoas com esquema completo	75	338	1226	52	1691	496
PERCENTUAL (%)	88,23	78,24	96,61	92,85	92,00	97,67
PBI DE FORMOSO População	66	318	1252	120	1756	499
56N242°1167 78d1543e325 pessoas com esquema completo	62	313	1220	119	1714	478
PERCENTUAL (%)	92,93	98,42	97,44	99,16	97,60	95,79
PBI DE SANTA FÉ População	17	76	356	24	473	133
Nº de pessoas com esquema completo	17	76	354	24	471	132
PERCENTUAL (%)	100	100	99,43	100	99,57	99,24
PBI ITACAJÁ População	101	564	1637	126	2428	630
Nº de pessoas com esquema completo	53	373	860	31	1317	343
PERCENTUAL (%)	52,47	66,13	52,53	24,60	54,24	54,44
PBI DE TOCANTINIA População	110	647	2009	103	2869	824
Nº de pessoas com esquema completo	64	484	1798	101	2447	756
PERCENTUAL (%)	58,18	74,80	89,49	98,05	85,29	91,74
DSEI – TOCANTINS População	379	2037	6519	429	9364	2594
Total de pessoas com esquema completo	271	1584	5458	327	7640	2205
TOTAL (%)	71,50	77,76	83,72	76,22	81,58	85,00

* A População de referência para os cálculos é a Fonte do Siasi Local – Dezembro/2008, com 9.364 indígenas cadastrados.



Tabela n.º. 66 Meta e resultado da ação no exercício

META – 4	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.848,00	3.770,67	17.26
Física	1	1	100

Tabela n.º. 67 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
5. Alcançar 60% de pessoas com esquema vacinal completo	Nº. Dsei	1	1

A Meta foi alcançada em 81.58%, com esquema vacinal completo.

A facilidade encontrada para o alcance da meta, que a população a partir de 1 ano de idade já haviam completado esquema para as vacinas contra a Poliomielite, Tetravalente, BCG, Febre Amarela, Dupla Adulto, Varicela, Pn23 e anti-influenza.

Essa é uma meta difícil de ser alcançada em menores de ano, onde a maior parte das vacinas são multidoses, é uma população difícil de ser encontrada, tendo em vista a migração de famílias indígenas para outros municípios fora da área de abrangência do Dsei, a movimentação dos usuários entre aldeias e outros assuntos relacionados às questões culturais.

Tabela n.º. 68 Meta e resultado da ação no exercício

META – 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	21.848,00	3.770,67	17.26
Física	1	1	100

2.3.2.3.11. Subação: Implementação das ações de Saúde Mental para as populações indígenas

Esta Subação contemplou 01 meta para ser executada:



Tabela n.º. 69 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Implantar as diretrizes de saúde mental no DSEI	Dsei com diretrizes implantadas	1	0

Nesta meta, de implantação das diretrizes de saúde mental no DSEI-TO, onde apresentava 09 etapas na programação de trabalho a serem desenvolvidas ao longo do ano. No entanto 07 delas foram realizadas, avaliadas e implementadas de acordo com as avaliações realizadas durante o 1º e 2º semestres, alcançando 78% da meta programada. Restando apenas duas etapas do Plano Operacional, devido a não possibilidade de realizar o estudo antropológico e inquérito situacional do alcoolismo por falta de profissional e teto orçamentário, bem como a implantação das diretrizes no âmbito do DSEI - TO.

Tabela n.º. 70 Meta e resultado da ação no exercício

META – 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	85.000,00	18.740,00	22,05
Física	1	0	00

2.3.2.3.12. Subação: Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas

Esta Subação contemplou 02 metas para serem executadas:

Tabela n.º. 71 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Beneficiar 22 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeia beneficiada	22	22

Para o cumprimento desta meta foi realizado o planejamento das atividades de Educação em Saúde em todos os Pólos e Casais com a realização das Oficinas de Organização do Processo de trabalho e realizada uma Oficina de Educação em Saúde e



Mobilização Social com a Equipe Multidisciplinar do Pólo Base de Itacajá no período de 22 a 26 de setembro de 2008, como prioridade, devido à insuficiência de servidores no Setor de Educação em Saúde para atender todos os Pólos e Casais.

Realizada ainda, a oficina para produção de materiais educativos de apoio à prática da Equipe (EMSI). Sendo feito um planejamento das atividades para ser executado nos 4 últimos meses de 2008.

Executado o Projeto Aldeia Legal no Município de Lagoa da Confusão com ações educativas referente ao uso de filtro e as obras de saneamento.

Participação nas Reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Tabela n.º 72 Meta e resultado da ação no exercício

META – 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	20.081,00	7.490,97	37.30
Física	22	22	100

Tabela n.º 73 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Implantar ações de Educação em Saúde em 22 aldeias visando o fortalecimento do controle social	Aldeia beneficiada	22	22

Nesta meta foi realizado o planejamento das atividades de Educação em Saúde em todos os Pólos e Casais com a realização das Oficinas de Organização do Processo de trabalho e realizada uma Oficina de Educação em Saúde e Mobilização Social com a Equipe Multidisciplinar do Pólo Base de Itacajá no período de 22 a 26 de setembro de 2008.

A Equipe de Educação em Saúde da Core/TO participou de uma reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena, sendo apresentado relatórios de ações realizadas e programação das ações para 2008, bem como as diretrizes de Educação em Saúde e dificuldades para a realização dessas atividades em área indígena, pela necessidade de qualificação profissional para o desenvolvimento de trabalhos educativos e mesmo a insuficiência de pessoal disponível devido a grande demanda de atividades a serem desenvolvidas pelas Emsi.



Tabela n.º. 74 Meta e resultado da ação no exercício

META – 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	11.000,00	7.490,97	68.10
Física	22	22	100

2.3.3. PROGRAMA: 0122 – SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

Tabela n.º.75 Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.
Objetivo Específico	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Gerente do programa	Leodegar da Cunha Tiscoski
Gerente executivo	Márcio Galvão Fonseca
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João dos Reis Ribeiro Barros
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de abastecimento de água (%)▪ Taxa de Cobertura dos serviços Urbanos de coleta de esgoto (%)▪ Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (%)
Público-alvo (beneficiários)	População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em área de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.



2.3.4. Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela nº. 76 Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Os recursos gastos para atender o Programa de Serviços de Água e Esgoto detalhados na tabela 76, representam as ações desenvolvidas no exercício, justificando –



se os esforços da equipe técnica da Diesp, visando à cobertura das metas e a melhoria da qualidade dos serviços de saneamento ambiental, conforme descrições desenvolvidas nas ações: 10 GD; 10 GE; 20 AF; 6908 e 7652.

Tabela n.º 76 Dados dos Recursos Orçamentários/financeiros do Programa: Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Plano Interno	Total Recebido	Elementos de Despesas/Executados					Total Executado	Total Devolvido
		339014	339030	339036	339039	339092		
MANUTENENG	39.414,70	13.817,11	8.149,65		8.846,63	8.094,89	38.908,28	506,42
MANUTEN	80.000,00	38.631,16		2.000,00			40.631,16	39.368,84
EDUCAÇÃO	54.942,60	24.800,25	3.262,63	2.047,45			30.111,33	24.831,27
TOTAL GERAL	174.357,30	77.273,27	11.412,28	4.047,45	8.846,63	8.094,89	109.650,77	64.706,53

2.3.4.2. Ação 10GD – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Tabela n.º 77 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria dos sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador nacional da ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS n.º 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n.º. 78 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Acompanhar 48 convênios de exercícios anteriores a 2008 com Sistemas Públicos de Abastecimento de água.	Convênios acompanhados	48	29

Em virtude da redução de 50% dos Profissionais Engenheiros na Área Técnica (08 em 2007 para 04 em 2008) e a implantação do PAC, houve necessidade de diminuição de visitas técnicas aos convênios de exercícios anteriores.

Outro fator que impactou de forma negativa foi a insuficiência de veículos para atendimento da demanda.

Como aspectos facilitadores foram disponibilizados recursos orçamentários/financeiros para a execução das atividades e 02 (dois) veículos tipo caminhonete para deslocamentos já no final do exercício, quantidade ainda insuficiente.

Tabela n.º. 79 Meta e resultado da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.200,00	5.032,60	49.34
Física	48	29	60.42

2.3.4.3. Ação 10GE – Implantação e Melhorias de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Tabela n.º. 80 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando a prevenção e o controle de doenças e agravos.
	Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a



Descrição	elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador nacional da ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela nº. 81 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Apoiar/acompanhar o beneficiamento de 14.200 famílias com a implantação e melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário.	Família beneficiada	14.200	14.200

Esta meta tem como objetivo atender a população do município de Pedro Afonso, estando contemplada no PPA/2008.

O processo está aprovado pela área técnica da Diesp/Core e habilitado pela área de convênios desta Core.

Tabela nº. 82 Meta e resultado da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	10.200,00	2.040,00	20
Física	14.200	00	00



2.3.4.4. Ação 20AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano

Tabela n°. 83 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando a melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de portabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água.
Descrição	Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador nacional da ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS n° 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n°. 84 Descrição da Meta

Descrição da Meta	Unidade de medida	Esperado	Alcançado
Implantar o programa de controle de qualidade da água em 78 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas.	Sistemas apoiados	78	00



Foi elaborado e aprovado o projeto para o processo de contratação da empresa prestadora de serviços, porém não foi disponibilizado os recursos orçamentários/financeiros para realização do processo licitatório.

Tabela n.º. 85 Meta e resultado da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	890.025,78	00	00
Física	78	00	00

2.3.4.5. Ação 6908 – Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental.

Tabela n.º. 86 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição	As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos



	<p>públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais/comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (Ascom) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Equipe de Educação em Saúde – EDUSA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IV - Art.14.

Esta ação contemplou 03 metas para serem executadas:



Tabela n.º 87 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Beneficiar 66 municípios contemplados no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento.	Município beneficiado	66	56

Para o cumprimento desta meta foram realizadas reuniões de orientação quanto a importância e elaboração dos Projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social nos termos de compromisso do PAC e dos convênios firmados com a Funasa.

Foram encaminhados documentos com orientações aos gestores e técnicos para a elaboração, implementação e avaliação de Projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social para o exercício do Controle Social.

Para a execução dessas atividades a Core/TO, enfrenta algumas dificuldades como insuficiência de pessoal na área de Educação em Saúde, bem como de veículos para atendimento das demandas.

Um outro fator é a dificuldade dos municípios na elaboração de Projetos Educativos e a falta de instrumentos que comprometam os gestores na realização e desenvolvimento desses projetos.

Tabela n.º 88 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	15.000,00	5.000,00	33.33
Física	66	56	84.85

Tabela n.º 89 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Beneficiar 66 municípios conveniados com a Funasa, com a implantação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento.	Município beneficiado	66	56

Esta meta contou com a realização de supervisões e acompanhamento dos projetos de Educação em Saúde de exercícios anteriores; reuniões de orientação com



gestores e técnicos quanto a execução dos projetos de Educação em Saúde e Mobilização Social de acordo com o plano de trabalho do convênio, além de visitas aos beneficiários para avaliação das ações realizadas e o grau de satisfação dos mesmos quanto aos benefícios (compreendendo 30% de beneficiários).

Contou também com visitas a 47 municípios, para os quais foram prestadas assessorias para implantação/implementação das ações de Educação em Saúde.

Para o fortalecimento das atividades faz-se necessária a realização de supervisões para o bom andamento e continuidade do programa.

Tabela n°. 90 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	15.000,00	3.000,00	20
Física	66	56	84.85

Tabela n°. 91 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
3. Assessorar 63 municípios na implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Município beneficiado	63	34

Para o cumprimento dessa Meta foram realizadas visitas aos municípios prestando assessoria para implantação dos Núcleos de Educação em Saúde, encaminhamento de nota técnica referente à implantação dos Núcleos, elaboração e execução de projetos.

Há dificuldades de articulação com os municípios no desenvolvimento dos Projetos Educativos devido à falta de pessoas qualificadas.

Tabela n°.92 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	14.458,00	1.847,03	12.77
Física	63	34	53.97



2.3.4.6. Ação 7652 – Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos

Tabela n°. 93 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas prioritariamente nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS n° 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n°.94 Descrição da Meta

Descrição da Meta	Unidade de medida	Esperado	Alcançado
Acompanhar 55 convênios de exercícios anteriores a 2008 com implantação de Melhorias sanitárias Domiciliares, para Prevenção e Controle de Agravos.	Convênios acompanhados	55	55



Esta meta foi alcançada 100%. Foram realizadas visitas de acompanhamentos a todos os convênios.

Como fator facilitador foi a designação dos Técnicos de Saneamento auxiliando o Engenheiro responsável pelo acompanhamento das obras, parcerias com os municípios para o desenvolvimento das atividades previstas e visitas dos Técnicos.

Tabela nº. 95 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	29.881,00	30.842,48	103.22
Física	55	55	100

2.3.5. PROGRAMA: 1287 – SANEAMENTO RURAL

Tabela nº. 96 Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.
Objetivo específico	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.
Gerente do programa	Francisco Danilo Bastos Forte
Gerente executivo	José Raimundo Machado dos Santos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João dos Reis Ribeiro Barros
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">▪ Taxa de Cobertura de abastecimento de água em áreas rurais (%)▪ Taxa de Cobertura de esgotamento sanitário em áreas rurais (%)▪ Taxa de cobertura de abastecimento de água em áreas indígenas (%)
Público – alvo (beneficiários)	População rural dispersa residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes, e as minorias étnicas raciais como quilombolas, população indígena, e outros povos da floresta.



2.3.6. Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação: 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela nº.97 Dados gerais da ação

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora	Departamento de Engenharia de Saúde Pública – Densp
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução	Coordenação Regional do Tocantins
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



O Programa de Saneamento Rural desenvolvido pelo Core – TO, através da Diesp, contemplou as ações: 10 GC; 3921; 4641; 7684 e 7656, descritas neste relatório, com os recursos disponíveis conforme tabela nº 98.

Tabela nº. 98 Dados dos Recursos Orçamentários/financeiros do Programa: Saneamento Rural

Plano Interno	Total Recebido	Elementos de Despesas/Executados					Total Executado	Total Devolvido
		339014	339030	339036	339039	449051		
IGESTO	60.586,91	14.960,84	15.761,44	6.000,00	5.065,00		41.787,28	18.799,63
IGESTOTOC	12.000,00	9.998,96					9.998,96	2.001,04
QUALIAGUA	84.074,19	35.000,00	5.874,19		3.198,00		44.072,19	40.002,00
MSO1113	912.049,75					799.673,98	799.673,98	112.375,77
TOTAL GERAL	1.068.710,85	59.959,80	21.635,63	6.000,00	8.263,00	799.673,98	895.532,41	173.178,44

2.3.6.2. Ação 10GC – Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais – “Saneamento em Escolas”

Tabela nº.99 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Promover a melhoria das condições de saúde dos alunos, reduzir a evasão escolar e elevar a capacidade de ensino e aprendizagem por meio da melhoria das condições sanitárias das escolas públicas rurais em municípios selecionados.
Descrição	Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água, mediante estudo hidrológico local e instalação de poço tubular (poços, cisternas, cacimbões, dentre outros); pequenas adutoras; dessalinizadores, quando necessário, caixas d’água; banheiros com dois gabinetes e um lavatório, cozinha e chafariz, para atender as comunidades vizinhas, bem como a capacitação de alunos, corpo docente e membros da comunidade local no uso e gestão da água.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Responsável Regional	João dos Reis Ribeiro Barros
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.



Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela n.º. 100 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Acompanhar 16 convênios de exercícios anteriores a 2008, para implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Instalações Hidrossanitárias em Escolas Públicas Rurais do Estado.	Escola atendida	16	00

Embora tenha ocorrido a análise técnica de todos os projetos e esforço por parte da gestão em aprová-los, a Core-TO esbarrou nas dificuldades dos municípios em atender as exigências legais que permitisse suas aprovações, principalmente o quesito legal de regularidade da posse de área.

Após análise dos projetos sendo precedida de visitas de acompanhamento técnico e a devida e reiteradas notificações aos municípios contemplados e reuniões promovidas pela Core-TO com os respectivos gestores e técnicos, a Core-TO continua aguardando documentos para análise e aprovações, sendo: 11 processos/2007 para ser aprovados; 04 processos/2006 em andamento e 01 processo transferido de 2007 para 2008.

Tabela n.º. 101 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.000,00	716.08	35.80
Física	16	00	00

2.3.6.3. Ação 3921 – Implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas.

Tabela n.º. 102 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos contribuindo para controle da doença de chagas.
	A ação visa melhorar as condições físico-sanitárias da casa por



Descrição	meio de restauração (reforma) ou reconstrução; a restauração compreende, dentre os principais serviços, os seguintes: reboco das paredes internas e externas e pintura das mesmas; calçada de proteção em torno da casa; cobertura com materiais adequados; piso cimentado ou de madeira; recuperação de abrigo de animais e depósitos; substituição de cercas; e implantação e/ou recuperação de instalações sanitárias; nos casos em que as casas não suportarem reformas, as mesmas serão demolidas e reconstruídas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador nacional da ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 02 metas para serem executadas:

Tabela nº. 103 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Apoiar o beneficiamento de 60 famílias com a implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas.	Família beneficiada	60	00

Esta meta está aguardando análise por parte dos Técnicos da Diesp, para isso necessita definir analista.

Tabela nº.104 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	20.000,00	00	00
Física	60	00	00



Tabela n.º. 105 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Acompanhar 37 convênios de exercícios anteriores a 2008, com a implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas.	Família beneficiada	37	30

Foram realizadas 54 visitas preliminares referentes a 28 convênios do PAC/2007 e 02 visitas de acompanhamento em outros 02 convênios de Chagas.

O que dificultou esta ação foi à insuficiência de Técnicos/Engenheiros para realização das visitas de acompanhamento e atendimento das demandas de convênios das diversas ações que necessitam de análise e aprovação (PAC/2007), e ainda, processos de prestações de contas.

Os fatores facilitadores é a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros; parceria com o Núcleo do Ministério da Saúde com disponibilização de veículos para deslocamentos das equipes.

Tabela n.º. 106 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	29.169,00	13.617,00	46.68
Física	37	30	81.08

2.3.6.4. Ação 4641 – Publicidade e Utilidade Pública

2.3.6.4.1. Subação: Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena

Tabela n.º. 107 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua



	qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade executora	Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde – ASCOM
Área responsável por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social e Educação em Saúde – Ascom
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO IV - Art.13.

Esta ação contemplou 01 meta para ser executada:

Tabela nº.108 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
Divulgar ações, projetos e programas da funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Família beneficiada	80	107

Do total das 107 divulgações realizadas: 23 são entrevistas em rádio e televisão; 49 elaborações de pautas, releases, clipping e 02 briefings; 35 registros fotográficos em eventos (Oficinas de organização do processo de trabalho em saúde indígena, capacitações, supervisões, reuniões dos conselhos locais e distrital de saúde indígena); Saneamento (entrega de obras na área indígena, Água e Esgoto - municípios, Inauguração da Casai de Araguaína; Diagnóstico situacional em Assentamentos; Projeto Aldeia Legal, Oficinas de Educação em Saúde em Área Indígena e outros); Planejamento (Reuniões de Elaboração e Monitoramento do Plano Operacional); Recursos Humanos (Encontro com os servidores da Funasa); Gabinete (Entrevistas para Rádios e Televisões).

Os pontos que facilitaram as divulgações das matérias foi o envolvimento com as equipes das áreas e acesso aos meios de comunicação locais.



O que dificultou a realização da meta foi à insuficiência de Pessoal na Ascom, que conta com um Técnico e uma estagiária que atuou até novembro/08.

Outro fator negativo, é precariedade de equipamentos de informática e outros indispensáveis para as atividades de comunicação .

Tabela n°. 109 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	27.000,00	16.312,50	60.42
Física	80	107	135.75

2.3.6.5. Ação 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos

Tabela n°. 110 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição	Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS n° 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 02 metas para serem executadas:



Tabela n.º. 111 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Beneficiar 32 aldeias com obras de saneamento básico para controle e prevenção de agravos.	Aldeia beneficiada	32	7

O Plano Operacional/08 visa beneficiar 32 aldeias com obras de Sistemas de Abastecimento de Água – SAA e Melhorias Sanitárias Domiciliar – MSD.

Desse total foi contratada obras de MSD em 07 aldeias: Rio Sono, Brupê, Brejo Comprido e Funil da etnia Xerente; Aldeia Tixodê da etnia Javaé; Aldeia Lankrahé da etnia Krahô Canela e Aldeia Cachoeira da etnia Krahô, beneficiando 813 indígenas.

As outras 25 obras de Sistema de Abastecimento de Água serão contempladas no exercício de 2009.

Os recursos previstos foram calculados para atender gastos com diárias e o valor da execução corresponde ao licitado para contratação das obras, conforme tabela n.º. 112.

Tabela n.º. 112 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	30.000,00	799.673,98	2665.58
Física	32	7	21.87

Tabela n.º. 113 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Acompanhar 51 aldeias beneficiadas com obras de Saneamento Básico para controle e prevenção de agravos, exercícios anteriores.	Aldeia beneficiada	51	55

Nesta meta foram acompanhadas 55 aldeias beneficiadas, isso devido à inclusão de mais 04 aldeias que não foram descritas na meta inicial, totalizando um quantitativo de 110 visitas de acompanhamentos realizadas.

Das 55 obras: 17 foram concluídas; 20 em andamentos; 16 não iniciadas e 02 paralisadas por interferência dos indígenas.



Como fator facilitador foram designados Técnicos de Saneamento para exercer a função de fiscal de contrato, auxiliando o fiscal da obra e recebidos 02 (dois) veículos tipo caminhonete, viabilizando o deslocamento.

Tabela n.º. 114 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	9.262,79	15.168,16	163.75
Física	51	55	108

2.3.6.6. Ação 7656 – Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.

Tabela n.º. 115 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Propiciar a resolutividade, em área de interesse especial (assentamentos remanescentes de quilombos e extrativistas), para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição	Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamentos sanitários, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como, a implantação de oficina Municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até sua operação plena.



Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	José Raimundo Machado dos Santos
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Engenharia de Saúde Pública - Diesp
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 100.

Esta ação contemplou 02 metas para serem executadas:

Tabela nº. 116 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Apoiar o beneficiamento de 02 comunidades com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais e em áreas especiais.	Aldeia beneficiada	2	2

As 02 Comunidades Quilombolas a serem beneficiadas são a Baviera e a Mimoso.

A Baviera já foi beneficiada com estrutura de Abastecimento de Água e de Melhoria Sanitária, sendo acompanhada pelos Técnicos da Diesp/Core.

A Comunidade Mimoso foi pleiteada com recursos para o Programa de Melhoria Habitacional de Controle da Doença de Chagas. Para concretização da ação foram realizados levantamento e diagnóstico de campo por Engenheiros e Técnicos de Saneamento, como também, atividades educativas.

Tabela nº. 117 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	4.000,00	4.000,00	100
Física	2	2	100



Tabela nº. 118 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Acompanhar 06 convênios de exercícios anteriores a 2008, implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais.	Aldeia beneficiada	6	6

Todos os convênios foram acompanhados conforme programado: com 09 visitas técnicas de acompanhamento pelo fiscal de contrato e 04 visitas pelo fiscal de obras, totalizando 13 visitas de acompanhamento nos assentamentos: Buritis, Mata Bonita, Real, Baviera, 1º de Janeiro e São João. Sendo realizadas também, atividades de Educação em Saúde e Mobilização Social.

Tabela nº. 119 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	4.000,00	4.000,00	100
Física	6	6	100

2.3.7. PROGRAMA: 0016 – GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Tabela nº. 120 Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população.
Objetivo específico	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas públicas setoriais, a avaliação e controle dos programas na área de saúde.
Gerente do programa	Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli
Gerente executivo	Luiz Fernando Beskow
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Sheila da Silva Rezende e William Pimentel de Oliveira
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">• Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde;• Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde;• Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional;• Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde;



	<ul style="list-style-type: none">Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde;
Público – alvo (beneficiários)	Governo

2.3.8. Principais Ações do Programa

2.3.8.1. Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de qualificação e Requalificação.

Tabela nº. 121 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do desenvolvimento integral do profissional da saúde.
Descrição	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador nacional da ação	Williames de Oliveira Pimentel
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Recursos Humanos - Direh
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MS nº 1.776/2003 – SEÇÃO XI - Art. 87.

Esta ação contemplou 05 metas para serem executadas:

Tabela nº. 122 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
1. Participação em cursos com execução gerenciada pela Funasa/Presi.	Participação em eventos	40	18

Esta meta é executada quando solicitada pela Coordenação de Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos/Presidência - Coder/Presi.



Portanto a demanda fica na dependência da Funasa/Presi. Os cursos planejados para o 2º semestre, alguns não foram realizados devido as seguintes razões: Cancelados por parte da Funasa/Presi; A deficiência da operacionalização por parte do Setor de Passagens - Sepas/Presi, impediu o envio dos participantes, (atrazo no envio da autorização do voo e pendências de relatórios de viagens anteriores).

Porém a meta não foi alcançada, havendo apenas 18 participações em eventos de capacitações no decorrer do exercício, que representa 20.69% do programado.

Tabela nº. 123 Meta e resultado da ação no exercício

META - 1	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	40.000,00	10.726,80	26.82
Física	40	18	20.69

Tabela nº.124 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
2. Realização do curso de Informática.	Participação em eventos	48	48

A Meta alcançada. Sendo realizada através de contrato com o Senac para realização dos cursos: Word, Excel, Power Point e Coreldraw.

Tabela nº. 125 Meta e resultado da ação no exercício

META - 2	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	7.920,00	7.920,00	100
Física	48	48	100

Tabela nº.126 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
3. Realização do Curso MultiplicaSUS - Redescobrimo o SUS.	Participação em eventos	60	150



A Meta foi alcançada superando o que foi programado/esperado no plano operacional, considerando a disponibilidade de recursos e a necessidade de capacitar uma quantidade maior de servidores no MultiplicaSUS.

Tabela nº. 127 Meta e resultado da ação no exercício

META - 3	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	88.723,00	42.509,13	47.91
Física	60	150	250

Tabela nº.128 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
4. Realização do Curso de Português para Redação Oficial.	Participação em eventos	30	21

A diferença do total esperado para o alcançado de 09 (nove) servidores se deu devido a demora do trâmite legal do processo na sua instrução, ocasionou demandas geradas em alguns setores tornando incompatível com o período da realização da ação.

Tabela nº. 129 Meta e resultado da ação no exercício

META - 4	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	2.592,00	2.592,00	100
Física	30	21	70

Tabela nº. 130 Descrição da Meta

<i>Descrição da Meta</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Esperado</i>	<i>Alcançado</i>
5. Realização do Seminário de RH da Core-TO.	Participação em eventos	400	330

Esta meta foi executada realizando 07 encontros com os servidores descentralizados: Palmas, Porto Nacional, Taguatinga, Gurupi, Colinas do Tocantins, Araguaína, Tocantinópolis.



A redução de custo se deu por se tratar de final de ano e a tramitação de se realizar uma capacitação leva tempo, se tornou mais oportuno o deslocamento da equipe até aos municípios onde ocorreram os encontros com servidores descentralizados.

Tabela nº. 131 Meta e resultado da ação no exercício

META - 5	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	54.140,00	6.718,37	12.41
Física	400	330	82.50

2.3.9. PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO

Tabela nº. 132 Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativos
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Não se aplica
Gerente executivo	Não se aplica
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não se aplica
Público-alvo (beneficiários)	Governo

Esse programa contempla a ação 2000.

2.3.10. Principais Ações do Programa

2.3.10.1. Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela nº. 133 Dados gerais da ação

Tipo da ação	Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
	A atividade padronizada “Administração da Unidade”



Descrição	substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações e programa finalísticos. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Nacional de Saúde – Funasa
Coordenador Nacional da Ação	Willames de Oliveira Pimentel
Unidade executora	Coordenação Regional do Tocantins
Área responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração
Competências institucionais requeridas para execução da ação	Portaria.....



No ano de 2008 a necessidade de melhor definição de um teto orçamentário para a Coordenação Regional, bem como, a forma parcelada de disponibilização e ainda a programação centralizada das despesas de custeio em desacordo com o planejamento local se reverteram em dificuldades de execução orçamentária adequada, levando a administração a não cumprir parte das demandas oriundas das ações de sua responsabilidade.

RELAÇÃO DOS CONTRATOS VIGENTES/ CONTINUADOS EM 2008

Tabela n°. 134 Contratos de manutenção da Core/TO - 2008

Item	Contrato	Processo	Objeto	Empresa	Valor R\$
1.	03/2003	25167.000.416/2003-15	Publicidade Legal	*Radiobrás	2.500,00
2.	02/2005	25167.004.518/2004-82	Reprografia	Empresa Copysystems Comercio de copiadora Ltda.	29.040,00
3.	04/2005	25167.002.611/2004-52	Vigilância armada	Empresa Pontal Segurança Ltda.	564.762,96
4.	06/2005	25167.004.257/2004-34	Telefonia Fixa Local	Empresa Brasil Telecom	82.967,76
5.	25/2005	25167.004.257/2004-09	Telefonia Fixa Longa Distância	Empresa Brasil Telecom	154.426,06
6.	09/2006	25167.002.439/2006-07	Água e Esgoto	Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins	46.920,00
7.	10/2006	25167.003.409/2006-18	Correios/Malote	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	17.767,34
8.	18/2007	25167.005.874/2006-85	Limpeza e Conservação	Empresa World Service Serviços Gerais Ltda.	412.709,40
9.	24/2007	25167.002.398/2007-21	Condomínio	Condomínio do Edifício Executivo Carpe Diem	23.778,63
10.	32/2007	25167.000.564/2007-83	Energia elétrica	Companhia de energia do Estado do Tocantins - Celtins	474.005,00
11.	01/2008	25167.004.027/2006-01	Aluguel da Sede	Empresa Araguaia Construtora	432.000,00
12.	02/2008	25167.000.748/2008-04	Correios/SERCA	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	7.920,00
13.	02/2008	25167.000.693/2008-24	Água Mineral	Empresa Água Mais Distribuidora de Bebidas Ltda.	2.700,00
14.	04/2008	25167.000.734/2008-82	Lavagem de Veículos	Ivania Alves Antunes dos Santos - ME	5.928,20
15.	05/2008	25167.001.867/2008-93	Aluguel Almoxarifado	Iria Maria Sampaio	34.560,00
16.	06/2008	25167.002260/2008-11	Aquisição de Peças	Servcar Comercio e Serviços automotivos Ltda.	303.575,52
17.	007/2008	25167.000.736/2008-71	Serviços de Guincho	RM Serviços e Reparação de Automóveis	18.000,00



18.	08/2008	25167.005.051/2008-11	Manutenção veículos peças	Servcar Comercio e Serviços automotivos Ltda.	61.500,00
19.	09/2008	25167.005.053/2008-19	Manutenção veículos peças	Servcar Comercio e Serviços automotivos Ltda.	44.730,00
20.	10/2008	25167.005054/2008-55	Manutenção veículos peças	Servcar Comercio e Serviços automotivos Ltda.	81.330,00
21.	11/2008	25167.001.165/2008-92	Publicidade Legal	EBC – Prestação de Serviço de Distribuição de Publicidade Legal	3.000,00
22.	38//2008	25167.003.669/2008-47	Empresa JF Construções	Reforma do almoxarifado	19.571,72
TOTAL DOS CONTRATOS R\$					2.823.692,59

* Contrato expirado em 03.04.2008

CONTRATOS DE INVESTIMENTO EM SANEAMENTO EM ÁREA INDÍGENA – 2006/2007, COM VIGÊNCIA EM 2008

Tabela n°. 135 Relação de Contratos para obras de Saneamento Indígena

ITEM	Nº DO CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR R\$
01	015/2006	25167.003.810/2006-40	Construtora Walli Ltda.	Implantação dos SAA das Aldeias Água Fria e Riochinho – Município de Itacajá e Aldeia Palmeiras – Município de Tocantinópolis.	314.319,16
02	028/2007	25167.005.150/2006-31	Construtora Colinas	Implantação dos SAA e MSD nos projetos de Assentamentos: 1º de Janeiro – Palmeiras do TO; Baviera – Aragominas; Buritis – Axixá do TO; Mata Bonita – Sampaio e São João – Palmas	975.405,55
03	029/2007	25167.005.150/2006-31	Construtora Walli Ltda.	Implantação dos SAA e MSD no projeto de Assentamento: Real – Colinas do TO.	89.758,94
04	033/2007	25167.005.658/2007-11	Construtora Falcão Queiroz Ltda.	Implantação/Ampliação dos SAA em aldeias indígenas, no município de Itacajá.	427.687,26
05	034/2007	25167.005.658/2007-11	Empresa TRHIMIL	Implantação/Ampliação dos SAA em	538.243,17



				aldeias indígenas, no município de Tocantinópolis .	
06	035/2207	25167.005.658/2007-11	Construtora Colinas	Implantação/Ampliação dos SAA em aldeias indígenas, no município de Tocantinópolis .	481.404,03
07	036/2207	25167.005.658/2007-11	Aguiar & Tavares Ltda.	Implantação/Ampliação dos SAA em aldeias indígenas, nos municípios de Tocantinópolis, lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia.	789.605,03
08	037/2207	25167.005.658/2007-11	Construtora Indústria & Comércio Ltda.	Implantação/Ampliação dos SAA em aldeias indígenas, nos municípios de Santa Fé do Araguaia - TO e Santa Maria das Barreiras - PA	91.768,84
TOTAL					3.708.191,98

CONTRATOS DE INVESTIMENTO EM SANEAMENTO EM ÁREA INDÍGENA – FIRMADOS EM 2008

Tabela n.º. 136 Relação de Contratos para obras de Saneamento Indígena

ITEM	Nº DO CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR R\$
01	039/2008	25167.005.138/2008-99	JT Construtora Ltda.	Implantação de Melhoria Sanitária Domiciliar na Aldeia Cachoeirinha – Município de Goiatins	204.351,98
02	040/2008	25167.005.138/2008-99	Construtora Rio Centro	Implantação de Melhoria Sanitária Domiciliar nas Lankraré e Txodé no Município de Lagoa da Confusão	170.207,70
03	041/2008	25167.005.138/2008-99	Rachel Thalita Haefliger Soares	Implantação de Melhoria Sanitária Domiciliar nas Aldeias Funil, Brejo Comprido, Rio Sono e Brupé no Município de Tocantinópolis.	418.114,30
TOTAL					799.673,98



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO – ANO: 2008

Tabela nº. 137 Dados dos Recursos Recebidos e Executados na Core – TO/2008

PTRES	Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Dot. Descentralizada Líquida	Crédito Disponível	Despesas Empenhadas	Despesas Executadas
004997	319008	2.876,06	2.876,06	0,00	2.876,06	2.876,06
004997		2.876,06	2.876,06	0,00	2.876,06	2.876,06
004998	319008	4.841,50	4.841,50	0,00	4.841,50	4.841,50
004998		4.841,50	4.841,50	0,00	4.841,50	4.841,50
005003	339014	311.388,06	125.009,46	20.531,41	104.478,05	104.478,05
005003	339030	174.174,08	55.424,61	31.437,52	23.987,09	23.987,09
005003	339033	139.325,21	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00
005003	339036	69.651,93	14.519,01	0,00	14.519,01	14.519,01
005003	339037	103.392,00	161.470,04	17.297,16	144.172,88	144.172,88
005003	339039	279.517,43	619.255,90	130.924,54	488.331,36	488.331,36
005003	339047	0,00	136,33	0,00	136,33	136,33
005003	339092	4.332,11	68.271,14	0,00	68.271,14	68.271,14
005003	339093	0,00	30.631,52	259,95	30.371,57	30.371,57
005003	339139	0,00	62,81	62,81	0,00	0,00
005003		1.081.780,82	1.081.780,82	207.513,39	874.267,43	874.267,43
005004	339037	76.000,00	76.000,00	0,00	76.000,00	76.000,00
005004	449052	15.933,70	15.933,70	0,00	15.933,70	15.933,70
005004		91.933,70	91.933,70	0,00	91.933,70	91.933,70
005005	339014	260.738,90	137.309,82	0,70	137.309,12	137.309,12
005005	339030	314.361,08	77.514,82	878,38	76.636,44	76.636,44
005005	339033	230.087,42	0,00	0,00	0,00	0,00
005005	339036	125.376,11	18.806,21	0,00	18.806,21	18.806,21
005005	339037	88.309,02	352.100,17	6.779,81	345.320,36	345.320,36
005005	339039	695.126,37	496.713,10	276,43	496.436,67	496.436,67
005005	339047	0,00	180,00	0,00	180,00	180,00
005005	339092	17.783,91	531.297,55	6,11	531.291,44	531.291,44
005005	339093	0,00	114.861,14	32,77	114.828,37	114.828,37
005005	339139	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00
005005		1.731.782,81	1.731.782,81	7.974,20	1.723.808,61	1.723.808,61
005006	339014	26.415,56	15.630,98	13,44	15.617,54	15.617,54
005006	339030	84.297,84	51.364,00	12.327,91	39.036,09	39.036,09
005006	339033	17.258,28	376,28	376,28	0,00	0,00
005006	339036	14.332,77	2.506,86	2.506,86	0,00	0,00



005006	339037	11.632,00	77.651,51	176,19	77.475,32	77.475,32
005006	339039	88.713,78	71.132,98	5.002,71	66.130,27	66.130,27
005006	339092	3.762,78	9.155,97	0,00	9.155,97	9.155,97
005006	339093	0,00	18.594,43	2,05	18.592,38	18.592,38
005006						
Total		246.413,01	246.413,01	20.405,44	226.007,57	226.007,57
005008	339014	132.978,69	132.978,69	0,00	132.978,69	132.978,69
005008	339039	10.972,00	10.972,00	0,00	10.972,00	10.972,00
005008						
Total		143.950,69	143.950,69	0,00	143.950,69	143.950,69
005016	339014	14.798,57	14.798,57	0,00	14.798,57	14.798,57
005016						
Total		14.798,57	14.798,57	0,00	14.798,57	14.798,57
005038	449051	912.049,75	912.049,75	112.375,77	799.673,98	799.673,98
005038						
Total		912.049,75	912.049,75	112.375,77	799.673,98	799.673,98
005206	339014	24.800,25	24.800,25	0,00	24.800,25	24.800,25
005206	339030	13.200,00	13.200,00	9.936,37	3.263,63	3.263,63
005206	339036	6.142,35	6.142,35	4.094,90	2.047,45	2.047,45
005206	339039	10.800,00	10.800,00	10.800,00	0,00	0,00
005206						
Total		54.942,60	54.942,60	24.831,27	30.111,33	30.111,33
021614	339014	698.981,89	764.216,71	7,90	764.208,81	764.208,81
021614	339030	208.716,51	200.762,41	3.963,23	196.799,18	196.799,18
021614	339033	3.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00
021614	339036	64.729,55	70.761,17	5.000,00	65.761,17	65.761,17
021614	339037	390.526,68	396.526,68	0,00	396.526,68	396.526,68
021614	339039	219.546,99	141.837,47	8.280,95	133.556,52	133.556,52
021614	339092	26.913,72	38.750,90	0,00	38.750,90	38.750,90
021614	339093	359,38	359,38	0,00	359,38	359,38
021614						
Total		1.613.214,72	1.613.214,72	17.252,08	1.595.962,64	1.595.962,64
021901	339014	19.981,80	19.981,80	0,00	19.981,80	19.981,80
021901						
Total		19.981,80	19.981,80	0,00	19.981,80	19.981,80
Total geral		5.918.566,03	5.918.566,03	390.352,15	5.528.213,88	5.528.213,88

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Objetivando demonstrar o desempenho operacional da Coordenação Regional da Funasa no Tocantins, durante o exercício de 2008, apresentam-se os indicadores, que abrangem as áreas finalísticas e meio da instituição.

2.4.1. Saúde Indígena

➤ Indicador nº. 1

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Esquema Vacinal	Número de pessoas com esquema vacinal completo na população indígena.	Eficiência	Total de pessoas com esquema vacinal completo dividido pela população total do Dsei, no ano. Multiplicado por 100	Siasi	82.52%

➤ Indicador nº. 2

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Criança Acompanhada	Percentual de crianças menores de 5 anos de idade, acompanhadas pelo Sisvan Indígena.	Eficiência	Nº. de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelo Sisvan, dividido pelo total de crianças menores de 5 anos no Dsei, no ano. Multiplicado por 100	Sisvan Indígena	62,15%

➤ Indicador nº. 3

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Gestante Acompanhada	Percentual de gestantes indígenas, acompanhadas pelo Sisvan.	Eficácia	Número de gestantes indígenas acompanhadas pelo Sisvan, dividido pelo número de gestantes indígenas existentes no Dsei, no ano.	Siasi/ Sisvan	27,84



➤ **Indicador nº. 4**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Casos de Malária	Número de pessoas infectadas por malária na população indígena.	Efetividade	Número de casos de malária na população indígena do Dsei, no ano.	Sivep Malária e Siasi	Zero

➤ **Indicador nº. 5**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Tuberculose	Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena.	Efetividade	Total de casos novos de tuberculose pulmonar BK+ dividido pela população total indígena abrangida pelo Dsei, no ano. Multiplicado por 100.000	Siasi	33.5/100.000

➤ **Indicador nº. 6**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Óbito Infantil Indígena	Coefficiente de mortalidade infantil na população indígena.	Efetividade	Total de óbitos em menores de 1 ano de idade no Dsei, dividido pelo total de nascidos vivos no mesmo local e ano. Multiplicado por 1.000	Dsei/ Core	28.50/1000

2.4.1.1. Saúde Indígena – Vigilância Nutricional e Alimentar

A implementação de ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, durante o ano de 2008, apresentou a cada subprograma avanços, entre eles:

- **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVANI):**

O monitoramento nutricional de crianças menores de 5 anos, durante o primeiro semestre de 2008, apresentou um incremento de 15 %, em relação a 2007, conforme tabela abaixo.

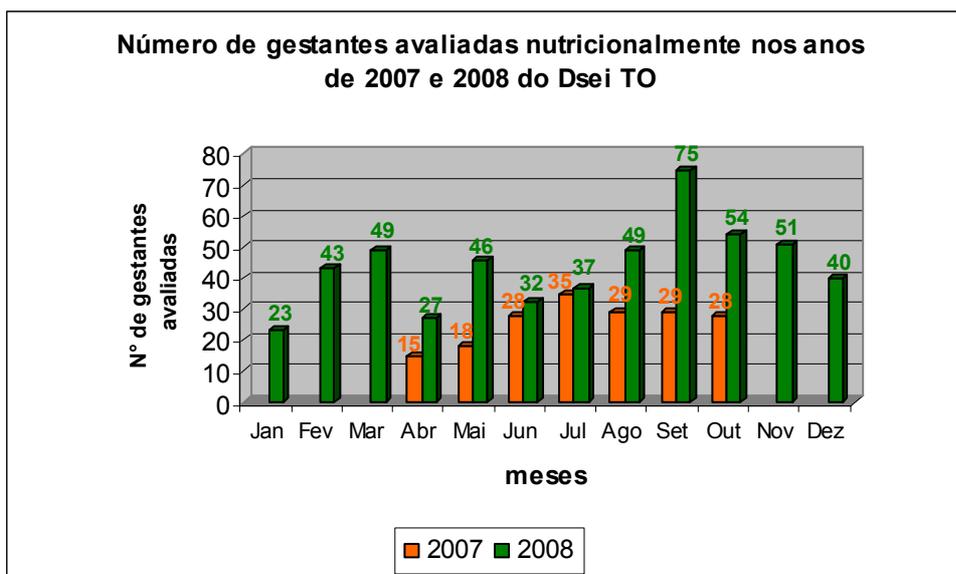
<i>Média de crianças menores de 60 meses avaliadas</i>	2007	2008
	1.001	1.151

FONTE: Relatórios técnicos da Vigilância Alimentar e Nutricional do Dsei TO

Em relação à avaliação nutricional de gestantes, as equipes multidisciplinares de saúde indígena (Emsi) apresentaram grande progresso. Entre estes, o aumento da cobertura em consequência da implantação da avaliação nutricional de gestantes pelas Emsi de Santa Fé do Araguaia, Formoso do Araguaia e Itacajá.

O gráfico abaixo apresenta o comparativo do número de avaliações nutricionais de gestantes entre os anos de 2007 e 2008, demonstrando os avanços desta atividade.

Gráfico N°. 05 – Cobertura do Acompanhamento Nutricional de Gestantes nos anos de 2007/2008 no Dsei - TO



FONTE: Relatórios técnicos da Vigilância Alimentar e Nutricional do Dsei - TO.

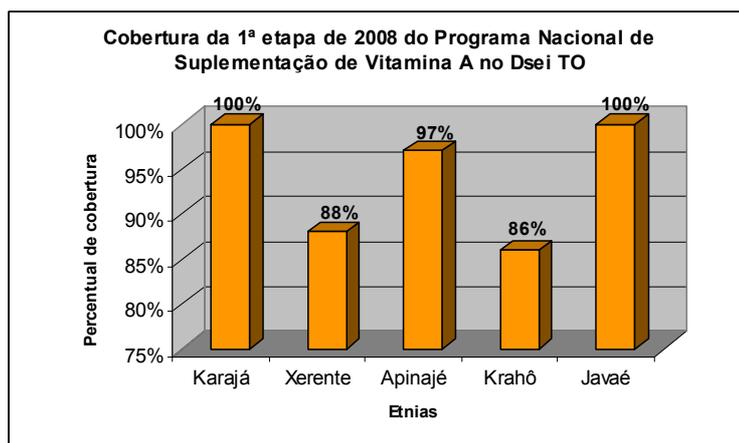
Por meio do gráfico, percebem-se os progressos das Emsi no acompanhamento nutricional das gestantes indígenas, apresentando uma variação de aumento da cobertura foi de 6%, durante os meses de julho de 2007 e julho de 2008, até 158%, em relação aos meses de Setembro dos anos de 2007 e 2008. Porém ainda persistem as oscilações em relação ao número de gestantes acompanhadas.

A oscilação das coberturas tanto infantil, quanto de gestantes, relaciona-se, entre outros aspectos, com dificuldades logísticas, que por vezes representam atraso ou até mesmo não envio de dados ao Dsei para consolidação.

- **Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A:** foram suplementadas 2.080 (Duas mil e oitenta) crianças de 6 a 59 meses e em suas 2 (duas) etapas, no período de Janeiro a Dezembro de 2008. Porém, o atraso no repasse do palmitato de retinol ao Dsei interferiu negativamente na realização das etapas de novembro e dezembro de 2008, nos PBI de Tocantinópolis, Tocantínia e Santa Fé do Araguaia.

No gráfico a seguir encontra-se a cobertura da 1ª etapa de 2008, referente à suplementação de vitamina A, por etnia.

Gráfico N.º. 06 – Cobertura da 1ª etapa de 2008 do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A no Dsei - TO



FONTE: Relatórios técnicos da Vigilância Alimentar e Nutricional do Dsei - TO



- **Programa de Distribuição e Monitoramento de Complemento Alimentar:** implantado em fevereiro de 2007 apresenta cobertura média de 52 aldeias, atendendo mais de **300 beneficiários**, entre crianças, gestantes e idosos das 6 etnias assistidas pelo Dsei/TO. Durante o ano de 2008 foram produzidos e distribuídos **3.385 kg** de complemento, representando deste modo uma média mensal de 282 Kg.



PRODUÇÃO DE COMPLEMENTO ALIMENTAR



AIS DISTRIBUINDO COMPLEMENTO



CRIANÇA APINAJÉ TOMANDO COMPLEMENTO

- **Programa de Distribuição de Cestas Básicas:** A Funasa recebeu do Ministério do Desenvolvimento Social, as cestas de alimentos nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2008, totalizando 1.152 kg de alimentos. A distribuição foi iniciada em 2008 e será concluída no primeiro trimestre de 2009.

- **Alimentação nas Casais:** foram desenvolvidos e monitorados cardápios para as Casais com objetivo de promover alimentação saudável aos pacientes em tratamento de saúde. Além do cardápio, a equipe de funcionários recebeu orientações alimentares para o preparo de dietas especiais, como para pacientes renais crônicos, hipertensos, diabéticos, entre outros. Em parceria com a Vigilância Sanitária Estadual (VISA), foi realizada capacitação em Boas Práticas de Fabricação para os manipuladores de alimentos da Casai de Gurupi. Os funcionários da Casai de Araguaína serão capacitados ao longo de 2009.



- **Programa de Recuperação de Desnutridos Graves:** foi realizado um levantamento de informações sobre a atenção, nas redes hospitalares de referência, dos casos de desnutrição infantil indígena. Este levantamento possibilitou identificar, entre outros aspectos, a inexistência de protocolo de tratamento da desnutrição grave infantil nas referências hospitalares do SUS. Diante disto, foram encaminhadas as Emsi das Casais de Gurupi e Araguaína, as instruções sobre o manejo de desnutrição grave, a nível hospitalar, bem como os 10 dez passos de reabilitação do desnutridos graves da OMS/OPAS.

- **Programa Nacional de Suplementação de Ferro e Ácido Fólico:** a nutricionista e a farmacêutica do Dsei foram capacitadas para implantação do Programa em todo o Dsei, programada para o 1º semestre de 2009.

- **Programa de Monitoramento do Beribéri (Hipovitaminose B1):** com objetivo de sistematizar a atenção à ocorrência de Beribéri (Hipovitaminose B1) em áreas indígenas, foram realizadas as seguintes atividades, durante o ano de 2008:

1. Parceria com as Secretarias do Estado de Saúde do Tocantins e do Maranhão (SES/TO e SES/MA);
2. Capacitação para profissionais da Emsi;
3. Encaminhamento de material didático/técnico as Emsi;
4. Distribuição de medicação para casos notificados.
5. Implantação do Projeto Piloto de Suplementação (profilática) de Tiamina na etnia Xerente;
6. Suplementação Profilática de gestantes e nutrizes de baixo peso da etnia Krahô.

Em análise das atividades do programa de Vigilância Alimentar e Nutricional, observa-se que muitas ações foram implementadas. Neste contexto o Dsei/TO proporcionou as articulações necessárias no auxílio à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional das etnias sob sua responsabilidade.

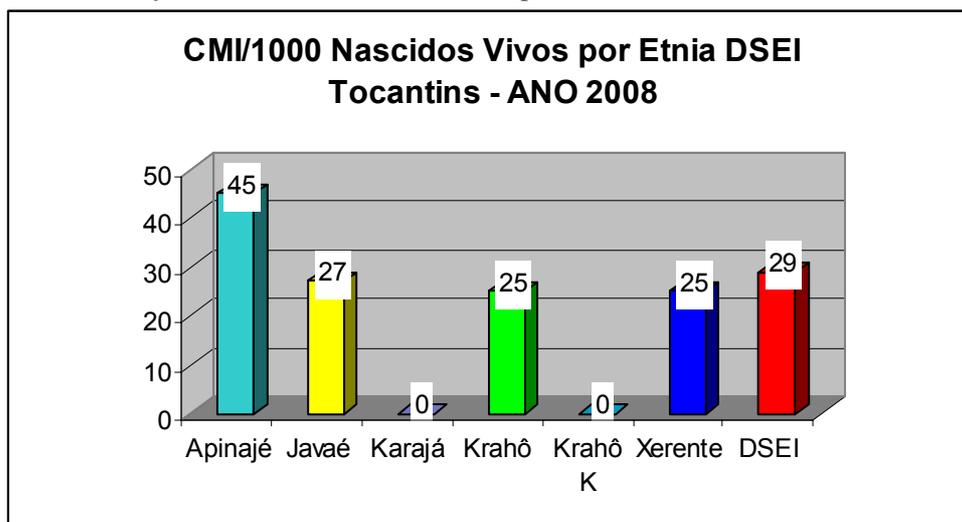
2.4.1.2. Saúde Indígena – Saúde da Mulher e da Criança

O Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) é um dos indicadores que reflete a qualidade de vida de um povo, bem como, a qualidade da assistência de saúde prestada a uma determinada população.

O CMI do Dsei no ano de 2007 foi de 42/1000 nascidos vivos, que obteve uma redução de 40% em relação a 2006, que foi de 70/1000 nascidos vivos. Já em 2008 A meta estabelecida pelo PPA era de reduzir o coeficiente em 5% e a estabelecida pelo Dsei, 30%, alcançando o CMI de 29/1.000, que representa redução de 30% em relação a 2007.

As informações de nascimentos e óbitos são coletadas através dos boletins de notificações mensais sendo analisados e acompanhados pela Seção de Operações do Dsei.

Gráfico N.º 07 – Nascidos Vivos por etnia no Dsei - TO



FONTE: SIASI e Boletim Mensal de Notificações de Nascimento

O Programa de Saúde da Mulher e da Criança do DSEI Tocantins foi implantado em abril de 2007, desde então possibilitou, através da organização, estruturação e análise dos dados enviados pelas EMSI um delineamento das principais questões inerentes à saúde da mulher e da criança dos povos indígenas no âmbito do DSEI Tocantins.



Após levantamento do perfil epidemiológico da saúde materno-infantil dos povos indígenas atendidas pelo DSEI-TO, foi possível elaborar estratégias de enfrentamento dos principais entraves relacionados à saúde destes.

No ano 2008, foram lançadas algumas estratégias a nível nacional para redução da morbimortalidade materna infantil, a exemplo, a priorização do indicador de mortalidade infantil no Pacto Pela Vida, com a meta de redução deste em 5%.

Nesse contexto, a FUNASA, através da área técnica do Programa de Saúde da Mulher e da Criança, começou a participar oficialmente, em abril de 2008, juntamente com outras 18 instituições do Estado do Tocantins do Comitê Estadual de Investigação dos Óbitos Infantis e Fetais – CEPOMFI, juntamente com outras 18 instituições ligadas a saúde materno-infantil no Tocantins. Ainda no ano de 2008, o Dsei participou da Câmara Técnica de estudos dos óbitos materno-infantis e do Comitê de Aleitamento Materno do Tocantins – CAMTO.

Essa articulação com a área técnica de saúde da mulher e da criança do Estado contribuiu para o fortalecimento do Programa materno infantil no DSEI-TO, nesse primeiro ano, uma vez que a interface possibilitou a troca de experiências e informações, e espaço para discussão e compartilhamento de responsabilidades inerentes à saúde dos povos indígenas, que devido sua complexidade se faz necessária uma articulação com todos os setores diretamente ou indiretamente envolvidos.

Em setembro de 2008, através da área técnica Saúde da Mulher e da Criança o DSEI-TO realizou a primeira reunião de sensibilização para implantação da Comissão Distrital de Investigação e Prevenção dos óbitos Infantis e Fetais, conforme preconiza a Portaria 883/08.

A Comissão Distrital é uma estratégia integrada entre Ministério da Saúde e FUNASA, de enfrentamento aos altos índices de mortalidade infantil indígena, principalmente por causas evitáveis que surgiu da necessidade de se conhecer as circunstâncias e particularidades que envolvem os óbitos infantis e traçar estratégias de enfrentamento conforme a realidade das diferentes etnias atendidas pelo DSEI-TO.

Essas iniciativas constituem um marco muito importante na saúde da população indígena, uma vez que essas estão sendo priorizadas no âmbito do Pacto Pela Vida e implementadas nas esferas estaduais, municipais e federais, respeitando a



individualidade de cada povo, considerando os aspectos culturais, e traçando intervenções de acordo com a realidade dos diferentes povos.

Principais Avanços em 2008:

- ✓ Redução do número de óbitos em menor de 01 ano nas etnias de maior risco epidemiológico.
- ✓ Priorização do indicador de mortalidade infantil indígena no Pacto Pela vida 2008.
- ✓ Análise e investigação dos óbitos infantis pelo Comitê Distrital.
- ✓ Participação nos Comitês Estaduais.
- ✓ Melhora na qualidade das informações referentes ao pré-natal e puerpério enviadas pela Emsi e adequação dos modelos utilizados pelo nível central.
- ✓ Realização de atividades educativas integradas com Educação em Saúde e Saúde Bucal.
- ✓ Início da implantação da Caderneta de Atenção ao Idoso na etnia Krahô Canela e Javaé – Base de Apoio de Lagoa da Confusão.
- ✓ Capacitação das parteiras Tradicionais e indígenas em parceria com grupo Curumim s SESAU.

Principais Pontos críticos que interferiram nas ações de Promoção a saúde em 2008

- ✓ Logísticas: insuficiência e deficiência de transporte;
- ✓ Acesso: estradas de precária trafegabilidade;
- ✓ Rotatividade de profissionais das Equipes Multidisciplinares devido à precarização das relações trabalhistas no âmbito da Saúde Indígena;
- ✓ Interferência nos indicadores de Saúde devido a fatores étnicos- culturais.

Perspectivas para 2009

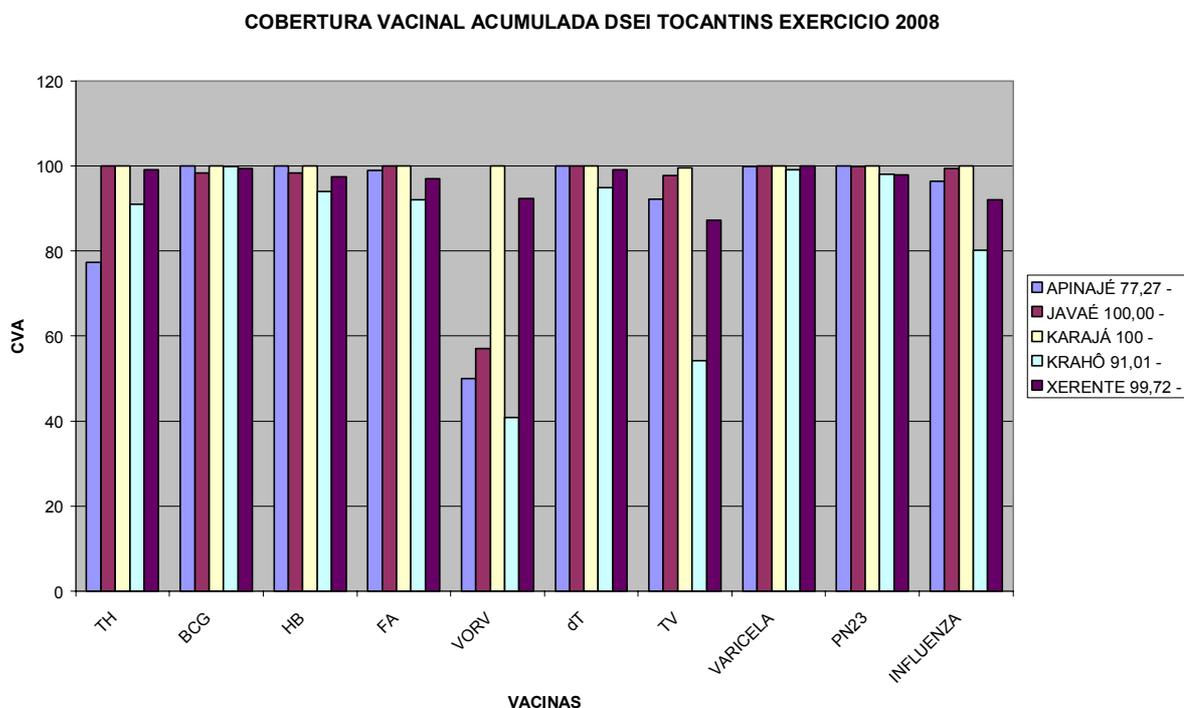
- ✓ Melhorar as coberturas de PCCU e pré-natal.
- ✓ Implementar as ações de vigilância nutricional das gestantes de todas as etnias.
- ✓ Adotar protocolos de acompanhamento de enfermagem/nutrição para crianças gestantes e nutrizes de baixo peso.



- ✓ Intensificar a atenção ao pré-natal nas áreas com maior número de gestantes, de forma integrada e multidisciplinar incluindo ações de educação em saúde, saúde bucal e Dst/ Aids.
- ✓ Reavaliar a estratégia de recuperação do desnutrido grave nas casaí's.
- ✓ Implementar estratégias de intensificação do cuidado com o idoso.
- ✓ Intensificar estratégias de cuidado com o hipertenso e diabético.
- ✓ Implementar as ações de acompanhamento do Comitê Distrital de investigações de óbito infantil e fetal no Dsei-To.
- ✓ Assistir crianças que sofreram maus tratos/violência.
- ✓ Intensificar parcerias para o combate e prevenção de maus tratos a mulheres e crianças.
- ✓ Implantar agenda para criança/ adolescente Amazônia pela UNICEF/SESAU, em parceria com a Funasa/Dsei.

2.4.1.3. Saúde Indígena – Imunização

Gráfico N°. 08 – Cobertura Vacinal Acumulada no Dsei – TO/2008

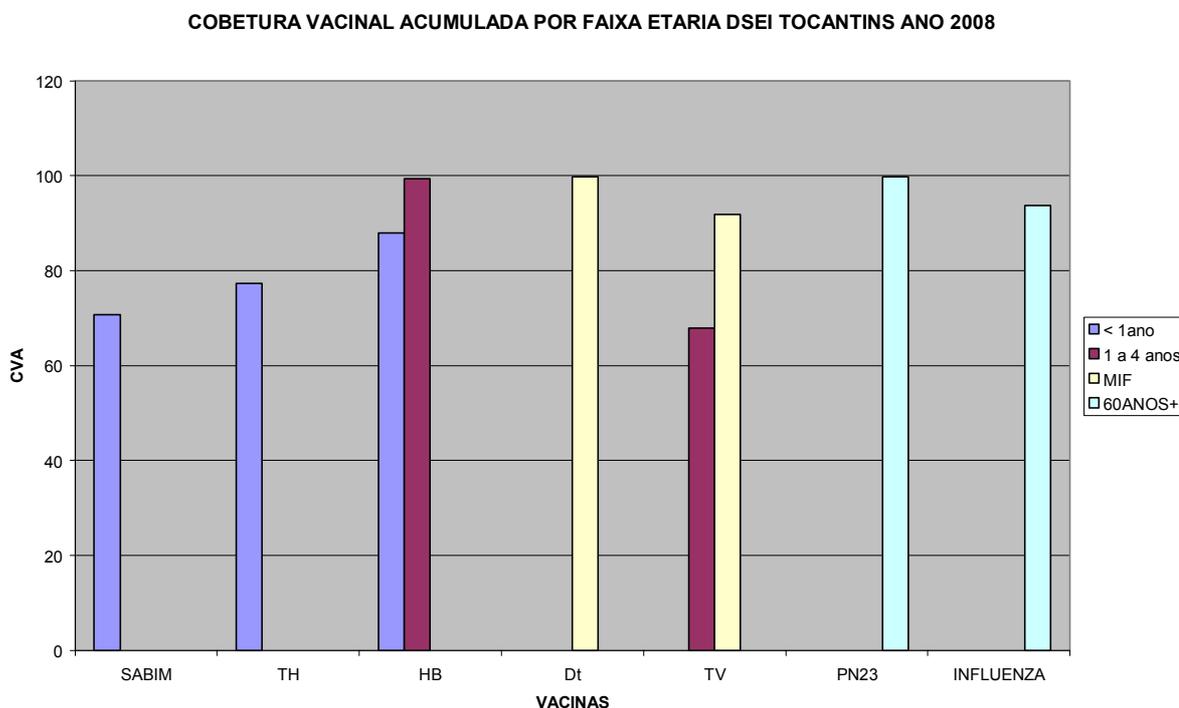


O gráfico nº. 08, demonstra que apenas a população Karajá atingiu cobertura vacinal adequada, conforme as metas estabelecidas. Já a população Apinajé apresenta baixas coberturas de vacina Tetravalente (TH) e Rotavirus (VORV); Javaé apresenta baixas coberturas com a vacina Rotavirus; Krahô baixas coberturas de Rotavirus, Tetravalente e Influenza e Xerente apresenta baixo índice de cobertura vacinal de Rotavirus e Tríplice Viral (TV).

Tendo como disfunções estruturais que impactaram os resultados obtidos, o não cumprimento do calendário básico de vacinação.

Nesse sentido o Dsei/TO, tem como medidas implementadas e a implementar: desenvolvimento de ações de educação em saúde, garantir o deslocamento de rotinas das Equipes Multidisciplinares para as áreas, estabelecimento de parcerias com outras ações programáticas, intensificar o monitoramento das atividades e realização de supervisão integrada das ações.

Gráfico N°. 09 – Cobertura Vacinal Acumulada por faixa etária no Dsei – TO/2008



O gráfico nº. 09, demonstra que em 2008, 222 crianças menores de 1 ano teriam que ser vacinadas com as vacinas Sabim e Tetravalente e que foram vacinadas 157



crianças (70.72%) e um quantitativo de 65 crianças (29.28%) deverá ser vacinada em 2009.

Já 1.403 crianças (99.36%) de 1 a 4 anos foram vacinadas com Hepatite B e 950 com a vacina Tríplice Viral (67.28%). Restando 453 crianças (32.72%) a serem imunizadas.

Em relação as 2.594 Mulheres em Idade Fértil – MIF, 100% foram imunizadas com a vacina Dupla Adulto (dT), e 2.205 (85%) foram vacinadas com Tríplice Viral (TV), com um quantitativo de 389 (15%) a serem imunizadas.

Dos 429 idosos existentes no âmbito do Dsei, 100% alcançaram cobertura vacinal para a vacina Anti-Pneumocócica (Pn23) e 402 (93.71%) foram imunizados com a vacina Influenza. Que representa 88.49% de homogeneidade de cobertura vacinal por aldeias.

2.4.2. Saneamento Ambiental

➤ Indicador nº. 7

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
% de comunidades quilombolas com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento.	Percentual das comunidades remanescentes de quilombos, beneficiadas com a implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento no ano.	Eficácia	Nº. de comunidades remanescentes de quilombos, com implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento, dividido pelo nº. de comunidades remanescentes de quilombos programadas no ano. Multiplicado por 100.	Densp/ Core/ Diesp/ Sensp.	100%

➤ **Indicador nº. 8**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Número de famílias beneficiadas com projetos de esgotamento sanitário, contratados. (*)	Demonstra o número absoluto de famílias beneficiadas com projetos de esgotamento sanitário no decorrer do ano.	Eficácia	Números de famílias beneficiadas com os projetos de esgotamento sanitário no ano.	Core/ Diesp/ Sensp.	14.200

(*) A descrição “**projetos contratados**” refere-se aos **Termos de Compromissos** e aos **Convênios** celebrados.

➤ **Indicador nº. 9**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
% de projetos com visita de acompanhamento, em relação aos projetos com parcela de recursos liberada.	Mede o número de projetos com visita técnica de acompanhamento com parcela de recursos liberada.	Efetividade	Número de projetos com visita de acompanhamento, dividido pelo número de projetos com parcela liberada. Multiplicado por 100	Core/ Diesp/ Sensp.	27.14%

➤ **Indicador nº. 10**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Percentual de projetos com pendência técnica.	Mede o percentual de projetos com pendência técnica.	Efetividade	Número de projetos com pendência técnica dividido pelo número de projetos analisados. Multiplicado por 100.	Core/ Diesp/ Sensp.	56.90%

Vale destacar alguns pontos positivos que impactaram nas diversas ações no ano de 2008, tais como:



- a) organização dos serviços e a sistematização das atividades desenvolvidas na área administrativa da Diesp, em virtude da integração dos profissionais tanto das áreas da Diesp quanto das demais áreas internas da Core, propiciando uma melhor interação intra e intersetorial, contribuindo para maior resolutividade das ações.
- b) 10 aldeias foram contempladas (Plano Operacional 2007) com implantação/ampliação de Sistema de Abastecimento de Água, das quais 07 obras foram concluídas, beneficiando uma população de 248 indígenas; com ações de Melhoria Sanitárias Domiciliares foram contempladas 04 aldeias, concluídas 04 obras, beneficiando 361 indígenas;
- c) Foi realizado um certame licitatório para execução de obras de MSD em 07 aldeias: Rio Sono, Brupê, Brejo Comprido e Funil da etnia Xerente; Aldeia Tixodê da etnia Javaé; Aldeia Lankrahé da etnia Krahô Canela e Aldeia Cachoeira da etnia Krahô, beneficiando 813 indígenas.
- c) Foram contemplados 07 municípios com convênios de água na escola (Araguatins, Esperantina, Goiatins, Lizarda, Nova Olinda, Novo Acordo e Praia Norte); ações de esgotamento sanitário, foi beneficiado 01 município (Pedro Afonso); com Melhoria Sanitária Domiciliar, 01 município foi contemplado (Lavandeira); 01 município (Araguatins) com ações de resíduos sólidos e 05 municípios com Melhorias Habitacional para o controle da Doença de Chagas (Almas, Lavandeira, Paraná, Porto Alegre do Tocantins e Rio da Conceição). Concluída 01 obra de abastecimento de água no município de Porto Nacional beneficiando 2.333 famílias e concluída 01 obra de esgotamento sanitário também em de Porto Nacional, beneficiando 637 famílias;
- d) As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social realizadas, concomitantemente, com o objetivo de buscar a compreensão da importância das ações de saneamento para a melhoria da qualidade de vida e da continuidade de atividades básicas que depende de cada indivíduo, levou as comunidades a participar de atividades voltadas para sanear o ambiente onde vive, o que culminou com o aumento positivo dos indicadores de saúde dessas comunidades.



Demanda reprimida da Diesp no ano de 2008

Municípios

- a) **186 (cento e oitenta e seis)** Convênios pactuados, com carga para os técnicos da Diesp, para acompanhamento da execução física, emissão de Pareceres Técnicos quanto aos percentuais executados, e para análise e manifestação quanto as Prestações de Contas no que se refere à execução física do convênio (passivo).
- b) **05 (cinco)** contratos para execução de obras de saneamento em projetos de assentamento, totalizando 10 (dez) obras.
- c) **11 (onze)** municípios contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/Funasa 2008, (**11 - CONVÊNIOS**) e Emenda Parlamentar (**04 – CONVENIOS**) que necessitarão de visitas técnicas preliminares, análises, aprovações técnicas dos projetos apresentados e acompanhamento da execução física das obras.

Área Indígena

- a) **13 (treze)** obras de saneamento na modalidade de convênio com municípios e Ong FASAM em áreas indígenas, que necessitam de acompanhamento e fiscalização: Água (Aldeia Cachoeira – Município de Goiatins; Aldeia Txodê – Lagoa da Confusão); MSD (Aldeias Nova e Rio Vermelho – Goiatins; Aldeia Morro do Boi, Santa Cruz e Lagoinha – Itacajá; Aldeias Xambioá e Kurehê – Santa Fé do Araguaia; Aldeia São João – Formoso do Araguaia e Aldeia São José – Tocantinópolis); Convênio FASAM (Aldeia Buriti Comprido – Município de São Bento e Aldeia Txodê – Lagoa da Confusão);
- b) **44 (quarenta e quatro)** obras de Implantação/Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água na modalidade de administração direta em áreas indígenas que foram licitadas em 2007 foram concluídas 19 obras em 2008 (Aldeias Mangabeira, Santa Cruz, Morro do Boi, Macaúba e Serrinha – Itacajá, beneficiando 541 indígenas; Aldeias Aparecida, Kuidehu, Paraíso I, São José, Sucupira, Fortaleza e Mrãzasé – Tocantínia, beneficiando 200 indígenas; Aldeias Girassol, Brejão e Cocal Grande – Tocantinópolis, beneficiando 160 indígenas; Aldeias Txuiri e Barreira Branca – Formoso do Araguaia,



beneficiando 250 indígenas; Aldeias Woatyonã e Lamkrarê – Lagoa da Confusão, beneficiando 110 indígenas);

c) **97 (noventa e sete)** aldeias indígenas com sistema simplificado de tratamento de água, que necessitam de acompanhamento, controle e monitoramento – PCQA;

Principais pontos críticos

Em 2008, a Divisão de Engenharia e Saúde Pública – Diesp realizou ações de acordo com metas pactuadas tanto no Plano Operacional quanto no Distrital (elaborados por técnicos do Dsei-TO e Diesp e aprovados pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena), entretanto, várias dificuldades foram detectadas, dentre elas:

a) A insuficiência de veículos que interferiu nas atividades de **supervisão aos Aisans** (Agentes Indígenas de Saneamento) e **Manutenção de SAA**, contribuindo para que não ocorresse conforme planejado;

b) Insuficiência de técnicos para elaboração do processo, em tempo hábil à tramitação, com o objetivo de contratar empresa especializada para prestação de serviços necessários ao atendimento do PCQA – Programa de Controle da Qualidade da Água.

2.4.3 – Gestão

➤ Indicador nº. 11

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Execução Financeira	Avalia a capacidade de pagamento da Coordenação Regional no exercício de 2008.	Eficiência	Total dos recursos financeiros pagos no exercício, dividido pelo total de recursos orçamentários empenhados, na Core, no ano. Multiplicado por 100	Cgofi/Siafi	70.25%

➤ **Indicador nº. 12**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Execução Orçamentária	Avalia a capacidade de execução orçamentária da Coordenação Regional no exercício de 2008.	Eficiência	Total dos recursos orçamentários executados no exercício, dividido pelo total dos recursos orçamentários liberados no exercício, na Core, no ano. Multiplicado por 100	Cgofi/Siafi	93.40%

➤ **Indicador nº. 13**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Execução de convênios	Mede a capacidade de acompanhamento da execução dos convênios.	Efetividade	Total de convênios celebrados em 2006 com todas as parcelas pagas, dividido pelo n.º total de convênios celebrados no ano. Multiplicado por 100	Cconv	58.98%

➤ **Indicador nº. 14**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Capacidade de pagamento	Mede a capacidade de pagamento dos Termos de Compromisso firmados no exercício 2007.	Efetividade	Nº. de Termos de Compromisso firmados em 2007 com repasse de recursos financeiros, dividido pelo nº. de Termos de Compromisso firmados em 2007. Multiplicado por 100	Densp	27.14%



➤ **Indicador nº. 15**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Capacidade de pagamento	Avalia a capacidade de pagamento de Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro.	Efetividade	Total de pagamentos de Restos a Pagar no exercício, dividido pelo total de Restos a Pagar inscritos. Multiplicado por 100.	Siafi	34.41%

➤ **Indicador nº. 16**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Controle de Diligências atendidas	Percentual das diligências atendidas pela regional.	Eficácia	Número de diligências atendidas no ano, dividido pelo número total de diligências recebidas pela regional no ano. Multiplicado por 100.	Core/ Setor de Convênios	84.31%

➤ **Indicador nº. 17**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Controle de Diligências pendentes	Percentual das diligências pendentes na regional.	Eficácia	Número de diligências pendentes no ano, dividido pelo número total de diligências recebidas na regional no ano. Multiplicado por 100.	Core/ Setor de Convênios	15.69%

➤ **Indicador nº. 18**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Controle da análise de prestação de contas de convênios	Percentual dos convênios analisados na regional.	Eficácia	Total de convênios com prestação de contas analisadas na regional, no ano, dividido pelo número total de convênios em andamento na regional. Multiplicado por 100.	Core/Convênios.	38.93%

➤ **Indicador nº. 19**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Controle da aprovação da prestação de contas de convênios	Percentual dos convênios aprovados na regional.	Eficácia	Total de convênios com prestação de contas aprovadas na regional, no ano, dividido pelo número total de convênios em andamento na regional. Multiplicado por 100.	Core/Convênios.	17.65%

➤ **Indicador nº. 20**

Indicador	Quesito Avaliado	Tipo	Método de Cálculo	Fonte	Resultado Alcançado em 2008
Tomada de Contas Especial	Avalia a instauração de processo de Tomada de Contas Especial nas Coordenações Regionais no exercício 2008.	Efetividade	Nº. de processos de Tomada de Contas Especial instaurados na Core em 2008, dividido pelo nº. de convênios em situação de inadimplência efetiva, no ano. Multiplicado por 100	Siafi	68.75%



2.5 – Evolução de gastos gerais

Tabela n°. 138 Dados da evolução de gastos – 2006 a 2008

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	20.292,64	5.114,00	-
2. DIARIAS E RESSARC. DESP. EM VIAGENS	806.877,55	873.031,93	1.290.224,12
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	-	-	-
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	20.327,38	89.515,30	1.039.495,24
3.3 Tecnologia da informação	-	-	-
3.4 Outras Terceirizações	7.556,32	-	-
3.5 Suprimento de fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CREDITO CORPORATIVO	42.767,40	77.668,01	147.712,33
TOTAIS	1.417.821,29	1.645.329,24	2.477.431,69

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

- Não se aplica

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela n°. 139 Dados da execução de Restos a Pagar

Quadro II.A.2 - Execução de Restos a Pagar					
ANO	TIPO	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2006	Processados	63.504,76	-	118.761,54	61.209,80
	Não Processados	1.583.817,38	72.200,92	824.059,06	-
2007	Processados	135.910,27	59,70	124.654,86	-
	Não Processados	3.590.523,49	38.729,63	924.550,24	620.537,55
2008	Processados	216.253,88	-	135.910,27	-
	Não Processados	1.420.755,79	99.768,06	1.588.289,87	2.419.183,89



5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

- Não se aplica

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADORA

- Não se aplica

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

- Não se aplica

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

- Não se aplica

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

- Não se aplica

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

- Não se aplica



11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Tabela n°. 140 Cartão de crédito cooperativo: série histórica das despesas

Ano	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	75	23.199,40	55	19.568,00
2007	101	36.029,01	94	41.639,00
2008	281	137.542,33	90	10.170,00

Tabela n°. 141 Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG

Limite de utilização total da UG:	229.500,00
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite
Abmael Maciel de Oliveira	
Adão Pereira Guedes	
Alcides Ribeiro da Silva Filho	
Edmundo Rodrigues dos Santos	
Edson Faustino da Silva	
Erivelto da Costa Carvalho	
Fortunato Barbosa Silva	
Gilson Pereira da Costa	
Hidelbrando Aires da Silva	
Ivan Trindade Mendes	
Ivaneizilia Ferreira Noletto	
Ivanilzo José de Oliveira	
Januário de Almeida Rocha	
Janueci Pereira Rodrigues	
Joaquim Raimundo dos Santos	
José Almir Ribeiro de Moraes	



José Aroldo do Rego	
Julio Alves da Silva	
Jurandir Soares Maciel	
Jussara Batista Moraes	
Levi de Araújo Reis	
Lourival de Souza Azevedo	
Lucivanda Oliveira de Souza Correia	
Luis Carlos Pereira da Costa	
Luiz Gonzaga Rulfino da Silva	
Manoel Machado Gomes	
Manoel Rodrigues da Silva	
Maria do Amparo Santos Araújo	
Maria Jesus Avelino de Souza	
Marilde Santos Santana Silva	
Osmar de Souza Lopes	
Osneide Mourão Souza	
Paulo A. Cherulli	
Pedro da Silva Guida	
Raimundo H. da Cruz	
Raimundo Nonato Filho	
Rawilson A. Silva	
Rosiran L. Oliveira	
Silvino Nascimento Neto	
Welton A. Andrade	

Observação:

Informamos que esta UG não estabeleceu para o Banco do Brasil, o limite de cada portador do CPGF. Quando da concessão do suprimento de fundos era estabelecido um limite de gasto ao suprimento, no valor do suprimento. Esse procedimento é feito por esta UG, através do Auto Atendimento do Banco do Brasil.



12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

1. Número do Relatório: 208111

2. Descrição da Recomendação:

2 – Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

2.1.3 ASSUNTO - Indenizações :

2.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (009) - Irregularidades na utilização de diárias.

RECOMENDAÇÃO 001

“Obtenha, em relação aos itens “1”, “2”, “3”, “5”, “7”, “8”, “9”, “10”, “12”, “13”, “14”, “15”, “16”, “17”, acima, a devolução das diárias pagas a maior ali apontadas.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

- a) Face a deficiência do sistema SIPAD e para melhorar o controle administrativo desta Core/TO, em relação ao pagamento de diárias, foram abertos processos específicos para documentações referentes às mesmas.
- b) Foram emitidas GRUs – Guias de Recolhimento da União - em nome dos servidores para devolução das diárias relativas aos itens: 01, 02, 03, 05,07,08,10,12,13,14,15,16,17;
- c) Foi realizada em junho/2008, pela Secretaria de Planejamento, uma capacitação para servidores atuarem no novo Programa de emissão de diárias, com implantação nesta Core em dezembro/2008;
- d) Foram realizadas diversas reuniões pela Funasa/Presi para implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP;



- e) Foi criada uma equipe na Diadm/Semin da Core, visando a centralização de procedimentos para concessão de diárias;

Em relação ao item “b” todos os servidores já realizaram devoluções das referidas diárias.

RECOMENDAÇÃO 002

“Estabeleça controles administrativos adequados de modo que não venham a acontecer as ocorrências relatadas nos itens “5”, “6”, “10”, ”14”, ”15” e “16” onde os veículos do órgão ficaram, indevidamente, na posse de servidores não designados, no período, para missão oficial. A esse respeito, ver a vedação constantes do artigo 19 da Instrução Normativa nº. 1, de 21/06/2007, da secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Direh

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa:

- Com relação ao que diz o texto: “servidores não designados, no período para missão Oficial”, vale informar que todos os motoristas são servidores designados para cumprimento de missão oficial, por serem nomeados por Portarias específicas para este fim.

Providências a serem Implementadas

- Apurar responsabilidades por meio de Processo de Sindicância.

Prazo limite de implementação das etapas

- Até junho/2009.



RECOMENDAÇÃO 003

“Quanto ao item 4, adote, como boa prática administrativa e de controle, a obrigatoriedade da anexação dos bilhetes de passagens às prestações de contas das diárias concedidas”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa

- O ressarcimento dos bilhetes de passagens se dá por meio de processo constante do requerimento do servidor e comprovante de passagens utilizadas. Nesse caso, não foi apresentado pelo servidor, comprovante de passagens, nem requerimento. Vale lembrar que os veículos tipo “Van” que fazem linha do interior à capital não possuem bilhetes de passagens e/ou Notas Fiscais para disponibilizar aos usuários. Não tendo, portanto, documento de comprovação para restituição ao servidor, que embora tenha conhecimento de tal fato, optou, devido à agilidade e horários compatíveis com o deslocamento, utilizar esse meio de transporte por conta própria.

Providências adotadas

- Os servidores foram instruídos, em reunião pela Divisão de Administração a não utilizarem veículos tipo “Van” nos deslocamentos a serviço e sim transportes Rodoviários tipo “ônibus” intermunicipal.

RECOMENDAÇÃO 004

“Por fim, tendo em vista o relato do item 11, providencie o pagamento de 01 diária adicional ao servidor ali denominado.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof



4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa

- Foi detectado pelo setor Financeiro que o servidor faz jus a 01 diária, conforme item 11. Também ficou constatado que o mesmo servidor deverá devolver 03 diárias.

Recomendação Atendida: Foi feita compensação entre os itens 11 e 12 e o servidor devolveu 02 diárias.

2. Descrição da Recomendação:

3. SANEAMENTO RURAL

3.1. SANEAMENTO RURAL EM ALDEIAS INDÍGENAS

3.1.3. ASSUNTO: INDENIZAÇÕES:

3.1.3.1. – CONSTATAÇÃO: (010) - Irregularidades na utilização de diárias.

RECOMENDAÇÃO 001: Referente aos itens 01,02 e 03.

“Obtenha, a devolução das diárias pagas a maior conforme acima discriminado.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

- a) Item 01 – PCD 050/Diesp/TO/2007 – CPF 198.991.301-68 – Diária devolvida;
- b) Itens 02 e 03 – PCD's 385 e 297 – CPF- 076.669.503-49 – Diárias devolvidas.

2. Descrição da Recomendação:

4. GESTÃO FINANCEIRA

4.1. RECURSOS DISPONÍVEIS

4.1.1 – ASSUNTO – CARTÃO COORPORATIVO



4.1.1.1. CONSTATAÇÃO: (006) - Utilização do CPGF em substituição ao devido procedimento licitatório.

RECOMENDAÇÃO 001

“Restrinja as despesas realizadas com a utilização de pagamentos do Governo Federal àquelas que não puderem se enquadrar dentro do processo normal de aplicação dos recursos públicos, não sendo a falta de planejamento condição ensejadora de justificativas para a utilização do CPGF, em detrimento do regular procedimento licitatório”.

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa

A Core/TO, trabalha com dois instrumentos de planejamento – O Plano Distrital de Saúde Indígena, onde são detalhadas ações, programas e metas a serem atingidas para o triênio de 2008/2010 e anualmente, com o Plano Operacional, que detalha as metas anuais, bem como, bens, serviços e investimentos para todas as demandas institucionais.

No entanto, a implementação desse planejamento se desencontra com a disponibilidade orçamentária, tanto no que se refere à extemporaneidade que por vezes não permite a instrução processual para a licitação requerida (muitas vezes recursos só são disponibilizados ao fim do ano em exercício, junto a insuficiência de recursos humanos não permite, em tempo hábil, o empenho e, por conseguinte a celebração de contratos) e, ainda, a insuficiência de teto orçamentário que é distribuído para as Core como ocorreu em 2007 e também no exercício de 2008. Por outro lado, há que se considerar que as ações desenvolvidas pela Funasa são executadas, na sua maior parte, no interior do estado, onde há uma grande carência de fornecedores de bens e serviços habilitados, portanto, sem condições regulares para celebrar contratos com a administração pública, levando, de tal forma, e sob pena de interrupção dos serviços de



atenção à saúde das comunidades indígenas, à Administração lançar mão do instrumento do CPGF, observando as normas legais vigentes. Entretanto, em 2008 houve redução do uso do referido cartão, devido à pactuações feitas com conveniadas para realização das ações complementares. É importante ressaltar que, embora a Funasa tenha como rotina o planejamento das ações, produzindo anualmente o plano operacional que inclui o detalhamento das demandas, previsão de aquisição de bens e serviços, bem como, de investimentos, existe um descompasso entre a programação institucional e a disponibilidade orçamentária, tendo em vista que o Planejamento é realizado no ano anterior ao que será executado e o teto orçamentário só é definido e informado, geralmente, no final do trimestre do ano de execução.

Providências adotadas

- Readequação das metas e ações programadas de acordo com a disponibilização orçamentária;
- Utilização de meios alternativos para o atendimento caracterizados como emergência.

RECOMENDAÇÃO 002

“Observe os limites máximos estabelecidos pela Portaria 95/2002, do Ministério da Fazenda, para cada Nota fiscal, recibo ou fatura, que estabelece que o limite máximo para realização de cada objeto de despesa, por N.F. ou recibo, em cada suprimento de fundos será de R\$ 1.500,00 para obras e serviços de engenharia e de R\$ 800,00 para outros serviços e compra em geral”.

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa

O Decreto nº. 93.872 de 23/12/1986, em seu artigo 45, estabelece os seguintes casos para concessão de suprimento de fundos a servidor: ***“I – Para atender despesas***



eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento; II - quando a despesa deve ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento; e III – para atender despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em Portaria do Ministério da fazenda”.

Entende-se, portanto, que apenas no caso previsto no item III - *para atender despesas de pequeno vulto*, se aplica o limite máximo para a realização de despesas, por Nota Fiscal ou recibo, em cada suprimento de fundos.

Vale esclarecer que as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos, cujos valores estão acima daqueles estabelecidos pela Portaria nº. 95/2002, do Ministério da Fazenda, sendo objeto de questionamento por parte desse órgão de controle, pertencem a suprimento de fundos concedidos no caso previsto no item I – *“Para atender despesas eventuais, inclusive em viagens e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento”*, ou seja, para atender despesas com manutenção de veículo em viagem e da saúde indígena, de acordo com a Portaria nº. 747, de 22 de abril de 2004, do Ministério da Saúde.

Vale ainda informar que esta Unidade Gestora, quando da realização de despesas através de suprimento de fundos na modalidade *pequeno vulto*, vem obedecendo rigorosamente os limites previstos na Portaria nº. 92/2002, do Ministério da Fazenda.

RECOMENDAÇÃO 003

“Evite o fracionamento do documento comprobatório do gasto realizado, visando adequar a despesa efetivamente realizadas aos limites acima mencionados”.

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa:

Vale justificativa dada à Recomendação 02, item precedente.



2. Descrição da Recomendação:

5. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.2 - INDENIZAÇÕES

5.2.1. - ASSUNTO: DIÁRIAS

5.2.1.1. - CONSTATAÇÃO: (008) - Irregularidades na utilização de diárias.

“Inicialmente registramos que a Unidade não fez comprovação, até o presente momento, da devolução de diárias indevidamente pagas a colaborador eventual, consoante item 3.2.1.1. do Relatório de Gestão 189881, relativo a contas do exercício de 2006.”

Providenciado - Foi anexado comprovante de devolução de diárias indevidamente pagas a colaborador eventual/2006.

RECOMENDAÇÃO 001

“Cumpra o que dispõe o artigo 5º do Decreto 5.992/2006, que estabelece que as diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto as situações de urgência, devidamente caracterizadas e quando o afastamento compreender período superior a 15 dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente, a critério da autoridade concedente.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa:

- a) O sistema SIPAD, implantado pela Funasa/Presi, não atende por completo, as necessidades do Programa de Concessão de Diárias, por isso está sendo implementado pela Presidência da Funasa;



- b) Não existe nesta Core servidor capacitado para dar suporte técnico à rede lógica. Vale lembrar que o Datasus está dando suporte a esta Core, como cortesia, entretanto não dispõe de servidor específico para atender a demanda e, devido a problemas na rede, a emissão de diárias também fica prejudicada.
- c) A demanda de viagens e/ou serviços relacionados à saúde indígena acontece, na maioria das vezes de forma intempestiva e urgente, em muitas situações não podendo ser prevista ou programada.
- d) O desencontro de informações entre o teto autorizado para efetivar despesas com diárias no SIPAD, em desacordo com o teto orçamentário disponibilizado para a unidade, sendo outro fator que impossibilita o pagamento de diárias a servidores antes da locomoção.

Providências adotadas

- a) Face à deficiência do sistema SIPAD e para melhorar o controle administrativo desta Core/TO, em relação ao pagamento de diárias, foram abertos processos específicos para documentações referentes às mesmas.
- b) A Funasa/Presi, em reunião em Brasília, autorizou a contratação de técnicos para dar suporte à rede lógica para todas as Core, por meio de licitação. Porém, a Core não conseguiu dar andamento no processo em 2008.

RECOMENDAÇÃO 002

“Estabeleça controles administrativos adequados, de modo que não venha a acontecer as ocorrências relatadas nos itens “2”, “3” e “5”. Onde os veículos do órgão ficaram, indevidamente, na posse de servidores não designados, no período, para missão oficial. A esse respeito, ver a vedação constantes do artigo 19 da Instrução Normativa nº. 1 de 21/06/2007, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.”

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm/Direh

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)



Justificativa 1

Foram observados os apontamentos feitos pela CGU e detectada a existência de falhas no acompanhamento dos procedimentos relacionados à permanência indevida de veículos oficiais, em garagens particulares de servidores.

Justificativa 2

Todos os motoristas são servidores designados para cumprimento de missão oficial, por serem nomeados por Portarias específicas para este fim.

Providências adotadas

- Apurar irregularidades por meio de processo sindicância

Prazo limite de implementação das etapas:

- Até junho 2009;

RECOMENDACÃO 003

“Obtenha a devolução das diárias pagas apontadas, relativamente aos itens “1”, “3”, “4” e “5” acima.”

Justificativa:

- a) O sistema SIPAD não atende por completo as necessidades do Programa de Concessão de Diárias;
- b) Não existe nesta Core servidor capacitado para dar suporte técnico à rede lógica. Vale lembrar que o Datasus está dando suporte a esta Core, como cortesia, entretanto não dispõe de servidor específico para atender a demanda e, devido a problemas na rede, a emissão de diárias também fica prejudicada.
- c) O desencontro de informações entre o teto autorizado para efetivar despesas com diárias no SIPAD, em desacordo com o teto orçamentário disponibilizado para a unidade, sendo outro fator que impossibilita o pagamento de diárias a servidores antes da locomoção.



Providências adotadas

- a) Face à deficiência do sistema SIPAD e para melhorar o controle administrativo desta Core/TO, em relação ao pagamento de diárias, foram abertos processos específicos para documentações referentes às mesmas.
- b) A Funasa/Presi, em reunião em Brasília, autorizou a contratação de técnicos para dar suporte à rede lógica para todas as Core, por meio de licitação. Porém, a Core não conseguiu dar andamento no processo em 2008.
- c) As diárias foram devolvidas pelos servidores por meio de GRU's – Guias de Recolhimento da União.

2. Descrição da Recomendação:

6 – GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

6.2 – CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS

6.2.2 - CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

6.2.2.2 Constatação: (017) – Dispensa indevida de licitação por falta de planejamento adequado de ações.

RECOMENDAÇÃO 001

“Adote procedimentos administrativos com vistas à abertura e tramitação de processos licitatórios em tempo hábil, de modo a evitar dispensas indevidas de licitação, embasadas no inciso IV do Artigo 24 da Lei nº. 8.666/1993, pois, de acordo com a decisão do TCU 300/1995, Segunda Câmara, a falta de planejamento do Administrador não é capaz de justificar a contratação emergencial como ficou acima demonstrado”.

3. Setor Responsável pela implementação: Diadm

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)



Justificativa

Embora admitindo que a situação ensejadora da “emergência” alegada pela Core/TO, reside na falta de planejamento dada ao argumento, do órgão de controle, *de que não foi providenciada a renovação da frota e tão pouco da sua manutenção*, não se pode por outro lado, atribuir responsabilidade a unidade regional e ao seu administrador. Dado que no caso de renovação da frota, o papel do gestor regional é encaminhar o plano anual de aquisição de veículos - PAAV – à Administração Central, e esta a responsabilidade pela aquisição. No caso específico houve o encaminhamento normal dos PAAVs – Planejamento Anual de Aquisição de Veículos, relativos aos anos de 2006, 2007 e 2008, pelo Administrador Regional à Administração Central, sendo que a quantidade de veículos disponibilizados foi bem inferior ao solicitado. Por outro lado, não se pode afirmar que a falta do contrato de peças que ocorreu 15 (quinze) meses após o de manutenção tenha sido fato motivador da precariedade da frota, embora não existissem contratos diretos com a Administração, essas despesas foram realizadas por meio de contratos indiretos com entidades conveniadas para a suplementação de ações na saúde indígena. No entanto, o tempo de vida útil dos veículos já expirados, bem como a precariedade das estradas em que trafegam, que reduz significativamente a vida útil da frota, são as principais causas da incapacidade de atendimento às demandas por mobilidade que requer as ações sob responsabilidade da CORE/TO.

Outro fato relevante é que mesmo admitindo as vantagens da terceirização, a Administração Regional, por força da Portaria Funasa nº 594, de 11.06.2007, BS 24 de 15.06.2007, só poderá prosseguir Processo Licitatório para contratos iguais ou superiores a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sob a autorização da Presidência do órgão, que no ato da autorização deverá descentralizar orçamento para custear tais despesas. Nesse caso específico, a Coordenação Regional no ano de 2007, solicitou autorização e repasse de recursos suficientes para contratação de veículos, para atender a saúde indígena.

Por fim, é admissível, em parte, o relatório de análise do órgão de controle, que atribui a causa da precariedade da frota por falta de planejamento do órgão. No entanto, tomadas todas as providências ao alcance da unidade regional, onde a aquisição de veículos e/ou contratação por meio de licitação foi devidamente planejada e, frente ao



risco eminente de perda de vidas humanas, bem como de prejuízos a bens e serviços públicos, devidamente atestados por áreas técnicas do DSEI-TO e órgãos competentes como a Defesa Civil e a Funai, não houve outra alternativa ao Administrador desta Unidade Regional, senão declarar emergência, sob a égide da Lei 8.666/91, Art. 26 e tomar as providências com a Dispensa de Licitação.

Providências adotadas

- Reencaminhado à Presidência da Funasa o PAAV/2008 e encaminhado o de 2009;
- Reencaminhado novo pedido para autorização de abertura de processo de licitação para locação de veículos (submetido à análise da Presidência e não aprovado).
- Quanto às possíveis irregularidades na execução e/ou contratação foi objeto de sindicância instaurado pela Funasa/Presi, conforme Portaria nº. 170 de 15/07/2008;
- Foram disponibilizados pela Funasa/Presi, 05 veículos tipo caminhonete para atendimento à Saúde Indígena e à Divisão de Engenharia.

RECOMENDAÇÃO 002

“Envide esforços no sentido de buscar a renovação de sua frota própria ou, e mais vantajoso, optar pela terceirização do serviço de transporte, de modo que situações dessa natureza não mais ocorram, pois, dadas às peculiaridades inerentes o atendimento da saúde indígena, necessário se faz que a Core/TO, conte com uma frota de veículos em condições de atender, prontamente, às demandas das comunidades indígenas.”

3. Setor Responsável pela implementação: Gab/Diadm

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

Justificativa

- Vale justificativa dada à recomendação 001, item precedente;
- A Core/TO não tem autonomia para aquisição de veículos, os mesmos são adquiridos pela Funasa/Presidência;
- Para atendimento da demanda foram solicitados 45 veículos.



Providências adotadas

- Reencaminhado solicitação de aquisição de veículos para a Presidência;
- Reencaminhado novo pedido para autorização de abertura de processo de licitação para locação de veículos (submeter à análise da Presidência).
- Foram disponibilizados no período de 2006 a 2008, pela Funasa/Presi, até a presente data 16 (dezesesseis) veículos para atendimento da demanda (12 para saúde indígena e 04 para saneamento).
- Está prevista para o ano de 2009 a disponibilização de mais 02 (dois) veículos para atendimento à Saúde do Índio.

RECOMENDACÃO 003

“Obtenha o imediato ressarcimento dos valores indevidamente pagos à empresa locadora de veículos.”

3. Setor Responsável pela implementação: Gab/Diadm

4. Providências adotadas (ou justificar para o caso de não cumprimento)

A Empresa LRC Silvestre, foi notificada e ressarciu o valor devido, através de GRU;



13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

1. Número da Decisão ou do Acórdão

Acórdão Nº 3325/2008 – TCU – 1ª Câmara

2. Descrição da determinação ou da recomendação

1. Processo TC-017.022/2007-0 (Prestação de Contas Simplificada)

1.5 – Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1 – Determinar aos responsáveis da Funasa – Coordenação Regional/TO que:

1.5.1.1 – Elabore, se ainda não fez, e insira nos Processos de Prestação de Contas Anuais, os indicadores de gestão, na forma exigida pelos normativos oriundos deste Tribunal, sem prejuízo da inserção das informações complementares porventura exigidas pelo Órgão de controle Interno;

3. Setor responsável pela implementação: Áreas Técnicas da Funasa/Presi

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

As providências não são da gestão da Core/TO, são de responsabilidades das Áreas Técnicas da Funasa/Presidência. Porém foram devidamente acatadas.

1.5.1.2 – Justifique as razões que motivem o uso do Cartão Corporativo para saques de recursos em espécie, o que somente deve ocorrer em situações de excepcionalidade, nos termos dos normativos em vigor e em atenção às disposições exaradas por este Tribunal relacionadas à utilização do mencionado Cartão, sobretudo aquelas contidas no Acórdão nº 1276/2008-TCU - Plenário;



3. Setor responsável pela implementação: Diadm/Saeof

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A Core/TO, no ano de 2008 não utilizou saques de recursos em espécie, no uso do Cartão Cooperativo, em despesas de pequeno vulto. Os saques efetuados foram autorizados pelo Coordenador Regional para atender suprimento de fundos em caráter especial, para manutenção em sistema de abastecimento de água em área indígena e locais de difícil acesso, conforme amparo legal na Portaria nº. 747, de 22/04/2004 e no Decreto nº. 6.370, de 1º/02/2008.

1.5.1.3 – Providencie o reembolso da remuneração dos servidores cedidos a outros órgãos/entidades, nos termos do artigo 4º, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal nº 4.050/2001;

3. Setor responsável pela implementação: Direh

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Encaminhada cópia do Memorando 369 Direh/Core/To, com documentos anexos para a devida comprovação.

1.5.1.4 – Proceda a pronta prestação das informações solicitadas pelos servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos, conforme previsão contida no artigo 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e diante da missão do controle interno em apoiar o controle externo, nos termos da Constituição Federal, artigo 74, inciso IV, c/c o artigo nº 50, inciso II, da Lei nº 8.443/92.

3. Setor responsável pela implementação: Diadm

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Recomendação acatada.



1.5.1.5 – Abstenha-se de celebrar contratos com base em Ata de Registro de Preços sem verificar a adequação dos preços propostos aos patamares praticados no mercado à época da efetiva contratação;

3. Setor responsável pela implementação: Diadm

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Recomendação acatada.

1.5.1.6 – Somente prorogue a vigência dos contratos nº 002/2005/FUNASA/COPYSYSTEMS (Prestação de serviços reprográficos) e 003/2006/FUNASA/MAYTECH (Locação de copiadora), após minucioso levantamento de preços, no qual se evidencie a necessária adequação dos preços pagos pela administração àqueles praticados, à época, pelo mercado.

3. Setor responsável pela implementação: Diadm/Salog

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

Recomendação acatada.

1.5.2 – Determinar à Controladoria – Geral da União que informe a cerca do cumprimento das determinações ora emanadas nas próximas contas, bem como de notícia da cobrança dos valores indevidamente pagos por meio dos PCD's nº 374 e 425/2006, a teor do item 3.2.1.1 do Anexo I, ao Relatório de Auditoria CGU nº 189881.

3. Setor responsável pela implementação: Diadm

4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

As diárias foram devidamente devolvidas pelos servidores por meio de GRU's - Guias de Recolhimento da União e as informações encaminhadas à CGU.



14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Tabela nº. 142 Informações sobre Aposentadorias e Pensões/2008

Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	-	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	30	26
Pensão	03	03

OBS: Os quatro atos que não foram ainda registrados no SISAC são os publicados em dezembro/2008, no entanto, com o fechamento da folha em 05/12/2008, só foram incluídos no sistema Siape na folha de janeiro 2009.

Os atos julgados pelo TCU são controlados mediante a elaboração e envio do título de inatividade aos servidores beneficiados.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

- Planilhas no anexo – I, Página 141.



16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Tabelas nº. 143 Informações sobre a Composição de Recursos Humanos/2008

Obs.: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do Quadro próprio em exercício na Unidade	170	5.916.778,45	173	5.848.376,39	171	6.759.400,06
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	170	5.916.778,45	173	5.848.376,39	171	6.759.400,06

Obs.: valores encontrados pela média dos totais de ativos.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo.	-	-	-	-	1	24.496,67

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	18	520.237,00	36	689.515,30	36	1.039.495,24
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras atividades						
Estagiários	45	128.625,56	31	88.766,79	33	125.182,81

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus.	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus.	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade.	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus.	04	80.450,41	06	187.889,30	08	233.780,01
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus.	02	87.669,22	02	37.747,03	02	49.219,18
Total Pessoal Cedido pela Unidade	06	168.119,63	08	225.636,33	10	282.999,19



Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
* Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus.	701	21.795.165,63	675	23.436.296,80	663	26.458.889,35

* = Servidores disponibilizados/"cedidos" para o SUS Estado/Municípios por legislação específica.

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	74	2.925.120,49
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	97	3.834.279,57
Total Geral	171	6.759.400,06

Obs.: valores encontrados pela média dos totais de ativos com exercício na Unidade.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Comparado aos anos anteriores e, observando-se as dificuldades e diversas iniciativas e meios alternativos que a Gestão da Core teve que desenvolver em 2006 e 2007 para execução das ações, pode se observar que em 2008, mesmo com algumas dificuldades não sanadas no todo ou em parte, e ainda tendo que se valer de iniciativas e alternativas para operacionalização das ações, houve um maior alinhamento na Gestão da Funasa Presidência e Coordenação Regional, o que levou à superação de problemas, principalmente, voltados para 03 pontos de grande importância na gestão pública: Os recursos humanos, os recursos orçamentários e o planejamento das ações.

Quanto aos recursos humanos, as propostas e alternativas não foram focada apenas em necessidades e iniciativas regionais, o debate e a busca de solução ocorreu de forma conjunta embora alguns desses frutos só se constituirão em benefício no exercício de 2009, como a seleção de pessoal na área de engenharia e a facilitação que proporcionará a Portaria da Funasa nº. 311, de 31 de dezembro de 2008, que se refere ao retorno de pessoal administrativo do quadro efetivo da Funasa, atualmente cedidos a outros órgãos.

Outra ação que deve se ressaltar foram as capacitações realizadas na área de informática, administração, técnicas no campo da saúde indígena e ainda as oficinas sobre o Sistema Único de Saúde, voltadas para os recursos humanos cedidos aos municípios e Estado e para os que têm exercício nas unidades da Funasa, bem como as



capacitações no campo da educação em saúde e na organização dos serviços que propiciaram ganhos na motivação e desenvolvimento das atividades, especialmente na Saúde Indígena e Saneamento.

Os recursos orçamentários, mesmo inicialmente, com previsão de corte de gastos na ordem de 17%, a Core pode se planejar melhor, buscando parcerias, mas também debatendo com a Presidência que procurou sanar as dificuldades, após avaliação de cada relatório ou reuniões e redirecionar recursos, como no caso da saúde indígena e administração, possibilitando assim a continuidade das ações e, com que a Core, mesmo não tendo sanado todas as dificuldades, alcançasse resultados expressivos e importantes, a exemplo da redução da mortalidade infantil e de outros indicadores, anteriormente, mencionados.

Desta forma, é que as dificuldades que ainda afetam a Instituição como um todo não interferiu nos avanços que a Core teve, ao se estruturar melhor na área de planejamento, para consolidar no exercício de 2008, um monitoramento que deu confiabilidade na avaliação dos indicadores, das metas planejadas e alcançadas, além de propiciar à gestão saber o que deveria ser mais prioritário dentre as ações propostas.

Com base nos mecanismos criados e ou desenvolvidos em 2008, nos resultados alcançados e nas propostas de implementação de cada área técnica, bem como de um maior apoio da direção nacional do Órgão às Cores, é possível concluir, ao se considerar os parâmetros de eficácia da gestão, e afirmar como positiva.

Assim as perspectivas para 2009 é de que esta Core contribua na continuidade dos avanços Institucionais, no que se refere a execução das ações de saúde e saneamento em prol da melhoria de vida e saúde da sociedade brasileira.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Coordenação Regional do Tocantins

ANEXOS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

Anexo I

PLANILHA

DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO



ANEXO II - QUADRO II.A.13 - DEMONSTRATIVO DE TCE (processos dispensados de instauração de TCE não encaminhado ao TCU em decorrência de arquivamento no órgão de Origem) - EXERCÍCIO - 2008

Motivo da Dispensa ou Arquivamento	Nº do Processo de TCE	RESPONSÁVEL		CARGO OU FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL	VALOR DO DÉBITO ATUALIZADO ATÉ 31/05/06	DATA DA OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIA (IRREGULARIDADES DETECTADAS)	PRINCIPAIS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS ADOTADAS
		CPF/CNPJ	NOME					
Inciso IV do parágrafo 1º do Art. 5º da IN/TCU 56/2007 devido a execução Física da obra durante os procedimentos de TCE equivalente ao valor impugnado pela área técnica de Engenharia resultando na aprovação da prestação de contas.	25167.002.140/2006-44	CPF: 303.199.861-87 CNPJ: 01.795.483/0001-20	JOSÉ SANTANA NETO	EX - PREFEITO	37.958,12	23/07/01	* Não execução de 10,32% do percentual da obra pactuada, ocasionando a impugnação de despesas pela área técnica de Engenharia * Não execução de 10,32% do percentual da obra pactuada, ocasionando a impugnação de despesas pela área técnica de Engenharia b) Inclusão do município no Cadastro de Inadimplentes no SIAFI; c) Imediata Instauração de TCE, Portaria 091, de 26/05/06, publicada no BS Nº 21 de 26/05/06; d) Inscrição do responsável na conta de Ativo diversos responsáveis em 06/06/06 pela 2006NL600503. e) Envio aos gestores de cópia do Parecer Financeiro Nº 59/06 e comunicado da situação de Inadimplência do convênio 1124/2000; f) Manifestação da gestora atual protocolando cópia de ação civil pública e do ex-gestor em 04/08/06 comunicando a execução de 100% do objeto pactuado; g) Visita técnica ao local da obra realizada em 03/11/06, com emissão de Parecer Técnico Favorável devido a confirmação de execução de 100% do objeto pactuado; h) Nova Análise e emissão de Parecer Financeiro 027/08 com aprovação de 100% do objeto pactuado; i) Emissão de Relatório Final do Tomador de Contas concluindo pela regularidade na aplicação dos recursos. j) Baixa da Inscrição do responsável na conta de Ativo diversos responsáveis em Apuração em 16/10/08 pela 2008NL600697.	

Obs: Mantido a data do débito de 31/05/06 devido a execução física de 100% da obra ter sido informada pelo responsável em 04/08/06 e obtido parecer técnico favorável à aprovação de 100% do objeto pactuado em 03/11/06.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

Anexo II

PLANILHAS

SITUAÇÕES DOS CONVÊNIOS: A LIBERAR, A APROVAR E A COMPROVAR.

**MS - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DO TOCANTINS/ASSESSORIA DE GABINETE - EQUIPE DE CONVÊNIOS
CONVÊNIO DO TOCANTINS COM SALDOS VALORES A LIBERAR NO SIAFI, COM VIGÊNCIA EXPIRADA**

ITEM	TIPO DE TRANSFERÊNCIA	ENTIDADE/CNPJ	SIAFI	N.º CONVENIO	N.º PROCESSO	OBJETO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO D.O.U.	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR FUNASA	CONTRA PARTIDA PACTUADA	SITUAÇÃO SIAFI	SITUAÇÃO ATUAL DO CONVÊNIO
1	1	GOV. DO EST. DO TOCANTINS 01786029000103	390030	CV. 2459/99	25167.001.302/99-18	MSD	20.01.00	20.01.00 à 04.12.07	1.323.009,00	1.202.735,00	120.274,00	Aprovado 740.547,00 à liberar 462.188,00	processo na CGCON/COCEC /p/ providenciar o cancelamento.
2	1	MAURILÂNDIA/TO C 250.64015000144	476545	831/02	25167.007.216/02-02	MSD	26.12.02	14.12.02 à 08.01.08	101.318,50	99.950,70	1.367,80	aprovado 69.965,70 a liberar 29.985,00	Execução física 100% /% c/ funcionalidade, processo no DENSP para pronunciamento quanto ao pagamento da 3ª parcela.
3	1	FASAM - 010869830001-93	478578	CV. 1110/02	25167.006.592/02-71	ÁGUA nas Aldeias	27.12.02	27.12.02 à 08.12.08	1.022.034,04	1.022.034,04	0,00	Aprovado 724.202,46 à comprar 244.886,13 A Aprovar 9.062,98 A liberar 43.882,47	Aguardando análise da prestação de contas parcial.
4	1	PM Tocantinópolis - 012247160001-35	489102	CV.1376/03	25167.005.700/03-70	MSD	29.12.03	22.12.03 à 10.10.08	192.572,55	192.572,55	0,00	A aprovar 134.800,78 A liberar 57.771,77	Processo com análise em andamento, gestor foi notificado, atendeu, aguardando pronunciamento da DIESP acerca da defesa técnica apresentada.
5	1	PM Santa Fé Do Araguaia - 250639180001-00	489433	CV. 1381/03	25167.005.706/03-47	MSD	29.12.03	22.12.03 à 07.11.09	95.865,10	95.865,10	0,00	À aprovar 76.692,10 À Liberar 19.173,00	Aguardando pronunciamento da DIESP quanto ao percentual físico de execução.

6	1	FORMOSO DO ARAGUAIA 02075216000141	4895 93	CV. 1377/03	25167.005701/03-14	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 à 20.01.08	109.495,00	109.495,00	0,00	0,00	aprovado 76.646,50 a liberar 32.848,50	Gestor restituiu o valor da 1ª e 2ª parcela aprovado conforme Parecer Financeiro Nº 42/07. Encaminhado o processo de CV. a COCEC/CELEBRAÇÃO O P/cancelamento do repasse da 3ª parcela.
7	1	PM Sandolândia 373443550001-08	4896 69	EP- 1410/03	25167.005.725/03-01	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 à 10.10.08	53.665,00	53.665,00	0,00	0,00	À Comprovar 65,50 à liberar 16.099,50 INAD. SUSP. 37.500,00	Processo centralizado na CGCON/COCEC aguardando publicação de Aditivo de Prazo, prestação de contas parcial em fase final de análise, aguardando retorno do processo da CGCON/PRESI para conclusão.
8	1	PM. BOM JESUS DO TO 3742077500126	4898 86	CV. 402/03	25167.005594/03-24	ÁGUA	29.12.02	22.12.03 à 29.01.08	368.421,05	200.000,00	18.421,05	18.421,05	a aprovar 70.000,00 a comprovar 10.000,00 a liberar 70.000,00	Gestor apresentou prestação de contas parcial, execução física incompatível com os recursos liberados, município na Inadimplência não atendeu notificação, aguardando instauração de TCE.
9	1	PM Rio Sono 000007290001-68	4900 26	CV.446/03	25167.005.661/03-19	MSD	29.12.02	22.12.03 à 01.10.08	150.710,80	146.189,48	4.521,32	4.521,32	Aprovado à comprovar 23.071,89 a liberar 64.642,11	Processo na CGCON/CELEBRAÇÃO O aguardando a liberação da 3ª parcela e Aditivo de Prazo.
10	1	P. M SANTA TEREZINHA 0163403000112	4901 41	CV 620/03		ESGOTO	29.12.03	22/12/03 à 22/12/04	401.000,00	401.000,00	0,00	0,00	401.000,00 a liberar	Não aprovado tecnicamente o projeto.
11	1	ASSOC. INDIGENA XERENTE 3739104000169	5098 70	CV.1350/04	25100.026.029/04-56	SAÚDE INDIGENA	06.09.04	03.09.04 à 30.06.07	1.573.821,12	900.000,00	0,00	0,00	aprovado 665.032,63 a provar 567.600,86 a comprovar 66.963,47 a liberar 174.224,16	Processo na CORE aguardando pronunciamento do Chefe do DISEI.

12	1	P. M BANDEIRANTES 01612819000172	5247 96	EP 715/04	25100.021.503/04- 53	MSD	10.07.04	28/06/04 A 28/06/06	90.770,60	79.977,98	10.792,62	79.977,98 a liberar	Processo na COCEC/CELEBRAÇA O Providenciando cancelamento
13	1	PM Colinas 017954830001-20	5308 55	CV.483/04	25100.020.771/04- 58	RESÍDUOS SÓLIDOS	02.07.04	01.07.04 `a 25.09.8	114.111,11	99.961,33	14.149,78	à liberar 99.961,33	Não aprovado tecnicamente o projeto.
14	1	P.M de ARRAIAS 0112578000172	5374 68	EP 1270/04	25100.023.339/04- 19	RESÍDUOS SÓLIDOS	02.07.04	01/07/04 A 01/07/06	80.000,00	80.000,00	0,00	80.000,00 a liberar	Não aprovado tecnicamente o projeto. Providenciando cancelamento pela COCEC/CELEBRAÇA O
15	1	PM BERNARDO SAYÃO 25086596000115	5573 44	EP- 0456/05	25100.020.693/05- 72	MSD	27.12.05	09.12.05 à 07.12.07	103.685,30	100.000,0 0	3.110,56	a aprovar 40.000,00 a liberar 60.344,84	Em análise da PC parcial na CORETO e providenciando aditivo de prazo pela COCEC/CELEBRAÇA O
16	1	PM Pugmil 0161588300010- 07	5573 67	CV.1678/05	25100.034.498/05- 20	RESÍDUOS SÓLIDOS	27.12.05	09.12.05 à 04.12.08	144.469,09	140.000,0 0	4.469,09	À aprovar 128.678,67 à Liberar 11.321,33	Gestor apresentou prestação de contas parcial em 16/12/08, encaminhada a DIESP, aguardando parecer técnico.
17	1	Agencia Toc. De Reg. E Controle08570899 0001-90	5383 65	EP 2039/04	25100.043.482/04- 27	ESGOTO	29.12.04	23.12.04 à 22.05.08	1.236.000,00	799.939,2 0	436.060,80	639.950,20 Á aprovar 159.989,00 a comprovar	Prestação de contas parcial em análise
18	1	PM São Valério da Natividade - 250434490001-68	5690 47	CV. 1022/06	25100.060.155/06- 00	MH- Chagas	30.06.06	20.06.06 à 09.10.08	309.000,00	300.000,0 0	9.000,00	à aprovar 240.000,00 `a liberar 60.000,00	Gestor apresentou prestação de contas parcial. Em 11/11/08, encaminhada a DIESP, aguardando parecer técnico.
19	1	PM DE Natividade 018094740001-41	5899 52	CV. 2767/06	25100.623.176/06- 31	MH- Chagas	28.12.06	19.12.06 à 13.12.08	205.100,00	200.000,0 0	5.100,00	à liberar 40.000,00 IND SUSP. 160.000,00	Emitido Notificação cobrando Prestação de Contas Parcial gestor apresentou extrato demonstrando que os recursos encontram-se aplicados. Não iniciou a obra até a presente data. Gestor em 18/11/08 solicitou readequação de metas .Conforme

20	1	PM.Couto Magalhães - 021330980001-80	5919 12	CV. 2565/06	25100.620.276/06- 13	ÁGUA	10.01.07	05.12.06 `a 02.06.09	130.000,00	125.000,0 0	5.000,00	à aprovar 100.000,00 à liberar 25.000,00	pronunciamento DIESP foi indeferido o pedido e sollicitado a devolução dos recursos ao erário.
												Gestor apresentou prestação de contas parcial. Em 07/07/08, encaminhada a DIESP, aguardando parecer técnico.	

MS - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COORDENAÇÃO REGIONAL DO TOCANTINS/ASSESSORIA DE
GABINETE -EQUIPE DE CONVÊNIOS

CONVÊNIOS DO TOCANTINS COM SALDOS A APROVAR E VIGÊNCIA EXPIRADA NO SIAFI

ITEM	TIPO DE TRANSFERÊNCIA	SIAFI	N.º CONVÊNIO	ENTIDADE / CNPJ	OBJETO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO D.O.U.	VIGÊNCIA	N.º PROCESSO CONVÊNIO	VALOR TOTAL PACTUADO	CONTRA PARTIDA PACTUADA	VALOR FUNASA	SITUAÇÃO SIAFI	SITUAÇÃO ATUAL PENDÊNCIA DO CONVÊNIO
1	1	33002	CV 031/92	GOV/TO 01786029000103	Sarampo	27.02.92	11/02/92 á 11/02/93		144,18	0	R\$ 144,18	144,18 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
2	1	86911	CV 257/93	Filadelfia 0076670900100	Água	10.12.93	10/12/93 á 10/12/94		5.289,25	0	R\$ 5.289,25	5.289,25 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
3	1	90160	CV 247/93	GOV/TO 01786029000103	Água	23.11.93	23/11/93 á 23/11/94		411.818,18	0	R\$ 411.818,18	411.818,18 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
4	1	90168	CV 245/93	GOV/TO 01786029000103	Água	23.11.93	23/11/93 á 23/1/94		40.727,27	0	R\$ 40.727,27	40.727,27 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
5	1	93150	CV 279/93	GOV/TO 01786029000103	Água	11.01.93	11/01/93 á 11/07/94		38.060,75	0	R\$ 38.060,75	38.060,75 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
6	1	100573	CV 38/94	GOV/TO 01786029000103	PACS	14.04.94	12/04/94 á 31/12/94		100.025,45	0	R\$ 100.025,47	100.025,47 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 56/06 12/05/06, gestor não atendeu.
7	1	107191	CV 206/94	GOV/TO 01786029000103	Água	25.08.94	25/08/94 á 31/12/94		165.608,33	0	R\$165.608,33	165.608,33 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.
8	1	108187	CV 225/94	P.M. Dianópolis	MSD	05.09.94	05/09/94 á 31/12/98		78.305,60	0	R\$ 78.305,60	78.305,60 á Aprovar	Sem registro de nº proc. no SIAFI/sem nº SCDWEB/não foi descentralizado para a CORE-TO.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

9	1	126203	CV 55/95	SES/TO 25053117000164	Multivacinação	19.07.95	19/07/95 à 31/12/95		417.500,00	0	R\$ 417.500,00	417.500,00 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 28/05 de 09/05/05, gestor atendeu, reanalisado notificação 60/06 de 08/05/06. Gestor não atendeu execução física 92,88% Sem registro de nº proc. no SIAFI /sem nº SCDWEB/ não foi descentralizado para a CORE-TO.
10	1	256697	CV 008/92	P. M. Araguaia 11747145149	Esgoto	05.01.93	26/1/93 à 26/03/94		208,53	0	R\$ 208,53	208,53 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 27/05 de 04/05/05, gestor atendeu, reanalisado em 18/05/06 notificação 58/06. Gestor não atendeu, execução física 94,17% Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
11	1	302572	CV 043/96	SES/TO 25053117000164	Vacina	30.05.96	30/05/96 à 29/03/97	25100.001.069/9 6-32	614.900,00	55.900,00	R\$ 559.000,00	559.000,00 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 27/05 de 04/05/05, gestor atendeu, reanalisado em 18/05/06 notificação 58/06. Gestor não atendeu, execução física 94,17% Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
12	1	306751	CV 104/96	P. M. Formoso do Araguaia 13693980187	Água	17.07.96	29/06/96 à 29/12/96	25100.002.273/9 6-34	120.602,48	12.060,25	R\$ 108.542,23	108.542,23 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
13	1	307500	CV 103/96	P. M. Formoso do Araguaia 13693980187	MSD	17.07.96	28/06/96 à 29/12/96	25100.001.575/9 6-68	140.622,96	14.062,29	R\$ 126.560,67	126.560,67 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
14	1	312299	CV152/96	SES/TO 04895320553	Impl. LACEN	30.09.96	30/07/1996 à 25/11/98	25100.002709/9 6-68	242.000,00	22.000,00	R\$ 220.000,00	220.000,00 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
15	1	319416	CV 048/97	SES/TO 25053117000164	Vacinação	27.06.97	27/06/97 à 27/05/98	25100.001.407/9 7-44	563.031,11	51.184,65	R\$ 511.846,46	511.486,46 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 45/05 de 18/05/05, gestor atendeu, aguardando reanálise.
16	1	328654	CV 301/97	SES/TO 04895320553	Impl. LACEN	20.11.97	20/11/97 à 20/01/99	25100.001.177/9 7-96	203.896,00	18.536,00	R\$ 185.360,00	185.360,00 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
17	1	336326	EP 428/97	P. M. de Xambioá 10602984491	Água	29.12.97	29/12/97 à 18/02/99	25167.000.816/9 7-40	878.892,85	8.944,64	R\$ 169.948,21	169.948,21 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 06/1/02, gestor atendeu, parecer DIESP de 24/08/06 execução física 93,85% aguardando reanálise



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

18	1	340577	EP 1313/97	P. M. Bernardo Sayão 068314683191	Água	16/01/98 à 16/08/99	25167.001.198/9 7-28	101.820,39	5.345,56	R\$ 96.474,83	96.474,83 à Aprovar	financeira. Aguardando Análise Financeira.
19	1	346367	CV 1347/98	SES/TO 25053117000164	Vacinação	03/06/98 à 03/08/99	25100.003.430/9 8-18	550.000,00	50.000,00	R\$ 500.000,00	500.000,00 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 44/05 de 18/05/05, execução física 100% gestor não atendeu.
20	1	349883	CV 1564/98	SES/TO 25053117000164	Impl. LACEN	01/07/98 à 27/10/00	25100.001.176/9 7-23	145.200,00	13.200,00	R\$ 132.000,00	132.000,00 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
21	1	351735	CV 640/98	GOV/TO 01786029000103	Esgoto	03/07/98 à 14/02/03	25100.000.813/9 8-71	2.222.222,00	222.222,00	R\$2.000.000,00	1.451.242,82 Aprovado 548.757,18 à Aprovar	Comprovação da PC final mensagem 2003 003641 de 02/01/03 execução física 100%, aguardando análise financeira.
22	1	353829	EP 641/98	GOV/TO 01786029000103	Esgoto	03/07/98 à 05/12/02	25100.000.815/9 8-04	2.222.222,00	222.222,00	R\$2.000.000,00	879.619,14 Aprovado 1.120.380,86 à Aprovar	Parecer Técnico DIESP de 09/06/05 execução física rede 99,61% e ligações domiciliares 75,44%, aguardando parecer financeiro.
23	1	362637	CV 1986/98	P. M. Porto Nacional 00299198000156	Melhoria Habitacional	03/07/98 à 25/07/00	25100.001.884/9 8-54	583.000,00	53.000,00	R\$ 530.000,00	530.000,00 à Aprovar	Aguardando Parecer Técnico DIESP desde 06/02/04 analisado em 05/02/03 Parecer financeiro nº 90/03 gestor apresentou defesa técnica.
24	1	363651	EP 637/98	GOV/TO 01786029000103	Esgoto	03/07/98 à 03/12/02	25100.000.812/9 8-16	2.222.222,00	222.222,00	2.000.000,00	1.267.248,69 Aprovado 732.751,31 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 10/05 de 25/04/05, execução física 98,44% gestor atendeu, aguardando reanálise.
25	1	372551	CV 182/99	SES/TO 25053117000164	Vacina	06/08/99 à 06/10/00	25100.002.771/9 9-84	440.000,00	40.000,00	R\$ 400.000,00	400.000,00 à Aprovar	Sem registro SCDWEB não foi descentralizado para CORE-TO
26	1	380801	EP 1095/99	P. M. Rio Sono 06086535191	Água	21/12/99 à 21/08/00	25100.004.509/9 9-92	157.895,00	7.895,00	R\$ 150.000,00	150.000,00 à Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 37/04 de 21/12/04, gestor atendeu, aguardando Parecer Técnico



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

27	1	3891 42	CV 625/99	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	20.01.00	20/01/00 á 30/01/07	25100.011.743/9 9-30	4.184.956,6 0	471.609,56	R\$4.184.956 ,60	1.157.571,59 Aprovado 1.624349,62 não Liberado 1.403.035,39 á Aprovar	DIESP, execução física 0%.
28	1	3895 83	CV 601/99	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	20.01.00	20/01/00 á 29/06/04	25100.006.370/9 9-85	66.521,60	7.391,29	R\$ 66.521,60	38.924,29 Aprovado 27.597,31 á Aprovar	Analizado Parec. Financeiro 33/06 de 12/04/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.
29	1	3905 70	EP 2083/99	Bernardo Sayão 25086596000115	Água	18.01.00	18/01/00 á 10/06/02	25100.005.047/9 9-94	75.000,00	3.947,37	R\$ 75.000,00	37.500,00 a Aprovar 37.500,00 não liberado	Analizado Parec. Financeiro 58/05 de 25/05/05, gestor não atendeu, aguardando reanálise. Execução Física c/ funcionalidade 72,53%
30	1	3906 /46	EP 651/99	P. M. de São Valério da Natividade 25043449000168	MSD	20.01.00	20/01/00 á 20/01/01	25100.002.949/9 9-14	100.000,00	5.263,11	R\$ 100.000,00	100.000,00 á Aprovar	Analizado Parecer financeiro nº73/03 de 05/08/03 Execução com funcionalidade 93,98%, aguardando reanálise financeira.
31	1	3908 22	CV 2394/99	P. M. Bernardo Sayão 25086596000115	MSD	20.01.00	20/01/00 á 30/06/01	25100.002.269/9 9-18	142.101,00	7.479,00	R\$ 142.101,00	142.101,00 á Aprovar	Analizado Parec. Financeiro 21/05 de 02/05/05, gestor atendeu, execução física 72,20% aguardando parecer DIESP.
32	1	3908 94	CV 1554/99	SES/TO 25053117000164	Rede de Frio	18.01.00	18/01/00 á 31/12/03	25100.011.443/9 9-04	146.135,00	16.237,20	R\$ 146.135,00	146.135,00 á Aprovar	Proc. não recepcionado na CORE com carga para CENEPI/CGPNI/COIMU
33	1	4124 76	CV 12/01	FASAM 01086983000193	Saúde Indígena	28.02.01	08/02/2001 á 08/04/02	25100.000.175/0 1-17	1.600.000,0 0	0	R\$1.600.000 ,00	1.103.899,63 Aprovado 496.100,37 á Aprovar	CENTRALIZADO /DSEI E DEPIN/CGCON/COPON
34	1	4126 13	CV 1875/00	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	16.01.01	16/01/2001 á 31/05/04	25100.002.074/0 0-91	658.730,66	73.192,29	R\$ 658.730,66	300.461,88 Aprovado 158.268,66 á Aprovar 0,12 Não Liberado	Analizado Parec. Financeiro 28/06 de 24/04/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.

35	1	4127 40	CV 1110/00	P. M. Araguaína 01830793000139	MSD	19.01.101	19/01/2001 á 09/09/02	25167.001.368/0 0-21	269.923,08	30.394,92	R\$ 269.923,08	255.995,04 Aprovado 13.928,04 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 74/06 de 29/06/06, gestor atendeu, execução física 94,84% aguardando parecer DIESP.
36	1	4136 02	EP 1117/00	P. M. Aurora do TO 01067107000110	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 21/07/02	25167.001.336/0 0-26	80.000,00	5.180,00	R\$ 80.000,00	80.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 23/06 de 24/04/06, gestor atendeu, execução física 94,82%, aguardando reanálise.
37	1	4145 57	CV 1136/00	P. M. Natividade 01809474000141	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 05/09/02	25167.001.289/0 0-59	142.500,00	8.614,00	R\$ 142.500,00	142.500,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 29/04 de 14/12/04, gestor não atendeu, execução física 100%.
38	1	4151 52	CV 2285/00	P. M. Guaraí 02070548000133	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 17/01/03	25100.010.399/0 0-86	153.000,00	9.615,26	R\$ 153.000,00	153.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 40/04 de 27/12/04, gestor atendeu, aguardando reanálise, execução física 85,00%.
39	1	4152 10	CV 1127/00	P. M. Fátima 00114801000188	Resíduos Sólidos	19.01.2001	19/01/01 á 14/07/03	25167.001.284/0 0-98	138.510,00	8.227,00	R\$ 138.510,00	138.510,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 37/05, gestor atendeu, execução física 94,16% aguardando parecer DIESP.
40	1	4154 64	EP 1144/00	P. M. Paraíso do TO 00299180000154	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 09/09/02	25167.001.000/0 0-63	79.378,49	8.810,83	R\$ 79.378,49	79.378,49 á Aprovar	Execução Física 100% aguardando Parecer ações PESMS
41	1	4156 35	CV 1142/00	P. M. Paraíso do TO 00299180000154	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 08/09/02	25167.000.538/0 0-16	96.000,00	11.225,25	R\$ 96.000,00	96.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 38/05 de 13/05/05, gestor não atendeu, execução com funcionalidade 100%.
42	1	4157 16	CV 1125/00	P. M. Colméia 02070746000105	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 01/11/02	25100.010.262/0 0-21	72.000,00	6.800,00	R\$ 72.000,00	72.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 18/05, gestor atendeu, execução física 91,76%, aguardando parecer DIESP.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

43	1	4157 24	EP 1135/00	P. M. Natividade 01809474000141	MSD	19.01.2001	19/01/01 á 30/04/02	25167.000.979/0 0-52	96.000,00	5.175,50	R\$ 96.000,00	96.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 23/04 de 09/12/04, gestor atendeu, reanalisado em 10/05/06 parecer financeiro 54/06 execução física 100%.
44	1	4169 79	CV 59/01	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	17.01.97	19/07/01 á 30/06/04	25100.000.221/0 1-70	608.377,00	67.597,44	R\$ 608.377,00	608.377,00 á Aprovar	Analisado notificação 53/06 de 03/05/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.
45	1	4255 78	CV 94/01	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	07.12.01	22/11/01 á 30/06/04	25100.000.846/0 1-31	584.155	64.916,07	R\$ 584.154,67	584.154,67 á Aprovar	Analisado notificação 49/06 de 20/05/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.
46	1	4368 27	CV 3299/01	P. M Paraná 01126556000191	MSD	21.01.02	31/12/01 á 29/03/04	25167.001.143/0 1-56	300.000,00	16.680,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 51/05 de 23/05/05, gestor não atendeu, Execução com funcionalidade 89,52%.
47	1	4391 88	CV 3427/01	P. M. Aparecida do Rio Negro 25086638000118	Resíduos Sólidos	21.01.02	21/01/02 á 28/12/03	25167.001.454/0 1-15	80.000,00	4210,53	R\$ 80.000,00	80.000,00 á Aprovar	Analisado em 29/04/05 Parecer Financeiro 16/05 gesto atendeu, reanalisado em 26/12/06 Notificação nº 093/06, execução física 95%
48	1	4391 95	CV 3431/01	P. M. Miranorte 02070720000159	Controle de Endêmias	21.01.02	21/01/02 á 12/08/03	25167.001.188/0 1-21	100.000,00	6.841,00	R\$ 100.000,00	100.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 86/05 de 06/06/05, gestor atendeu, Execução com funcionalidade 76,85%, aguardando parecer DIESP. Reanalisado em 20/08/07 Notificação Nº 046/07, gestor atendeu apresentou justificativas, aguardando reanálise.
49	1	4391 97	CV.3432/0 1	P. M. Gurupi 01803618000152	Resíduos Sólidos	23.01.02	32.01.02 a 31.08.03	25167.001.409/0 1-61	225.000,00	52.777,77	R\$ 225.000,00	225.000,00 á aprovar	Analisado Not. nº 74/06 de 17.0.06, execução com funcionalidade de 97,26%, Gestor Atendeu apresentou justificativas técnica aguardando pronunciamento da

50	1	439200	CV 3433/01	P. M. Formoso do Araguaia 02075216000141	Resíduos Sólidos	23.01.02	23/01/02 á 28/11/03	25167.001.436/01-33	170.000,00	19.893,88	R\$ 170.000,00	170.000,00 á Aprovar	Analisado notificação 020/06 de 25/04/06, gestor atendeu, Execução com funcionalidade 100%, aguardando reanálise.	DIESP.
51	1	439359	CV 644/01	P. M. Buriti do TO 25061722000187	MSD	21.01.02	31/12/01 á 22/02/04	25167.001.118/01-72	300.000,00	3.100,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado notificação 028/06 de 20/04/06, gestor não atendeu, execução física 98,50%.	Analisado notificação 028/06 de 20/04/06, gestor não atendeu, execução física 98,50%.
52	1	439362	CV 645/01	P. M. Cachoeirinha 25064064000187	MSD	21.01.02	31/12/01 á 15/08/03	25167.001.117/01-28	150.000,00	8.545,75	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado notificação 050/06 de 02/05/06, gestor não atendeu, execução física 100%.	Analisado notificação 050/06 de 02/05/06, gestor não atendeu, execução física 100%.
53	1	439364	CV 647/01	P. M. Couto Magalhães 02133098000180	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/02/03	25167.001.113/01-40	300.000,00	16.680,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Execução Física 100% aguardando análise financeira.	Execução Física 100% aguardando análise financeira.
54	1	439371	CV 653/01	P. M Itaporã/TO 02739753000149	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/07/03	25167.001.152/01-47	200.000,00	10.840,00	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Técnico 75/05 - DICON/MS/TO de 06/06/05, execução física 45,85%, gestor apresentou defesa técnica aguardando pronunciamento da DIESP	Analisado Parec. Técnico 75/05 - DICON/MS/TO de 06/06/05, execução física 45,85%, gestor apresentou defesa técnica aguardando pronunciamento da DIESP
55	1	439388	CV 658/01	P. M. Nova Olinda000001602000163	MSD	21.01.02	31/12/01 á 19/07/03	25167.001.175/01-51	200.000,00	11.315,22	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 12/05 de 26/04/05, gestor atendeu, aguardando Parecer Técnico DIESP, execução física 98,71%, aguardando parecer técnico DIESP.	Analisado Parec. Financeiro 12/05 de 26/04/05, gestor atendeu, aguardando Parecer Técnico DIESP, execução física 98,71%, aguardando parecer técnico DIESP.
56	1	439397	CV 662/01	São Miguel/TO 25064007000106	MSD	21.01.02	31/12/2001 á 26/06/04	25167.001177/01-41	300.000,00	3.100,00	R\$ 300.000,00	à aprovar 300.000,00	Execução Física 87,50%. Analisado em 15/08/07. Notificação N° 044/07, gestor atendeu, apresentou justificativas técnicas em reanálise na DIESP.	Execução Física 87,50%. Analisado em 15/08/07. Notificação N° 044/07, gestor atendeu, apresentou justificativas técnicas em reanálise na DIESP.



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

57	1	4394 41	CV 674/01	P. M. Filadélfia 00766709000100	MSD	21.01.02	31/12/01 á 13/08/03	25167.001.102/0 1-60	300.000,00	3.254,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 41/06 de 28/04/06 execução física 97,37%, gestor atendeu aguardando reanálise.
58	1	4394 44	CV 676/01	P. M. Jaú do Tocantins 37344413000101	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/10/03	25167.001.151/0 1-01	200.000,00	11.194,40	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 88/05 de 07/06/05 execução física 67,71%, gestor solicitou nova vistoria aguardando parecer DIESP.
59	1	4394 46	CV 677/01	P.M Lagoa do To 37420916000100	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/07/03	25167.001.158/0 1-14	150.000,00	8.340,00	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado em 11/12/06 Parecer Financeiro nº 95/06 execução física 100%
60	1	4394 48	CV 680/01	P. M Novo Acordo 01067933000169	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/07/03	25167.001.109/0 1-81	150.000,00	9.000,00	R\$ 150.000,00	200.000,00 á aprovar	Analisado Parec. Financeiro 57/05 de 24/05/05 execução com funcionalidade 92,45%, gestor não atendeu.
61	1	4394 58	CV 685/01	P. M. Rio da Conceição 33262536000134	MSD	21.01.02	31/12/01 á 03/08/03	25167.001.141/0 1-67	150.000,00	8.340,00	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado Parec. Financeiro 55/05 de 24/05/05 execução física 97,51%, gestor não atendeu aguardando reanálise.
62	1	4394 61	CV 688/01	P. M. Wanderlândia 00001636000158	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/09/03	25167.001.136/0 1-54	300.000,00	16.597,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 42/05 de 17/05/05 execução com funcionalidade 87,26%, gestor não atendeu.
63	1	4394 65	CV 692/01	P. M. Brejinho de Nazaré 02884153000174	MSD	21.01.02	31/12/01 á 21/06/03	25167.001.135/0 1-18	200.000,00	11.500,00	R\$ 200.000,00	à aprovar 200.000,00	Execução Física 94,54%.
64	1	4394 68	CV 694/01	P. M. Carrasco Bonito 25064023000190	MSD	21.02.02	31/12/01 á 21/07/03	25167.001.116/0 1-83	150.000,00	1.520,50	R\$ 150.000,00	à aprovar 15.000,00	Analisado parecer financeiro 93/05 de 09/06/05 execução com funcionalidade 96,48%, gestor não atendeu.
65	1	4394 74	CV 700/01	P. M. Chapada da Natividade 01613086000190	MSD	21.01.02	31/12/01 á 03/08/03	25167.001.115/0 1-39	150.000,00	7.994,75	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 89/05 de 08/06/05 execução física 91,14%, gestor não atendeu.

66	1	4394 76	CV 702/01	P. M. Talismã 01612820000105	MSD	21.01.02	31/12/01 á 09/08/03	25167.001.159/0 1-69	150.000,00	7.895,03	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 76/05 de 02/06/05 execução física 88,68%, gestor não atendeu. Execução 96,43%. Analisado em 03/05/05 Parecer Financeiro nº 25/05 aguardando a reanálise.
67	1	4394 78	CV 703/01	P. M. Barrolândia 24851453000190	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/07/03	25167.001.132/0 1-76	200.000,00	20.000,00	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 92/05 de 09/06/05 execução com funcionalidade 98,92%, gestor atendeu aguardando reanálise.
68	1	4395 12	CV 696/01	P. M. Dianópolis 01138957000161	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/08/03	25167.001.112/0 1-03	400.000,00	22.240,00	R\$ 400.000,00	400.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 56/05 de 24/05/05 execução física 49,46 %, gestor atendeu, aguardando parecer DIESP.
69	1	4395 16	CV 660/01	P. M Pindorama do To 02155331000126	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/07/03	25167.001.156/0 1-25	200.000,00	10.559,90	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Execução Física de 100%., aguardando análise.
70	1	4396 44	CV 656/01	P. M. Monte Santo do TO 01613093000192	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/07/03	25167.001.097/0 1-95	150.000,00	9.840,00	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 87/05 de 07/06/05, execução com funcionalidade 89,92 %, gestor não atendeu.
71	1	4396 45	CV 678/01	P.M. Luzinópolis 01631059000140	MSD	21.01.02	31/12/01 á 19/07/03	25167.001.148/0 1-89	150.000,00	7.894,73	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 42/06 de 02/05/06, execução física 92,06 %, gestor atendeu aguardando reanálise.
72	1	4396 47	EP 681/01	P.M. Aragominas 25063884000154	MSD	21.01.02	31/12/01 á 28/07/03	25167.001.124/0 1-20	64.000,00	4.526,30	R\$ 64.000,00	64.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 49/05 de 20/05/05, gestor atendeu, reanalisado em 23/05/06 parecer financeiro 69/06 gestor atendeu.aguando reanalise
73	1	4396 48	CV 683/01	P.M. Recursolândia 37421146000110	MSD	21.01.02	31/12/01 á 16/07/03	25167.001.127/0 1-63	200.000,00	10.526,42	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	

74	1	4396 49	CV 691/01	P. M. Angico 250640982000171	MSD	21.01.02	31/12/01 á 29/12/03	25167.001.126/0 1-19	300.000,00	3.046,40	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 22/05 de 02/05/05, execução física 98,34%, gestor atendeu, reanalisado em 08/05/06 notificação 59/06. gestor não atendeu
75	1	4398 80	CV 1136/01	P. M. Nova Olinda 00001602000163	MSD	21.01.02	31/12/01 á 15/07/03	25167.001.149/0 1-23	100.000,00	5.584,00	R\$ 100.000,00	100.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 46/06 de 03/05/06, execução física 97,20%, gestor não atendeu.
76	1	4401 99	EP 1183/01	P. M. Sandolândia 37344355000108	MSD	21.01.02	31/12/01 á 02/09/3	25167.001.150/0 1-58	40.000,00	2.940,40	R\$ 40.000,00	40.000,00 á aprovar	Analisado notificação 021/06 de 17/04/06 execução física 98,66%, gestor não atendeu.
77	1	4402 27	CV 2315/01	P. M. Darcinópolis 25064072000123	MSD	21.01.02	31/12/01 á 23/08/03	25167.001.104/0 1-59	297.602,62	17.251,70	R\$ 297.602,62	297.602,62 á Aprovar	Analisado notificação 48/06 de 02/05/06 execução física 100%, gestor não atendeu.
78	1	4402 33	CV 2316/01	P. M. Babaçulândia 02401248000190	MSD	21.01.02	31/12/01 á 18/11/03	25167.001.122/0 1-31	300.000,00	16.931,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Execução física 99,49%.
79	1	4402 40	CV 2318/01	P. M Arraias 01125780000169	MSD	21.01.02	31/12/01 á 14/03/04	25167.001.123/0 1-85	300.000,00	15.970,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Analisado notificação 24/06 de 24/04/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.
80	1	4403 48	CV 2343/01	P. M Santa Rosa do Tocantins 24851503000139	MSD	21.01.02	31/12/01 á 06/04/04	25167.001.105/0 1-01	200.000,00	12.748,00	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 77/05 de 02/06/05, execução física 99,58%, gestor atendeu, reanalisado em 08/05/06 notificação 59/06.
81	1	4429 01	CV 2406/01	P. M. Juarina 37426509000100	MSD	21.01.02	31/12/01 á 03/09/03	25167.001.178/0 1-95	188.000,00	11.087,01	R\$ 188.000,00	188.000,00 á Aprovar	Analisado parecer financeiro 68/05 de 30/05/05, execução com funcionalidade 40,49%, gestor não atendeu.
82	1	4429 32	CV 1848/01	FASAM 01086983000193	Água	22.01.02	31/12/01 á 22/07/04	25100.002.511/0 1-58	1.095.459	0	R\$1.095.459 ,22	1.095.459,22 á Aprovar	Aguardando análise financeira.
83	1	4429 78	EP 1860/01	P. M. Aparecida do Rio Negro 25086638000118	MSD	21.01.02	21/01/02 á 17/10/03	25167.001.155/0 1-81	80.000,00	4.448,00	R\$ 80.000,00	aprovado 72.292,92 a aprovar 7.707,08	Analisado parecer financeiro 19/05 de 28/04/05, gestor não atendeu, reanalisado em 16/05/06 parecer financeiro 19/04.

84	1	4432 43	CV 3049/01	P. M. Axixá/TO 00766725000195	MSD	21.01.02	31/12/01 á 08/12/03	25167.001101/0 1-15	300.000,00	3.031,00	R\$ 300.000,00	300.000,00 á Aprovar	Execução Física 100%. Aguardando análise financeira.
85	1	4432 68	CV 2507/01	P. M. Colinas do TO 01795483000120	Resíduos Sólidos	21.01.02	21/01/02 á 08/12/03	25167.001.082/0 1-27	199.614,07	23.556,94	R\$ 199.614,07	199.614,07 á Aprovar	Apresentou Prestação de contas 18/01/05 aguardando parecer conclusivo técnico DIESP.
86	1	4433 83	CV 1287/01	P. M. Axixá 00766725000195	ESGOTO	21.01.02	31/12/01 á 12/08/05	25167.001084/0 1-16	1.999.880,0 6	23.462,50	R\$1.999.880 ,06	1.555.462,26 Aprovado 444.417,80 á Aprovar	Execução Física 100%. Aguardando análise financeira.
87	1	4434 32	CV 1335/01	P. M. Formoso do Araguaia 02075216000141	MSD	21.01.02	21/01/02 á 03/11/03	25167.01.377/01 -01	95.000,00	10.555,80	R\$ 150.000,00	95.000,00 á aprovar	Analizado parecer financeiro 74/05 de 01/06/05, execução física 100%, gestor não atendeu.
88	1	4434 47	CV 2513/01	P. M. Supupira 37344439000141	MSD	21.01.02	31/12/01 á 23/11/03	25167.001.138/0 1-43	150.000,00	8.625,00	R\$ 150.000,00	150.000,00 á Aprovar	Analizado parecer financeiro 19/06 de 13/04/06, execução física 61,90%, gestor não atendeu.
89	1	4451 10	EP 2562/01	P. M. Taipas 33261694000170	Resíduos Sólidos	21.01.02	21/01/02 á 12/07/03	2567.001.361/01 -91	70.000,00	6.419,80	R\$ 70.000,00	70.000,00 á Aprovar	Execução Física 100%.
90	1	4451 46	CV 1494/01	P. M. Talismã 01612820000105	Água	21.01.02	31/12/01 á 17/06/03	25167.001.073/0 1-36	101.341,73	6.439,70	R\$ 101.341,73	101.341,73 á Aprovar	Analizado parecer financeiro 79/05 de 03/06/05, execução com funcionalidade 88,62%, gestor não atendeu.
91	1	4452 20	CV 1902/01	P. M. Aguiarnópolis 01634074000142	Esgoto	21.01.02	31/12/01 á 23/01/04	25167.001.081/0 1-82	1.044.026,6 2	67.659,13	R\$1.044.026 ,62	348.000,00 Aprovado 696.026,62 á Aprovar	Analizado notificação 41/06 de 27/04/06, execução física 100%, gestor atendeu, aguardando reanálise.
92	1	4452 32	CV 1495/01	P. M. Talismã 01612820000105	Esgoto	21.01.02	31/12/01 á 24/01/04	25167.001.076/0 1-70	1.101.405,8 4	57.968,73	R\$1.101.405 ,84	367.135,00 Aprovado 734.270,84 á Aprovar	Analizado parecer financeiro 81/05 de 03/06/05, execução com funcionalidade 25,37%, gestor não atendeu, reanalisado em 08/05/06 notificação 59/06.
93	1	4452 36	CV 1903/01	P. M. Lizarda 02070571000128	MSD	21.01.02	31/12/01 á 11/08/03	25167.001.147/0 1-34	200.000,00	2.230,00	R\$ 200.000,00	200.000,00 á Aprovar	Analizado parecer financeiro 65/05 de 27/05/05, execução com funcionalidade 13,30%, gestor não atendeu.

94	1	445250	CV 1905/01	P. M. Aguiarnópolis 01634074000142	Água	21.01.02	31/12/01 à 04/04/04	25167.001.077/0 1-14	262.343,21	2.623,43	R\$ 262.343,21	262.343,21 à Aprovar	Aguardando Parecer Técnico DIESP
95	1	445326	CV 2627/01	P. M de Paraíso 00299180000154	Resíduos Sólidos	21.01.02	31/12/01 à 05/03/06	25167.001.078/0 1-69	200.000,00	28.406,23	R\$ 200.000,00	200.000,00 à Aprovar	Analisado parecer financeiro 52/05 de 23/05/05, execução com funcionalidade 0,00%.
96	1	445961	CV 47/02	Ass. Ind. Xerente 37379104000169	Saúde Indígena	14.03.02	08/02/02 à 16/08/04	25100.004.352/0 2-15	1.900.590,65	0	R\$1.900.590,65	1.649.274,07 Aprovado 0,65 a comprovar 251.315,93 a Aprovar	CENTRALIZADO DSEI -T0 E DEPIN/CGCON/COPO N
97	1	445962	CV 44/02	FASAM 01086983000193	Saúde Indígena	14.03.02	08/02/02 à 28/09/04	25100.007.496/0 2-15	4.327.730,70	0	R\$4.327.730,70	3.375.125,86 Aprovado 953.604,84 à Aprovar	CENTRALIZADO DSEI -T0 E DEPIN/CGCON/COPO N
98	1	450287	CV 1411/01	P. M . Cachoeirinha 25064064000187	Esgoto	21.01.02	31/12/01 à 18/09/04	252167.001.075/ 01-25	977.929,21	51.469,96	R\$ 977.929,21	325.976,40 Aprovado 651.952,81 à Aprovar	Analisado parecer financeiro 52/06 de 08/05/06 execução física 100%, gestor não atendeu. Funcionalidade 0,00%
99	1	461568	CV 121/02	SES/TO 25053117000164	Vigilância em Saúde	14.07.02	04/07/02 à 31/05/04	25100.002.520/0 1-49	110.012,56	12.223,62	R\$ 110.012,56	110.012,56 à Aprovar	Analisado parecer financeiro 39/06 de 28/04/06, gestor atendeu, aguardando reanálise.
100	1	487111	CV 050/03	Cons. Org. Indígenas 04953646000144	Saúde Indígena	18.12.03	17/12/03 à 17/06/04	25167.004.330/0 3-53	464.239,88	0	R\$ 464.239,81	464.239,81 à Aprovar	CENTRALIZADO DSEI -T0 E DEPIN/CGCON/COPO N
101	1	489303	EP 1343/03	Wanderlândia 00001636000158		MSD	22.12.03 à 23.07.07	25167.004.115/0 3-52	67.293,25	3.541,75	67.293,25	aprovado 26.917,25 a aprovar 40.376,00	Apresentou Prestação de contas aguardando parecer conclusivo técnico DIESP.
102	1	489335	CV 467/03	P.M. Dueré 01351667000100	Resíduos Sólidos	29.12.03	14/12/03 à 03/10/06	25167.005.561/0 3-84	123.308,41	6.827,00	120.000,00	87.308,41 aprovado e 36.000,00 a aprovar	Execução física 93,94%, aguardando análise.
103	1	489437	CV 586/03	P. M Lavandeira 016138402000117	Melhorias Habitação	29.12.03	22/12/03 à 23/12/06	25167.005566/0 3-15	250.000,00	19.042,54	250.000,00	175.000,00aprova do e 75.000,00 a aprovar	Execução Física 75, % .Analisado Parcialmente em 24/01/06 Parecer Financeiro N° 02/06. Aguardando Análise financeira da Prestação de Contas Final.

104	1	4894 60	CV 1380/03	Santa Fé do Araguaia 25063918000100	Água	29.12.03	22/12/03 á 01/11/06	25167.005.707/0 3-91	37.331,00	0	R\$ 37.331,00	26.131,70 aprovado e 11.199,30 a aprovar	Execução física 100% Aguardando descentralização do processo de convênio da CGCON/COCEC para anexar PC Final e analisar.
105	1	4898 87	CV 521/03	PM Colinas 01795483000120	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 a 07.09.07	25167.005.638/0 3-16	200.000,00	10.526,32	200.000,00	Aprovado a 1ª e 2ª parcelas, execução física 70% , cobrado PC Final OF. N° 1010/07 de 28.09.07. Gestor restitui integralmente a 3ª parcela. Aguardando conclusão do processo.	
106		4898 89	CV.451/03	PM Mateiros 267531	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 a 13.03.08	25167.005581/0 3-55	123.636,36	3.709,09	120.000,00	95.940,27 aprovado	Aguardando Parecer Técnico DIESP
107	1	4898 91	CV 1304/03	P. M Praia Norte 25061789000111	Água	29.12.03	22/12/03 á 16/03/07	25167.005571/0 3-10	48.401.12	1.496,94	R\$ 48.401,12	33.880,62 Aprovado 14.520,50 á Aprovar	Execução Física 100%. Aguardando pronunciamento da ASCOM
108	1	4900 15	CV 442/03	PM Colinas 01795483000120	MSD	29.12.03	22/12/03 á 04/07/06	25167.005637/0 3-71	299.970,00	30.030,00	R\$ 299.970,00	119.988,00 Aprovado 179.982,00 á Aprovar	Execução Física 100% aguardando análise financeira.
109	1	4900 23	CV 444/04	Maurilândia 25064015000144	MSD	29.12.03	22.12.03 a 20.12.07	25167.005.744/0 3-08	198.431,00	4.049,61	198.431,00	aprovado 65.000,00 á aprovar 11.715,50 a comprovar 121.715,50.	Aguardando Parecer Técnico DIESP
110	1	4901 29	CV.550/03	PM Carrasco Bonito 250640230001-90	Esgoto	29.12.03	22.12.03 á 11.12.05	25167.005.598/0 3-11	103.092,76	3.092,78	100.000,00	Aprovado 30.251,45 á aprovar	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS
111	1	5120 35	CV 1408/04	Soc. Apoio às Ações de Saúde, ensino 05081189000108	Ações Básicas de Saúde Indígena	12.11.04	04/11/04 á 02/09/07	25100.027714/0 4-08	4.499.160,6 6	0	4.499.160,6 6	4.225.019,31 Aprovado 773,79 á Aprovar 273.367,56 a comprovar	CENTRALIZADO DSEI -T0 E DEPIN/CGCON/COPO N
112	1	5218 99	CV 493/04	PM Fátima	MSD	02.07.04	30.06.04 á 20.10.06	25100.020.794/0 4-62	136.323,59	4.216,19	136.323,59	aprovado 108.464,05 á aprovar 27.859,54.	Aguardando Análise Financeira.
113	1	5219 02	CV 494/04	PM Formoso do Araguaia 020752160001-41	MSD	02.07.04	30.06.04 á 11.05.07	25100.020.798/0 4-41	207.088,00	7.330,92	199.757,08	159.805,58 Aprovado 39.981,50 á aprovar Inad.	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Coordenação Regional do Tocantins

114	1	5219 03	CV.490/04	PM ALMAS 011385510001-89	MSD	02.07.04	30.06.04 à 07.08.08	25100.020.788/0 4-13	179.574,57	5.387,24	174.187,33	138.220,34 Aprovado 35.966,99 à aprovar INAD. 151.894,12	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS
115	1	5219 04	CV. 495/04	PM Pedro Afonso 020705890001-20	MSD	02.07.04	30.06.04 à 21.02.07	25100.020.802/0 4-71	204.158,73	14.291,11	189.867,62	Aprovado 37.973,50 à aprovar Inad. Susp.	Execução Física 91,70% aguardando análise financeira.
116	1	5222 02	CV 482/04	P.M Axixá/TO 00766725000195	Água	02.07.04	30/06/04 à 09/03/07	25100.020766/0 4-45	649.345,98	27.056,08	R\$ 649.345,98	398.607,98 Aprovado 250.738,00 à Aprovar	Execução Física 100%. Aguardando Parecer das Ações PESMS
117	1	5232 72	CV 505/04	PM Santa Rosa 24851503000139	Resíduos Sólidos	02.07.04	30.06.4 à 16.11.07	25100.020.770/0 4-11	142.140,00	4.264,20	137.875,80	110.300,80 Aprovado 27.575,00 à aprovar	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS
118	1	5247 95	CV. 501/04	PM Lagoa do Tocantins 374209160001-00	Resíduos Sólidos	09.07.04	30.06.04 à 02.06.08	25100.020.817/0 4-39	140.875,70	4.226,27	136.649,43	54.000,00Aprovad o 82.649,43à aprovar	Execução Física 73,15%. Aguardando Parecer das Ações PESMS
119	1	5267 46	EP. 1536/04	PM Nova Rosalândia 248514950001-20	MSD	28.12.04	27.12.04 à 16.02.08	25100.039.183/0 4-98	84.210,53	4.210,53	80.000,00	32.000,00 Aprovado 48.000,00 à aprovar	Aguardando Parecer Técnico DIESP
120	1	5556 52	CV.2034/0 5	PM Sampaio 250868280001-35	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 15.02.08	25100.036.849/0 5-37	731.912,86	28.459,08	701.565,00	563.140,78 Aprovado 140.313,00 à aprovar	Execução Física 100%. Aguardando Parecer das Ações PESMS
121	1	5565 65	CV. 0905/05	PM Aguiarnopolis 016340740001-42	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 12.05.08	25100.031.108/0 5-60	259.714,11	9.714,11	250.000,00	100.000,00 Aprovado 150.000,00 à aprovar	Execução Física 100%.Parecer das Ações PESMS Aprovado, Aguardando Análise Financeira
122	1	5565 66	CV.0906/0 5	PM Aguiarnopolis 016340740001-42	Esgoto	27.12.05	09.12.05 à 03.04.08	25100.031.109/0 5-12	310.111,48	10.111,48	300.000,00	120.000,00 Aprovado 180.000,00 à aprovar	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS
123	1	5565 67	CV.1473/0 5	PM São Sebastião 007667330001-31	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 30.05.08	25100.033.201/0 5-17	637.768,15	37.768,15	600.000,00	480.000,00 Aprovado 120.000,00 à aprovar	Aguardando Parecer Técnico DIESP
124	1	5565 68	CV. 1474/05	PM Sítio Novo - 007667170001-49	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 23.07.08	25100.033.204/0 5-42	420.101,00	20.101,00	400.000,00	320.000,00 Aprovado - 80.000,00 A Aprovar	Execução Física 100%. Aguardando
125	1	5573 42	CV 1 470/05	PM Axixá do To 007667250001-95	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 03.03.08	25100.033.195/0 5-90	311.362,00	11.632,00	300.000,00	240.000,00 Aprovado	Execução Física 100%. Aguardando

126	1	5573 43	EP.0461/0 5	PM Carrasco Bonito 250640230001-90	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 15.02.08	25100.020.701/0 5-81	207.000,00	7.000,00	200.000,00	60.000,00 à aprovar	Parecer das Ações PESMS
127	1	5573 47	EP-462/05	PM Sampaio 250868280001-35	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 15.01.08	25100.020.703/0 5-70	104.328,34	4.200,00	100.128,34	79.500,00 Aprovado 120.500 ,00à aprovar	Execução Física 100%. Aguardando Parecer das Ações PESMS
128	1	5573 49	CV.1472/0 5	PM Sana Fé do Araguaia 250639180001-00	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 30.05.08	25100.033.199/0 5-78	619.244,05	19.244,05	600.000,00	240.000,00 Aprovado 360.000,00à aprovar	Execução Física 100%. Aguardando Parecer das Ações PESMS
129	1	5573 53	CV.1471/0 5	PM Esperantina 25064080001-70	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 25.04.08	25100.033.196/0 5-34	363.012,00	13.000,12	350.000,00	138.798,84 Aprovado 211.201,16 A Aprovar	Aguardando Parecer Técnico Ações do PESMS
130	1	5573 55	CV. 2474/05	PM Darcinopolis 250640720001-23	ESGOTO	27.12.05	09.12.05 à 12.05.08	25100.038.989/0 5-40	257.791,92	8.791,92	249.000,00	99.600,00 Aprovado 149.400,00 à aprovar	Aguardando Parecer Técnico DIESP e Parecer Técnico das Ações do PESMS
131	1	5579 43	EP- 0463/05	PM São Bento 250639830001-36	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 13.11.08	25100.020.705/0 5-65	103.595,49	3.595,49	100.000,00	80.000,00 Aprovado A aprovar 20.000,00	Aguardando Parecer Técnico DIESP e Parecer Técnico das Ações do PESMS

OBSERVAÇÕES: Dos 131 processos relacionados com saldo "A Aprovar" 20(sombreados) não foram descentralizados para a CORETO. Portanto, são passivos da CGCON/COPON/PRESI/FUNASA. Então: 131 - 20 = 111 processos integram o passivo da Coordenação Regional do Tocantins.

MS- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO REGIONAL DO TOCANTINS/ASSESSORIA DE GABINETE -EQUIPE DE CONVÊNIOS
CONVÊNIOS DO TOCANTINS QUE SE ENCONTRAM NA SITUAÇÃO A COMPROVAR NO SIAFI, COM VIGÊNCIA EXPIRADA

ITEM	TIPO DE TRANSFERÊNCIA	MUNICÍPIO/ CNPJ	SIAFI	N.º CONVENIO	N.º PROCESSO	OBJETO	DATA DA PUBLICAÇÃO D.O.U	VIGÊNCIA	VALOR PACTUADO	VALOR CONTRA PARTIDA	VALOR FUNASA	SITUAÇÃO SIAFI	SITUAÇÃO ATUAL DO CONVÊNIO
1	1	SES/TO 250531170001 64	387984	CV 2103/99	25100.011.638/99 -55	ENDEMIAS	20.01.00	20.01.00 à 18.07.04	3.277.777,78	377.777,78	2.900,00	1.322,824,00 A Comprovar - 1.577.176,00 Não Liberado	Processo centralizado no DEPIN/CGCON/COPON
2	1	PM Carrasco Bonito 250640230001-90	143430	CV. 1336/01	25167.001.074/01 -81	ÁGUA	21.01.02	31.12.01 à 11.01.03	233.577,92	5.334,42	228.243,50	228.243,50 A Comprovar	Conforme SCDWEB processo na DIESP, não localizado fisicamente.
3	1	PM Goiatins - 018324760001-51	189457	CV. 1379/03	25167.005.703/03 -11	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 à 30.09.08	94.380,00	0,00	94.380,00	37.752,00 Aprovado à apresentação da prestação de contas. Prazo concedido - 28.314,00 A comprovar	Emitido Ofício Nº 1486/08 de 28/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
4	1	PM Sandolândia - 373443550001-08	189669	EP- 1410/03	25167.005.705/03 -01	ÁGUA	29.12.03	22.12.03 'a 10.10.08	53.665,00	0,00	53.665,00	65.50 A COMPROVAR - à Liberar 16.099,50 IND. Susp.37.500,00	Processo centralizado na CGCON/COCEC, aguardando publicação de Aditivo, prestação de contas parcial em fase final de análise, aguardando retorno do processo da CGCON/PRESI para conclusão.
5	1	PM Rio Sono - 000007290001-68	490026	CV.446/03	25167.005.661/03 -19	MSD	29.12.03	22/12/03 à 101.10.08	150.710,80	4.521,32	146.189,48	58.475,48 APROVADO - 23.071,89 à comprovar - 64.642,11 a liberar	Processo centralizado na CGCON/COCEC, aguardando pagamento da 3ª parcela
6	1	Assoc. Indígena Xerente 373791040001-69	509870	CV.1350/04	25100.026.029/04 -56	Saúde Indígena	06.09.04	03/09/04 à 30/06/07	1.573.821,12	0	1.573.821,12	665.032,63 Aprovado 567.600,00 a Aprovar 166.963,47 a Comprovar 174.224,16 a liberar	Processo na CORE aguardando pronunciamento do Chefe do DSEI

7	1	SOC.. APOIO ÀS AÇÕES DE SAÚDE INDÍGENAS 05081189000108	51203f	CV. 1408/20 04	25100.027714/04 -08	Saúde Indígena	12.11.04	04/11/04 à 02/09/07	4.499.160,66	0	4.499.160,66	4.225.019,31 Aprovado 273.367,56 a Comprovar 773,79 a Aprovar	Processo centralizado no DEPIN/GGCON/COPON
8	1	PM SAMPAIO- 250868280001- 35	534667	CV. 486/04	25100.020.778/04 -70	ÁGUA	02.07.04	30.06.04 à 20.08.08	673.469,39	13.469,39	660.000,00	264.000,00 Aprovado 132.000,00 à comprovar - 264.000,00 à aprovar	Emitido Ofício Nº 1448/08 de 12/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
9	1	PM Sítio Novo - 007667170001-49	556568	CV. 1474/05	25100.033.204/05 -42	ÁGUA	27.12.05	09.12.05 à 23.07.08	420.101,00	20.101,00	400.000,00	320.000,00 Aprovado - 80.000,00 A Comprovar	Emitido Ofício Nº 1389/08 de 03/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
10	1	PM Porto Nacional - 002991980001-56	5708f	CV. 1208/05	25100.032.685/05 -79	MSD	27.12.05	09.12.05 à 23.08.08	2.966.552,00	166.552,00	2.800,00	721.688,52 Aprovado - 1.134.881,29 A COMPROVAR 943.430,19 À APROVAR	Emitido Ofício Nº 1509/08 de 26/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
11	1	PM Novo Acordo- 010679330001-69	5735f	EP 0458/05	25100.020.696/05 -14	MSD	27.12.05	09.12.05 à 06.08.08	106.775,00	6.775,00	100.000,00	40.000,00 Aprovado- A comprovar 60.000,00	Emitido Ofício Nº 1449/08 de 12/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
12	1	PM Goiatins - 018324760001-51	569039	CV 1014/06	25100.060.142/06 -22	ÁGUA	30.06.06	20.06.06 à 14.080.08	226.600,00	6.600,00	220.000,00	88.000,00 Aprovado 132.000,00 à comprovar	Emitido Ofício Nº 1461/08 de 14/11/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
13	1	PM Tocantinópolis 012247160001-35	56904f	CV. 1026/06	25100.060.165/06 -37	MSD	30.06.06	20.06.06 à 26.07.08	370.800,00	10.800,00	360.000,00	120.000,00 Aprovado 120.000,00 a comprovar	Emitido Ofício Nº 1856/08 de 11/07/08 cobrando a apresentação da prestação de contas. Prazo concedido 30 dias. Não atendeu até apresente data.
14	1	PM Natividade 018094740001-41	58995f	CV. 2767/06	25100.623.176/06 -31	MH- Chagas	28.12.06	19.12.06 à 13.12.08	205.100,00	5.100,00	200.000,00	40.000,00 à liberar - 160.000,00 INAD- SUSP.	